



Sul Global

Revista do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da UFRJ

Ano 2 · Nº 1 · 2021

Vinte anos
da obra de
Michael Hardt
e Antonio Negri

Especial

IMPÉRIO

UFRJ NO COMBATE AO

CORONAVÍRUS

COVID-19



Agendamento de testes



COVIDÍMETRO

Mais informações: coronavirus.ufrj.br



Sul Global

Revista do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da UFRJ

Ano 2 · Nº 1 · 2021



Vinte anos
da obra de
Michael Hardt
e Antonio Negri

Especial
IMPÉRIO



Sul Global é uma publicação quadrimestral do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IRID/UFRJ) dedicada aos estudos acadêmicos relevantes e originais em Relações Internacionais, Estudos de Defesa e Ciência Política prioritariamente, mas aberta a todos os temas e áreas com implicações políticas, sociais, culturais, econômicas e estratégicas para o Sul Global

© 2020 Instituto de Relações Internacionais e Defesa da UFRJ

Editor-chefe

Leonardo Valente
(IRID/UFRJ)

Editores Associados

Daniel Pineu (University of Amsterdam)
Flavia Guerra (IRID/UFRJ)
Marcelo Gullo (Universidad Nacional de Lanús)
Sandra Becker (IRID/UFRJ)

Conselho Editorial

Alonso Gurmendi (Universidad del Pacífico, Peru)
Andrea Hoffmann (IRI-PUC-Rio, Brasil)
Boris Martinov (MGIMO University, Rússia)
Carlos Eduardo Martins (IRID/UFRJ, Brasil)
Celso Amorim (MRE/Brasil)
Daniel Aragão (UFBA, Brasil)
Eduardo Serra (IRID/UFRJ, Brasil)
Fernando Brancoli (IRID/UFRJ)
Filipe Reis Melo (UFPB, Brasil)
Flavio Combat (IRID/UFRJ)
Gilberto Oliveira (IRID/UFRJ)
Javier Calderón Castillo (Universidad de Buenos Aires)
João Nunes (University of York, Reino Unido)
João Paulo Viana (UFRO, Brasil)
Jorge Eliécer Puentes (Universidad José Caldas, Colômbia)
Larissa Rosevics (IRID/UFRJ)
Leonardo Tonus (Sorbonne, França)
Luis Manuel Rebelo Fernandes (PUC-Rio)
Mauricio Metri (IRID/UFRJ)
Mônica Leite Lessa (UERJ, Brasil)
Paul Amar (UC Santa Bárbara, Estados Unidos)
Renata Peixoto (UNILA, Brasil)
Vitor Mario Iorio (IRID/UFRJ)
Williams Gonçalves (UERJ, Brasil)

Capa

Fabrcio Carvalho

Projeto gráfico e editorial

Leonardo Valente

Editores convidados desta edição

Flavia Guerra e Giuseppe Mario Cocco

Editora-assistente

Tatiana Teixeira

Estagiários

Leandro Laranjeiras e Mariana Campos

Ficha catalográfica

Sul Global. Vol 02, N 1 Jan/Abr. 2021 – Rio de Janeiro
Instituto de Relações Internacionais e Defesa da UFRJ

Quadrimestral

1- Relações Internacionais 2- Política Internacional
3- Política Comparada 4- Sul Global 5- Política Externa 6- Direito Internacional

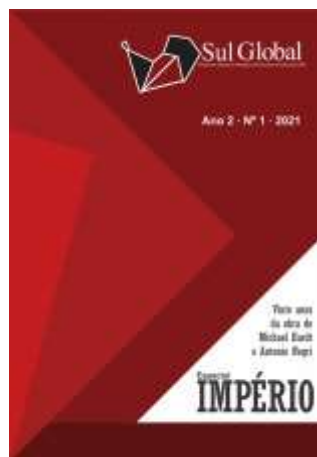
ISSN: 2675-3847

Correspondências

Revista Sul Global – Instituto de Relações Internacionais e Defesa da UFRJ. Campus da Praia Vermelha, Avenida Pasteur 250, fundos, Urca, Rio de Janeiro-RJ. CEP: 22.290-902.
Secretários: Jefferson Santos e Isabela Santiago
Telefone: 55 21 3938-5218.
E-mail: sulglobal@irid.ufrj.br

- 6** **EDITORIAL**
Vinte anos de 'Império': limites e potencialidades de uma obra canônica e de grande impacto no debate intelectual
Flavia Guerra e Giuseppe Mario Cocco

- 10** **RESENHA**
O 'Império' e seu avesso: atualidade e problemas abertos
Graziano Mazzocchi



- 17** **ARTIGO**
On the commodification of living knowledge in 'Empire': a view from the Global North
Magnus Andersen

- 30** **ARTIGO**
Populism and 'Empire': the impossibility of sovereignty
Óscar García Agustín

- 50** **ARTIGO**
'Imperio': no llores por mí, Argentina
Ariel Pennisi

- 70** **ARTIGO**
'... a nombre de la libertad...': Latinoamérica ante la dinastía Jeffersoniana
Giuseppe Cocco e Jeudiel Martínez

- 111** **ARTIGO**
A pele do Leviatã e a geopolítica do vírus: a noosfera como território político dos afetos
Marcelo M. Valença e Bruno de Seixas Carvalho

- 140** **ARTIGO**
A ontologia da multidão e a 'anomalia' selvagem dos sujeitos migrantes
Flavia Guerra Cavalcanti

Vinte anos de ‘Império’: limites e potencialidades de uma obra canônica e de grande impacto no debate intelectual

Flavia Guerra Cavalcanti (1) e Giuseppe Cocco (2)

1- Professora do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IRID/UFRJ), editora associada da Sul Global.

2- Professor Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro, membro do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Escola de Comunicação (ECO/UFRJ), coordenador do Laboratório Território e Comunicação (LABTeC/UFRJ)

Este dossiê é dedicado a *Império*, de Michael Hardt e Antonio Negri, um livro acadêmico que provocou, 20 anos atrás, grande impacto e controvérsia no debate intelectual, sobretudo no campo da esquerda. A ideia desta edição não é realizar um balanço da teoria hardt-negriana que culmine em um julgamento sobre sua adequação à contemporaneidade. Não se trata de exaltar ou descartar o conceito de *Império*, mas de repensá-lo, tensioná-lo, indagar sobre seus limites, apontar suas potencialidades e, até mesmo, complexificá-lo.

Os artigos desta Edição especial revelam a amplitude e a variedade das discussões que ainda hoje podem ser suscitadas por questões já postas em *Império*: o lugar do poder norte-americano na ordem imperial (Jeudiel e Cocco), o trabalho imaterial e o Estado de Bem-estar social (Andersen), a produção subjetiva na Geopolítica da Covid-19 (Carvalho), a possível fertilização cruzada entre *Império* e populismo de esquerda (Agustín), a recepção de *Império* na América Latina (Pennisi) e os movimentos migratórios a partir das perspectiva da ontologia da Multidão (Guerra Cavalcanti).

Negri e Hardt propuseram a noção de *Império* para dar conta das transformações da soberania após a queda do muro de Berlim e da implosão da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), deslocando radicalmente as linhas interpretativas até então dominantes no campo da crítica e dos movimentos sociais. Por um lado, dizia-se que a URSS tinha acabado e que estávamos entrando na era de um imperialismo americano ilimitado, uma espécie de hiperpotência. Outros afirmavam que a hegemonia americana estava em seus estertores e seria incapaz de liderar a globalização do mercado nos moldes de uma governança neoliberal.

A obra de Hardt e Negri propôs uma saída desses embates, abandonando o conceito de imperialismo, o que foi reafirmado no livro publicado mais tarde por Negri e Cocco (2005). Na América Latina, isso gerou críticas (ver Pennisi neste dossiê), mas também muitas tentativas de apropriação do conceito, desvirtuando-o de seu sentido original, como se houvesse um “*Império americano*” que dominaria o planeta. Com base nessas interpretações paradoxais, continuava-se a manter a crítica anti-imperialista.

Para Negri e Hardt, a globalização seria um “não lugar *sem fora*”, ou seja, um processo de integração da vida planetária que se apresentava como aceleração dos fluxos e internalizava todo o espaço e tempo. Todo o mundo passava a ser incluído dentro de uma infinita modulação e hibridização dos fragmentos.

Alguns críticos quiseram enxergar, nesse novo conceito, a reverberação da crença no liberalismo como horizonte intransponível. A teoria de Hardt e Negri seria apenas outra versão do fim da história hegeliano atualizado por Francis Fukuyama. Mas o que Negri e Hardt estavam dizendo em *Império* era algo bem diferente. No pós-Guerra Fria, não se tratava mais de explicar o mundo por meio de uma disputa entre dois modelos – capitalismo e socialismo -, mas de considerar os antagonismos imanentes que cortavam todo o espaço global/imperial, visto agora como destituído de um exterior: longe de acabar, a história se intensifica e seus conflitos se internalizam. Como não ver nos conflitos que atravessaram a sucessão presidencial nos Estados Unidos, desde o levante do Black Lives Matter (depois do assassinato de George Floyd) até a invasão do Capitólio (no dia 6 de janeiro de 2021) uma confirmação das análises de Hardt e Negri?

No lugar do binarismo, colocava-se o antagonismo ubíquo - e irresolúvel - no corpo global do que se tornou o Império. Além disso, a soberania imperial não tinha um único centro, mas dividia-se em três esferas, assemelhando-se, neste aspecto, à esquematização de Políbio

sobre a Constituição Mista do Império Romano: poder monárquico, ainda ligada ao poderio militar norte-americano; a aristocrática, formada por grandes empresas multinacionais e instituições multilaterais (como as Nações Unidas, a Organização Mundial do Comércio etc.); e, enfim, a democrática, onde atuavam as multidões auto-organizadas. A globalização, portanto, não era vista como fruto de nenhum determinismo e ainda menos como a afirmação de um poderio norte-americano definitivamente sem obstáculos. No âmbito dessas indeterminações, Hardt e Negri manifestavam-se a favor de uma política democrática dentro do Império que fosse capaz de se contrapor às suas formas monárquica e aristocrática.

No texto “... a nombre de la libertad...”: Latinoamericana ante la dinastia Jeffersoniana”, Giuseppe Cocco e Jeudiel Martinez afirmam que Império é “una verdadera memorabilia de los noventas” (2021, p.6). Como complemento e complexificação das formas monárquica e aristocrática de Império, os autores sugerem o conceito de *Dinastia*: se considerarmos que o Império é uma pirâmide e os estados nacionais são representados por linhas, temos que a Dinastia constitui-se por triângulos com dimensões comuns a um e outro. Pois bem, segundo Cocco e Martinez, a Dinastia tem se mostrado inábil para ordenar a América Latina nos termos biopolíticos do Império, como demonstraria a ausência de uma política americana efetiva para a Venezuela de Maduro.

Na mesma linha, o artigo de Marcelo Valença e Bruno Carvalho, “A pele do Leviatã e a geopolítica do vírus: a noosfera como território político dos afetos”, mostra que os Estados Unidos não seguiram o *script* previsto por Império, qual seja, mobilizar “a lógica imperial, em uma era de soberania global pós-moderna” (Valença, Carvalho, 2021, p.3). Ao contrário, Trump defendeu o fechamento de fronteiras e a antiglobalização. Valença e Carvalho argumentam que a atuação das grandes potências na pandemia só pode ser explicada por uma “geopolítica do vírus”: os Estados utilizam cálculos geopolíticos, mas o fazem tendo como base o território da noosfera, palavra derivada do grego *noos* (mente) e que significa um “espaço” afetivo de produção de subjetividade marcado pelo fluxo contínuo de informações. E é apenas neste aspecto da produção biopolítica que, na opinião de Valença e Carvalho, a teoria de Hardt e Negri ainda teria algo a dizer 20 anos depois.

A produção biopolítica também aparece no trabalho Magnus Andersen, “*On the Commodification of Living Knowledge in Empire: a view from the Global North*”, que explora como a captura da subjetividade do trabalho imaterial pelo Estado dinamarquês serve a um projeto político de encontrar um espaço para países pequenos na ordem imperial capitalista. O trabalho social e imaterial que produz o bem comum é, assim, transformado em *commodity*.


Em “*Populism and Empire: the Impossibility of Sovereignty*”, Agustín apresenta uma proposta que poderia soar herética para muitos negrianos: o populismo tem potencial para tratar de questões levantadas por Império. Não o populismo em sua definição clássica, mas o populismo de esquerda tal como definido por Laclau e Mouffe. O mesmo ocorreria em sentido inverso (agora para horror dos defensores do populismo de esquerda): Império poderia contribuir para pensar o populismo. Isto seria possível porque ambas as teorias se baseiam no mesmo pressuposto: “a impossibilidade de unificar todas as subjetividades em um único sujeito ou luta” (Agustín, 2021, p.6).

A teoria do Império foi ambigualmente recebida pela esquerda latino-americana e, em particular, pela argentina, como vemos no artigo de Ariel Pennisi: *Imperio: no llores por mí Argentina*. *Imperio* foi lido no contexto da crise econômica argentina de 2001 em uma tradução de Eduardo Sadier feita imediatamente após a publicação da obra nos Estados Unidos. Por um lado, vieram as críticas, sendo a mais conhecida a do sociólogo marxista Atílio Borón, em *Imperio & Imperialismo* (2002). Por outro, chegaram os elogios e as incorporações dos conceitos do livro a espaços psicanalíticos (o grupo *Acontecimiento*), grupos de estudo, movimentos e coletivos.

Por fim, esta edição apresenta a resenha de Grazziano Mazzochinni sobre o livro de Elia Zaru publicado na Itália, em 2019, *La postmodernità di 'Empire'. Antonio Negri e Michael Hardt nel dibattito internazionale (2000-2018)*. Zaru traça o panorama do debate internacional desencadeado pela obra *Império* e nos estudos marxistas e pós-coloniais, nas ciências econômicas e na sociologia do trabalho. Os impasses, contradições, inovações e aberturas teóricas trazidas por Negri e Hardt talvez sejam o motivo pelo qual os intelectuais ainda encontram nesta obra um reservatório de ideias, pensamentos e métodos.

Os artigos desta Edição especial não exaurem a discussão sobre *Império*, mas nos permitem vislumbrar a multiplicidade de temas e abordagens que podem ser estudados a partir dos conceitos desenvolvidos por Hardt e Negri. Nem sempre os autores dos artigos concordam entre si em suas leituras sobre *Império* e *Multidão*. Um determinado recorte pode privilegiar uma questão e não outra. Experiências a partir do Norte Global ou do Sul Global influenciam o que se prefere destacar na obra. Esperamos que nossos leitores também possam construir as suas leituras, indagações e comentários sobre *Império*.

O 'Império' e seu avesso: atualidade e problemas abertos



“La postmodernità di ‘Empire’. Antonio Negri e Michael Hardt nel dibattito internazionale (2000-2018)», de Elia Zaru. Mimesis: Milão, 2019.

Por Graziano Mazzocchini

Doutorando em Filosofia contemporânea pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

O ensaio do jovem e brilhante pesquisador italiano Elia Zaru apresenta duas notáveis qualidades enquanto verdadeira introdução à leitura do clássico “Império” de Negri e Hardt (2000): se, por um lado, constitui um verdadeiro mapeamento do imenso debate crítico que sucedeu à publicação do diagnóstico da nova ordem mundial pós-imperialista, facilitando não pouco o trabalho de pesquisa sobre a sua recepção – nos estudos marxistas e pós-coloniais, nas ciências econômicas e na sociologia do trabalho -, por outro lado, ao fazer isto, enucleia alguns nós que caracterizam ao mesmo tempo a novidade de tal diagnóstico e os impasses- os quais ainda hoje fomentam produtivamente o debate filosófico-político acerca dos dispositivos contemporâneos de dominação política e social e das possíveis resistências a esta última.

A estrutura do livro articula-se precisamente conforme os nós originais e problemáticos identificados ao longo da leitura de “Império”, os quais não se constituem em pontos soltos, mas sim em questões lógicas e praticamente encadeadas umas às outras: 1) em que e em que medida a configuração do

‘Império’ distinguir-se-ia dos velhos processos de acumulação e extração imperialista? Qual a nova configuração mundial dos espaços e dos tempos do capital? 2) Como esta ordem ‘imperial’ investiria a própria vida em toda sua extensão, configurando uma verdadeira “biopolítica”? Neste sentido, qual valência têm definições tanto inovadoras quanto controversas (e contestadas) tais como “capitalismo cognitivo” e “trabalho imaterial”? 3) O que (não) é a ‘multidão’? Seria este conceito a representação (e de alguma maneira a ratificação) do “suco” pós-moderno das forças produtivas e dos trabalhadores ou antes um verdadeiro conceito de classe adequado aos nossos tempos? Todas estas três questões resultam de uma ‘distinção analítica’ embasada numa síntese precisa, decorrente, conforme nos avverte Zaru (2019, p.14) desde o início do livro, da articulação das noções de *subsunção formal* e de *subsunção real* –a serem entendidas, respectivamente, enquanto o processo de subsunção de um “fora” ainda não capitalista pelo capital e o da introjeção de um espaço produtivo de maneira tal que este último se torne originária e imediatamente estruturado pela relação produtiva de capital.

Assim, no primeiro capítulo (ZARU, 2019, p.21-65), concernente à passagem do imperialismo ao Império, Zaru defende – no fundo, o inteiro livro é uma defesa *ponderada e crítica* da validade das principais teses de Negri e Hardt – a efetiva originalidade da ordem imperial vis a vis o velho colonialismo. Zaru consegue resultar persuasivo exatamente por fazer coincidir a distinção entre a configuração do imperialismo novecentista e a imperial com a supracitada distinção entre os dois tipos de subsunção pelo capital. Na contribuição à teoria do imperialismo proporcionada por Rosa Luxemburgo, o capital pode ser caracterizado principalmente pela subsunção formal, isto é, pela absorção extrínseca de um espaço externo ‘pré-capitalista’. Já a nova ordem global caracteriza-se pela centralidade da subsunção real, a saber, pela produção direta da própria vida desde o interior do capital (2019, p.47-48). Esta nova configuração do Império não decorre de uma modificação mecânica da composição do capital, mas de uma reestruturação determinada pela combinação das lutas pós-sessentaístas e anticoloniais (ZARU, 2019, p.30). Conforme o próprio autor oportunamente nos lembra em nota de rodapé (ZARU, 2019, p.30) , este argumento de *Império* expressa um verdadeiro pressuposto do assim chamado “operarismo” italiano desde a década de sessenta: são as lutas a determinar primeiramente o capital, e

não vice-versa; assim, a busca do capital global por uma nova forma de soberania a ser exercida sobre as redes igualmente globais de cooperação social nos mostra que o próprio Império é mais do que tudo uma resposta a e uma tentativa de contenção e neutralização das lutas (ZARU, 2019, p.62-64). Foram justamente as lutas anticoloniais que determinaram a obsolescência da divisão estanque, própria do colonialismo dos séculos XIX e XX, entre os espaços de acumulação/extração da mais-valia e os da sua apropriação. Um exemplo desta obsolescência da divisão binária é dado pela Índia de hoje, que é, ao mesmo tempo, o lugar da acumulação da dita mais-valia e da sua apropriação. Em suma, << “se Lenin definia o imperialismo enquanto ‘o estágio monopolista do capitalismo’, nós podemos identificar o Império enquanto o estágio descolonizado deste capitalismo, isto é, onde a acumulação de capital num nível global não obedece mais ao esquema binário colônia/mãe-pátria...” (ZARU, 2019, p.46). É precisamente esta passagem, e a consequente centralidade da subsunção real, que escapa à compreensão de David Harvey quando este último teoriza um novo imperialismo. Harvey estaria ainda preso à identificação de um “fora” onde - ainda e sempre - repetir-se-ia a acumulação originária. Ao contrário, na tese de Negri e Hardt, não há sequer uma dialética dentro/fora , pois o segundo polo foi definitivamente interiorizado na

relação de produção capitalista (ZARU, 2019, p.23). Isto por acaso significaria a definitiva superação de quaisquer papéis do Estado-nação moderno? A resposta de Zaru (2019, p.23-24) é negativa e nuançada ao mesmo tempo: as funções e os dispositivos do Estado-nação não foram definitivamente desativados, mas resultaram deslocados no âmbito de uma nova articulação global de governança. À luz de tal especificação, entendemos a concordância do autor com uma convicção polêmica do próprio Negri: a insistência de alguns críticos de *Império* em lhe contrapor uma suposta atual centralidade do Estado-nação na definição dos espaços da acumulação e apropriação capitalista nada mais é do que uma recusa propriamente política do diagnóstico da nova ordem global (cf. ZARU, 2019, p.51, nota de rodapé).

O segundo capítulo do ensaio (ZARU, 2019) aborda os conceitos entre si correlatos da produção biopolítica, do trabalho imaterial e do capitalismo cognitivo a partir de um primeiro resultado obtido por Zaru ao analisar a passagem do Imperialismo ao Império no capítulo precedente: desde que a relação com o “fora” tornou-se internalizada pelo próprio capital global (subsunção real), é o próprio *bios* que será produzido nas entranhas do modo capitalista de produção; por conseguinte, o poder exercido pelo comando imperial sobre a cooperação social, conforme já foi mencionado, não pode deixar de configurar-se senão como biopolítica (ZARU, 2019, p.71).

Mas, afinal, de *qual* biopolítica estariam falando Negri e Hardt? De acordo com Zaru, se, notadamente, para o filósofo francês Michel Foucault, os termos ‘biopoder’ e ‘biopolítica’ tendem a constituir dois sinônimos e, ademais, o próprio poder em geral consiste numa relação circular, para os autores de *Império*, há uma distinção conceitual além de terminológica entre as duas noções: a primeira designa a subsunção real da sociedade operada pelo capital, ao passo que a segunda nomeia a potência produtora da própria vida (ZARU, 2019). Mais do que isso, o biopoder propriamente dito para eles é um tipo de poder que, enquanto dominação *sobre* a potência do bios, tende a ser exercido num sentido mais vertical, demonstrando assim proceder para além de Foucault e lhe preferindo um acoplamento mais spinozista no sentido de um poder constituinte-constituído (ZARU, 2019). A partir de um determinado ponto, Negri e Hardt percebem Foucault como insuficiente para seus propósitos e acham uma ferramenta interpretativa mais útil para a sua análise no conceito de sociedade biopolítica contemporânea presente nas notas do *Post Scriptum* de Gilles Deleuze (1990) à sua coletânea *Pourparlers*. Nesta obra, Deleuze procede com e para além de Foucault ao diagnosticar a sociedade do século XX como a da extensão hipertrófica do poder disciplinar que o primeiro analisara a propósito dos dispositivos e das sociedades dos séculos XVIII e XIX

(ZARU, 2019, p.73-74). Dessa maneira, na esteira das reflexões de Deleuze, a sociedade capitalista analisada em *Império* também é uma sociedade do “controle”, na e pela qual este último implanta-se no próprio âmago da produção biopolítica das subjetividades. Só que Deleuze também é deixado para trás a partir de um diagnóstico, este decididamente original, pelo qual é preciso descer ao “laboratório secreto da produção biopolítica” para lhe arrancar o seu arcano (ZARU, 2019, p.76). Pois bem, tal arcano consiste numa reviravolta que a própria subsunção real do espaço global sob o comando do capital tornou possível. Considerando que a própria vida passou a ser diretamente incorporada pela extração de valor, eis que esta mesma produção biopolítica não apenas resulta ser literalmente “fora de medida”, isto é, não mensurável, medível, pela medida definida/definidora da lei marxiana do valor (ZARU, 2019,), como também põe-se incomensuravelmente para além de *qualquer* medida capitalista do valor, pois a própria força de trabalho agora, longe de constituir ainda uma simples ‘variável’ do capital, descende imediatamente da cooperação social (ZARU, 2019,). Não mais apenas valorizada pelo capital, a força de trabalho tornou-se capaz de *autovalorização* - uma noção, esta última, que na verdade recorre no pensamento de Negri desde a lide com as lutas do ‘operário massa’ da década

de sessenta e do ‘operário social’ da década de setenta na Itália (cf. e.g. NEGRI, 2005, p.100-118;215-230; 231-280). É neste sentido que o próprio trabalho pôde vir a ser definido por Negri e Hardt enquanto ‘imaterial’, em virtude da crise da lei do valor. Contudo, o adjetivo ‘imaterial’ veio a engendrar vários equívocos, pois pôde ser interpretado como um tipo de extorsão capitalista do trabalho que eventualmente prescindisse da expropriação via lei do valor; logo, tendo em conta tais críticas especialmente de proveniência marxista, Negri tem aceitado a sua requalificação segundo o adjetivo ‘cognitivo’ (cf. NEGRI, 2016, p.5-6). Se, portanto, a cooperação social expropriada valoriza a si mesma mediante recursos cognitivos, eis que o correspondente capitalismo expropriador será um capitalismo cognitivo, lá onde, conforme sintetizado por Didier Lebert e Carlo Vercellone:

...o termo capitalismo designa a permanência, mesmo na metamorfose, das variáveis fundamentais do sistema capitalista, em particular, o papel guia do lucro e da relação salarial, ou mais especificamente, as diferentes formas de trabalho dependente das quais a mais-valia é extraída; 2) o atributo cognitivo põe em evidência a nova natureza do trabalho, das fontes de valorização e da estrutura de propriedade sobre as quais fundam-se o processo de acumulação e as contradições que tal mudança engendra. (ZARU, 2019, p.91)

Mais uma vez, este salto paradigmático resulta inteligível à luz da combinação de lutas e reestruturações capitalistas correlatas, no caso, as que se situam na origem da crise da relação salarial fordista, as quais podem ser sintetizadas por três processos: 1) a recusa da organização científica taylorista do trabalho; 2) a expansão do *welfare*; 3) a expansão de uma intelectualidade difusa em força de massificação da instrução (ZARU, 2019). Ao concluir o segundo capítulo, Zaru (2019,) nos lembra que, para Negri e Hardt, a crise da lei do valor não significa o fim da valorização capitalista; antes, equivale a situar a sua origem da valorização capitalista no trabalho propriamente dito, até então tido como um aspecto ‘colateral’ da valorização. O Império e o seu avesso: se o primeiro delinea-se enquanto “presença espectral”, tendencial, face a uma cooperação social global, eis que esta última constitui, ao mesmo tempo, o ponto de pegada e uma resistência, um verdadeiro ‘contralimpério’. É da resistência que o capital global suga o valor e é sobre ela que o mesmo capital esforça-se para estender e implantar o seu comando.

Este contralimpério é a ‘multidão’, talvez o conceito mais problemático elaborado por Negri e Hardt. Zaru (2019) nos proporciona algumas pistas hermenêuticas úteis para nos orientarmos na correta interpretação de tal proposta teórico-política: por um lado, ela deve ser projetada no pano de fundo operarista italiano, conforme aquela

noção de autovalorização que mencionamos acima, de maneira tal que não percamos de vista o fato de que a multidão apresenta os significados políticos e sociais de um sujeito produtor e explorado ao mesmo tempo; por outro lado, ela é também um conceito filosófico-político, cuja ascendência spinozista já por si só atesta a contraposição de tal noção à homogeneidade e unificação sintética do *povo* sob a forma-Estado na antropologia filosófica e política de Thomas Hobbes. Seria por isso a multidão uma exaltação do indivíduo nos moldes liberais? A resposta do nosso autor é negativa: é substancialmente errado tachar o conceito de multidão de individualismo, sendo a palavra-chave para a sua decifração não ‘indivíduo’, e sim ‘singularidade’, entendendo com esta última o plano das irredutíveis diferenças de sujeitos *sociais* que nunca chegam a uma síntese unitária (ZARU, 2019). Ademais, estas críticas que pretendem vislumbrar na multidão uma apologia dos indivíduos e dos seus direitos abstratos não levam em conta o constituir-se ‘no comum’ da própria multidão, sendo ‘o comum’ a composição não sintética das diferenças (Ibidem, p.113). Portanto, argumenta brilhantemente Zaru (2019, p.108), ‘singularidade’ e ‘pluralidade’ na noção de ‘multidão’ contrapõem-se à homogeneidade do povo, mas não ao conceito de ‘classe’. Antes, a própria multidão é, por sua vez, um conceito de classe, embora mais extenso do que o de ‘classe operária’ nos seus

entendimentos sociologistas (Ibidem, p.121-122), graças a sua coincidência com a inteira extensão da sociedade contemporânea, a qual, conforme vimos, é abordada por Negri e Hardt enquanto produto da extrapolação das formas disciplinares da fábrica. Mas, se evidentemente pôde resultar mais fácil ao nosso autor responder a este tipo de crítica, uma maior razão de inquietação proveio de outras questões, sem dúvida mais articuladas e intelectualmente honestas, tais quais as de Ernesto Laclau e Pierre Macherey: seria a multidão capaz de constituir-se num sujeito político de uma ação unitária coerente? Ou ainda as de Étienne Balibar e Paolo Virno: qual seria o sentido e a direção da ação política da multidão? Ela não poderia vir a constituir um perigo até para si mesma, se, por exemplo, se dispusesse a desejar o fascismo (ZARU, 2019, p.127-128) ? É reservado, finalmente, um certo espaço à exposição do argumento filosófico-político de Laclau que tenta ‘subverter’ a construção hardt-negrina da multidão ao conduzir até suas extremas consequências a alegação da ‘plena imanência’ de tal construção: se o próprio antagonismo social for irreduzível, isto é, se ele constituir o fundo inalisável da própria constituição do social, eis que a multidão configurar-se-ia enquanto sujeito universal homogêneo, mas para tanto, para constituir-se historicamente enquanto sujeito universal, ela deveria ter tido acesso ao lugar propriamente político da mediação que articule conflito e hegemonia. Em outros termos, para Laclau, a multidão só pode

ascender a conceito político se transcender sua imanência (ZARU, 2019,). A contra-argumentação de Negri e Hardt é compartilhada por Zaru nos seus termos e em seu sentido, mas, ao mesmo tempo, Zaru coloca aquela que talvez seja a maior inquietação tanto para si quanto para o leitor: o reivindicado caráter imediatamente político, e não pré-político, do social por parte de Hardt e Negri não os exime do refletir acerca da questão da organização (p.144-146). Para tratar deste problema, Hardt e Negri recorrerão a grades interpretativas da política da multidão tais como ‘intersecção’ e ‘composição contingente’. No entanto, pode-se dizer que estas ainda são meros pontos de partida, e não soluções teórico-práticas face às críticas acerca da consistência e direção de uma tal política, embora imprescindíveis para acabar com uma certa teleologia que parece arrastar-se no operarismo desde as suas origens (p.130-131) . Seria a renovada distinção negriana entre estratégia proletária e tática das organizações (NEGRI, 2017) um esboço de um avançar na direção de uma solução mais consistente (ZARU, 2019, p.132-133) para a organização política da Multidão? Quem escreve tende a acreditar que tal caminho corre o risco de descambar para uma restauração, mesmo que sub-reptícia, de uma ‘autonomia do político’ que reverteria, sem solucionar o impasse da organização política, para o que Elia Zaru (2019, p.133) define como uma “autonomia do social”.

Referências bibliográficas

DELEUZE, Gilles. *Post Scriptum* In Idem, *Pourparlers 1972-1990*, Paris : Les Éditions de Minuit, 1990, p.240-247.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*, Cambridge: Harvard University Press, 2000.

NEGRI. *Books for burning. Between Civil War and Democracy in 1970s Italy*, London-New York: Verso, 2005.

_____, <<Império>> *quindici anni dopo. Intervista ad Antonio Negri (a cura di Elia Zaru)*, www.filosofia-italiana.net, 2016.

_____, *Lenin: dalla teoria alla pratica* In: www.euronomade.info/?p=9675, 2017.

ZARU, Elia. *La postmodernità di <<Império>>. Antonio Negri e Michael Hardt nel dibattito internazionale (2000-2018)*, Milão: Mimesis, 2019.

On the commodification of living knowledge in 'Empire': a view from the Global North

Magnus Andersen

Doutor e Pesquisador do Laboratório Território e Comunicação (LABTec), do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/ECO/IBICT), da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Introduction

Empire is still materialising before our very eyes twenty years on, as it navigates in and out of increasingly deeper political and economic crises. Doing so, our entire life is increasingly subsumed into the logics of global capitalism, as the global society of control increasingly finds new ways to manage our way of becoming. In this situation, the nation-states are in left in turmoil, finding themselves increasingly in fierce competition against each other for lucrative positions in the international hierarchy. In the deindustrialised countries of the Global North, this has for the past two decades resulted in great changes to the states functioning, further expanding and manifested the relationship between capital and the state. In this essay, I discuss how the state – and in particular the welfare state – acts as a political medium for the extractive characteristics of global capitalism. Doing so, I discuss how the very intimate relationships between human beings living in the social institutions of the nation-state is enclosed in global capital's process of valorisation.

As evident from the opening paragraphs, this discussion situates itself within the post-workerist literature, especially referring to twenty-year-old publication of the literat Michael Hardt and philosopher Antonio Negri's magnum opus *Empire* (2000). Since its publication, *Empire* has been a centrepiece in a vast amount theorization happening within the post-workerist movement of thought from which this essay departs. Having the discussion on *Empire* twenty years on as my point of departure, I highlight how the governmental construction of 'the welfare state' is reconfigured in yet a new-sophisticated way 'to stay competitive'. While this has happened and still happens directly through the privatisation of welfare and cutting back on funding for welfare globally, it is also displayed in the changing social logic of the welfare state itself. The aim of this essay is, thus, to discuss this change of logic through a hypothesis that I labelled 'the commodification of living knowledge'. This hypothesis sheds light on contemporary capitalism's attempt to capture knowledge produced by living labour within the institutions of the welfare

state in its process of valorisation, which provides another perspective on how ‘the welfare state’ transforms into ‘the competitive state’.

I discuss this commodification of living knowledge as a concrete example of how capitalism re-appropriates public goods, which shows, according to Hardt and Negri how capital expropriates the common to private property (Hardt and Negri 2000). Put in other terms, the commodification of living knowledge denotes the process in which our perceptions, imaginaries and social practices is extracted and captured by capital. I therefore seek to expand the highly complex relationship between the contemporary capitalist state and the extractive operations of global capital illustrates a new metamorphosis of Empire twenty years on (Hardt and Negri 2017, 2019; Mezzadra and Neilson 2015, 2017, 2019).

My discussion situates itself in the context of the Nordic welfare state that is known for its extensive and universal welfare coverage and infrastructure all around the world; named, for example, ‘the next supermodel’ by *The Economist* in 2013. In the following, I discuss how the recomposition of the contemporary Nordic welfare state is an archetypal illustration of how the contemporary regime of capitalist accumulation reconfigures the state of capitalist globalization (Mezzadra and Neilson 2014). With some of the key tenets found in *Empire*, this essay, thus,

explores one possible way in which the social reproductive institutions of the welfare state moves to the forefront of today’s capitalist regime accumulation from the perspective of the Nordic region territorially situated firmly in the Global North.(1)

First, I lay out the main features of Empire as described by Hardt and Negri. Here, I briefly describe the two passages, which constitute Empire, namely the passage of sovereignty and production. Second, I move on to discuss how the welfare state has to slough its skin due to the transition from Fordism to cognitive capitalism. Third, I discuss the implications attached to capital’s attempt to capture the common in a new and sophisticated way by colonizing the institutions of the contemporary welfare state with the notion of ‘welfare export’. Together, these three discussions touches on preliminary thoughts on the commodification of living knowledge.

Living in the Mixed Constitution of Empire

Twenty years have passed since its publication, yet the *Empire* still present the reader with an alternative interpretation of processes enacted by the economic globalisation in the midst of the last century. Moreover, I argue, the framework allows us to see the welfare-state construction in a new light, as the political sovereignty of the nation-state changes completely with the mixed constitution of the

ontological body labelled Empire. In the following two sections, we briefly revisit the main features presented in the *Empire*.

The Passage of Sovereignty

Over the course of some 400 pages, Hardt and Negri present the concept of Empire as a way to describe the current capitalist global world order in which we are currently breath. In their own sci-fi manner, the theoretical concept of Empire grants a different view on the power relations between nation-states, multinational and global corporations in the present state of globalization. Empire rests on the fact of a world order operating according to an overarching universal standard: A decentred capitalist global network of power with no outside to it. In Empire, there is no Rome, as Hardt and Negri beautifully paint the picture (Hardt and Negri 2000, 317).

The old notion imperialism, according to Hardt and Negri, was characterized by the expansion of the European nation-state beyond its boundaries: It was a way to divide the entire world into different geographical fragments (think of the classic example of the borderlines in Africa) hereby extending the sovereignty of each nation-state. Empire, instead and by contrast, as they wrote in 2000, "is presented as a global concert under the direction of a single conductor, a unitary power that maintains the social peace and produces its ethical truths" (Hardt and Negri 2000, 10).

Illustrating this global concert,

the concept of Empire denotes a particular passage of sovereignty. There is no longer any nation-state at the centre of the world order (e.g. as we witnessed with the hegemony of the United States after 1989). "No nation-state", as Hardt and Negri writes in 'Empire, Twenty Years On' (2019, 71), "is able to organize and command the global order unilaterally." Rather, they argue that every nation-state integrates into the global capitalist power network, where the autonomy of politics fades and converges with the economy. A global network of power, which is constituted as a mixture of three-levels: the monarchical level (emptying out the centre of the bomb, the dollar and the network), aristocratic level, or, 'the rule of the few' (major corporations, dominant nation-states and supranational institutions) and 'the rule of the many' (broadcast and social media, NGOs, religions associations). Together, these different levels constitute and reproduce the global order of capitalism.

To me, the finest illustration of such a mixture is the way Head of States, officials and leaders meet in different settings discussing the 'future of capitalism' together with prominent CEOs of multinational companies at events such as at the World Economic Forum. An event, which has not declined but rather grown in size throughout the last two decades since the publication of *Empire*. Or, the various economic indexes provided by regulatory apparatuses of the global

economy such as the International organizations such as the IMF, World Bank or OECD. All of these actors change the sovereignty of the classical nation-state and reterritorializes its boundaries and borders, which it so desperately struggles to manifest (Hardt and Negri 2000, 45). One of the ways in which the nation-state then defines its borders is through the regime of producing differences and identity with locality as the signifier in global flows of capital.

The Exodus of Living Knowledge in Empire

Producing such differences and identities of locality is closely related to the passage of production, which constitutes the global power network of Empire. The passage of production denotes the changing modes of production accompanied by the development of the global-governance structures. As Hardt and Negri argue twenty years on: “Just as national capital needed the nation-state to guarantee its collective and long-term interests, so too global capital today requires a complex global-governance structures” (Hardt and Negri 2019, 78). In the following, I briefly review the characteristics of this passage.

The Passage of Production

No longer bound in the factory, production and the creation of value can now be found in every space of the social field. “Capital has”, as Hardt and Negri argue, “increasingly become an

apparatus of capture that preys on the common, extracting the values produced there, and creating myriad forms of suffering and destruction in the process” (Hardt and Negri 2019, 83). The passage of production that has led to Empire, thus, rests on the exodus of living knowledge from the factories and into the society, which is encapsulated in the concept of ‘the social factory’ (Tronti 2019).

In *Empire*, Hardt and Negri argue that today’s capitalist modes of production have informationalized, most predominantly illustrated in the expansion of services in the economy. Production, thus, becomes decentred compared to the industrial modes of production. With the workerist heritage, the starting point for this analysis takes the perspective of labour with the introduction of immaterial labour.

Following Hardt and Negri, immaterial labour signifies how the predominant product of the labour process is increasingly resting on “services, a cultural product, knowledge, or communication” (Hardt and Negri 2000, 290).⁽²⁾ Hence, the basic argument is, as Hardt and Negri expanded in *Multitude*, is the general transformation from labour as the ‘mute’ factory labour to the ‘loquacious and gregarious’ enterprise labour (Hardt and Negri 2004, 203). In this setting, communication, social cooperation, and knowledge become predominant in the contemporary modes of productions. During the predominant industrial capitalism, “all

forms of labor and society itself has to industrialize, today labor and society have to informationalize, become intelligent, become communicative, become affective” (Hardt and Negri 2004, 109).

Since the publication of *Empire*, much of the critique has targeted this concept, as commentators found it highly ambiguous. Answering this critique, Hardt and Negri, first, explained that the ‘immaterial’ connotation refers to the *product* of the labour process and second, formulated the concept of ‘biopolitical labour’ that both encapsulates the immaterial and affective dimensions in its wording (Hardt and Negri 2004, 2009). What is often missed in the interpretation of the immaterial labour thesis, however, is the tendential nature of the concept. Focusing on how this tendential nature affects different sectors of the contemporary organisation of capitalist production has been explored in various studies touching on labour in areas such as call centres, modelling, gold farming and so on (e.g. Brophy 2015; Carls 2007; Dowling 2007; Gill and Pratt 2008; Toscano 2007; Wissinger 2007; Woodcock 2017).

An important aspect about immaterial labour, however, is that value creation is no longer dictated by capital as the material product produced on the assembly line during the predominant industrial modes of production. Rather, production is today more often than not an expropriation of what Hardt and Negri refer to as the

common. The common refers to the knowledge, water, air, earth etc. that are common in society. “What strikes us most strongly in analyses of recent capitalist developments,” as they, however, write twenty years on, “is the central role played by *the common* in its various guises, from natural resource to cultural product, biometric data to social cooperation” (Hardt and Negri 2019, 81). Such an understanding of the common, thus, opens up for a nuanced perspective on the relationship between the State and capitalism that does not reproduce the mainstream category of ‘civil society’ but rather help to show how the boundary between the ‘private’ and the ‘public’ blurs.

The Reappropriation of the Nordic Welfare State in Empire

The extensive description of the reproductive nature of global capital through the global political network of power – which is not entirely replicable in this short account – extends well beyond the powers of the nation-state. However, it also reconfigures the nation-state in order to respond to the insurgencies of the multitude below. One such response on a smaller scale is the reconfiguration of the welfare state, which I believe can be seen as an interesting interlink of the two passages that have constituted Empire, impact the common in society.

The welfare state was politically constructed during the heyday of Fordism. Historically,

'welfare' is inextricably linked typically to the nation-state as it is set up through a political coalition between the capitalist class and working class to secure a level of social security for its citizens by granting certain individuals with social rights. However, with the crisis of Fordism in the late 1960s, the passage of sovereignty and production as formulated in Empire has drastically changed the welfare state (Vercellone 2007). The welfare states in countries of the Global North has transformed into so-called 'competitive states' (Cerny 1997), which no longer solely safeguards its citizens from the exploitation of capitalism. Instead, it denotes a reconfiguration of the welfare state construction that relies on the intensive mobilisation of the citizens' capabilities. The state, then, figure as a social reproductive machine of labour-power in order to stay competitive and progressive within the global capitalist system. The expansion and development of the welfare state are most evident in the Nordic countries.

The universal welfare state in the Nordic countries is exemplary illustrations of the most widespread governmental institutionalisation of welfare organisation. As the large-scale factories so dominating in the economy in Western Europe throughout the 1950s and 1960s have been "deconstructed screw by screw, brick by brick, only to be built again up to ten thousand kilometres further east" (Raunig 2013, 61), the welfare state has been reconfigured accordingly. No

longer solely responsible for the social security of its citizens, the welfare state is instead an economic actor in the complex nexus of the global capitalist order that emerged with Empire. In some sense, the welfare state acts as a large corporation, which, as Fumagalli argues is "dependent not on internal economics but on external ones, that is, on the ability to capture productive surpluses that result from a territory's cognitive resources" (Fumagalli 2013, 61). The welfare state in itself, in other words, has informationalized.

Mobilizing and capturing these cognitive resources has shown itself through the interesting development occurring with the Nordic welfare states in the last couple of decades is the attempt to commodity knowledge on *how to* organise such a governing technique, which allows for the capture of the cognitive resources produced by its citizens. Hence, an increasing amount of governing initiatives has been put in place in order to dictate the role of the Nordic welfare state as a small, competitive state. From a Danish perspective, for example, councils such as 'the Council of Innovation (*Innovaionsrådet*) formed in 2003 and the Council of Globalization (*Globaliseringrådet*) formed in 2005 was highly influential during the 2000s in re-articulating the governing techniques of the welfare state.

Together, the purpose of these councils was primarily to investigate the current position of Denmark in globalization and furthermore layout, which direction this "small country"

should head for in “the never-ending quest for economic growth as a small state in the global knowledge economy.” The reports published by these councils carried titles such as *Den Danske Strategi – Danmarks muligheder i det globale videnssamfund* (The Danish Strategy – Denmark’s opportunities in the global knowledge society) or *Fremgang, Fornyelse og Tryghed – Strategi for Danmark i den globale økonomi* (Prosperity, Renewal and Safety – Strategy for Denmark in the global economy). These reports recognised both the new global division of labour and the need to change Denmark’s role in the global capitalist system. As listed in one of the reports, “this does not mean to compete with newly industrialised countries but instead focus on one’s own conditions and competences” (The Council of Innovation 2004).

For instance, this was also evident in a report in 2007 released by the Danish government titled *Offensiv Global Markedsføring af Danmark* (Offensive Global Marketing of Denmark), which specifically focused on the way in which it would be possible to ‘brand’ Denmark to the outside world by headlining themes such as ‘creativity’ and ‘education’. With phrases such as how “Denmark’s opportunities in the global knowledge society”, “we need to research more and get more out of our knowledge”, or, “there is a need for strengthening and further modernization of it Danish export efforts”, it is evident that the welfare state attempts to set up “new

apparatuses of extraction” for global capital (Marazzi 2011).

Welfare as Living Knowledge in the Nordic Welfare State

At this point, it is clear the welfare state attempts to capture the production of living knowledge, which happens autonomously within its spaces (Andersen 2020). The welfare state is nothing more than managing living knowledge to the favour of global capital. This is part of the effort to show how the competition that the state now engages in globally, is not so much “to have knowledge” but to “acquire and apply knowledge” (The Council of Innovation 2004). The ‘export’ of ‘welfare knowledge’ is one outcome of the logic promoted in the various reports throughout the 2000s as a commodity substituting ‘bacon’, which is one of the largest goods exported from Denmark to the World (Schmidt 2014). In short, ‘welfare export’ is an immaterial product that imprints specific ways of organising welfare practices.

This entails a new way of managing knowledge from the perspective of the State where, especially, educational institutions are turned into what might be labelled as knowledge factories that engage in the global capitalist network (Raunig 2013). Besides the classic analysis transforming academic work, ‘welfare export’ touches on an interesting side effect of the transformation of public educational institutions.

As the economy informationalizes, the importance of capital becomes to translate the *living knowledge* produced by the autonomous immaterial labour, as philosopher Gigi Roggero points out in *The Production of Living Knowledge* (2011), into *dead knowledge* in order to extract value from the contemporary labour process. The ‘export of welfare’ or rather ‘export of knowledge on welfare’ thus provides an empirical illustration on this process, showing how the management of knowledge is an attempt to subsume life (*bios*) into the capitalist production cycle (Fumagalli et al. 2019). This process of subsumption happens through the production of specific kinds of abstract knowledge on *how to* conduct life that turns every human being into an economic subject. In short, following philosopher Maurizio Lazzarato’s critique of cognitive capitalism argues that “[w]hat is required, and cuts across the economy and modern-day society, is not knowledge but the injunction to become an economic ‘subject’ (Lazzarato 2012, 50). Thus, this entails knowledge that, on the one hand, is immaterial and affective in nature and, on the other hand, seeks to direct the nature of social reproductive institutions such as educational institutions. In other words, knowledge is turned into a means rather than the goal for the economic system, managing knowledge in order to produce subjects that fit the current economic imperative. This is not a process of producing itself but capital

rather takes on the “position of exteriority in respect of the production process” (Vercellone 2010). ‘Welfare export’ thus shows how political construction of the State becomes intertwined with capital’s valorisation.

The ‘export of knowledge on welfare’, thus, is an extraction of our ‘common’ to which the welfare state (public) is merely trying to capture (privatize) the living knowledge in downstream. Capture in downstream refers to, as Roggero suggests “the organization of capitalist capture of social cooperation that exists in a partial autonomy of capitalist relations” (Roggero 2010, 359). This denotes a particular process of commodification of living knowledge where ‘welfare export’ is thus a process of extracting the ‘common’ in a given society, which in this instance is the Nordic countries, and turning this *common* into a *commodity*.

The common that is commodified is therefore largely rooted in institutions with a particular historical context, which has emphasized coverage for all its citizens. Paradoxically, the knowledge commodified has usually been thought to have a ‘decommodifying’ effect on its citizens. The contradictions that normally happen in the sphere of production are found internally in the institutions of the welfare state, i.e. in the sphere of reproduction. The very idea of ‘welfare export’ thus shows how we, as Tronti observed already in the late 1960s, “no longer have a bourgeois state *over* a capitalist society

but directly, capitalist society's own state" (Tronti [1966] 2019:247). With this in mind, the challenge to examine the downstream of such living knowledge entails looking at how the production of knowledge is used to deepen the capitalist logics in social relations using the political spheres as its medium in the process of commodification.

Conclusion: On the Commodification of Living Knowledge

The commodification of living knowledge takes its point of departure in the particularity of the welfare state's emergence as a politico-economic actor. It denotes a recomposition of the nation-state as it attempts to produce a particular locality of itself by commodifying the knowledge produced in institutions that is common in society but now available on the global market for everyone to buy.

In this essay, I have provided another picture of a new site for political struggle from the perspective of countries of the 'Global North'. I highlighted how the Nordic welfare state is increasingly attempting to capture the living knowledge of labour conducted within its institutions in order to compete on yet another scale in the global capitalist system. The re-configuration of the welfare state therefore presents us with a new sight of political struggle which touches on very fundamental questions about our social being: What is welfare? How

should it be organised? What is the purpose of welfare? While 'Welfare export' forces us to critically reflect on the fact that capital tries to capture and commodify specific perspectives on the organisation of life (*bios*), we are also presented with the opportunity to revitalise this caring social practice on the basis of the commons in order to evade the fetters of Empire.

Bibliography

- AGUSTÍN, Óscar García. 2013. 'The Art of Non-Playing Chess: The Institutionalization of the Common'. In *Post-Crisis Perspectives: The Common and Its Powers*, eds. Óscar García Agustín and Christian Ydesen. Frankfurt am Main: Peter Lang, 205–26.
- ANDERSEN, Magnus. 2020. 'Commodifying the Nordic Welfare State in the Age of Cognitive Capitalism: The Journey of Nordic Childcare Know-How to China'. PhD Dissertation (forthcoming). Aalborg University.
- BROPHY, Enda. 2015. 'Materializing Immaterial Labour'. In *Due to Injuries*, eds. Jamie Hilder and Brady Cranfield. Vancouver: 221A and Publication Studio, 53–63.
- CARLS, Kristin. 2007. 'Affective Labour in Milanese Large Scale Retailing: Labour Control and Employees' Coping Strategies'. *Ephemera* 7(1): 46–59.
- Cerny, Philip G. 1997. 'Paradoxes of the Competition State: The Dynamics of Political Globalization'. *Government and Opposition* 32(2): 251–74.
- DOWLING, Emma. 2007. 'Producing the Dining Experience: Measure, Subjectivity and the Affective Worker'. *Ephemera* 7(1): 117–32.
- FUMAGALLI, Andrea. 2013. 'Cognitive Biocapitalism, the Precarity Trap, and Basic Income: Post-Crisis Perspectives'. In *Post-Crisis Perspectives: The Common and Its Powers*, eds. Óscar GARCÍA Agustín and Christian Ydesen. Frankfurt am Main: Peter Lang.
- FUMAGALLI, Andrea, Alfonso Giuliani, Stefano Lucarelli, and Carlo Vercellone. 2019. *Cognitive Capitalism, Welfare and Labour: The Commonfare Hypothesis*. London: Routledge.
- Gill, Rosalind, and Andy Pratt. 2008. 'In the Social Factory?: Immaterial Labour, Precariousness and Cultural Work'. *Theory, Culture & Society* 25(7–8): 1–30.
- HARDT, Michael, and Antonio Negri. 2000. *Empire*. Cambridge, Mass: Harvard University Press.
- . 2004. *Multitude*. London: Hamish Hamilton.
- . 2009. *Commonwealth*. Cumberland: Belknap Press.
- . 2017. *Assembly*. New York: Oxford University Press.
- . 2019. 'Empire, Twenty Years On'. *New Left Review* 120: 67–92.
- LAZZARATO, Maurizio. 2012. *The Making of the Indebted Man*. Los Angeles: Semiotext(e).
- MARAZZI, Christian. 2011. *The Violence of Financial Capitalism*. Los Angeles: Semiotext(e).
- MARX, Karl. 1973. *Grundrisse*. London: Penguin Books.
- MEZZADRA, Sandro, and Brett Neilson. 2014. 'The State of Capitalist Globalization'. *Viewpoint Magazine* 4.
- . 2015. 'Operations of Capital'. *South Atlantic Quarterly* 114(1): 1–9.
- . 2017. 'On the Multiple Frontiers of Extraction: Excavating Contemporary Capitalism'. *Cultural Studies* 31(2–3): 185–204.

- . 2019. *The Politics of Operations*. Durham: Duke University Press.
- RAUNIG, Gerald. 2013. *Factories of Knowledge, Industries of Creativity*. Los Angeles: Semiotext(e).
- ROGGERO, Gigi. 2010. 'Five Theses on the Common'. *Rethinking Marxism* 22(3): 357–73.
- . 2011. *The Production of Living Knowledge: The Crisis of the University and the Transformation of Labor in Europe and North America*. Philadelphia: Temple University Press.
- SCHMIDT, Jakob Bang. 2014. 'Velfærd Kan Blive Det Nye Bacon'. *Ugebrevet A4*.
- The Council of Innovation. 2004. *Den Danske Strategi - Danmarks Muligheder i Det Globale Videnssamfund*.
- TOSCANO, Alberto. 2007. 'From Pin Factories to Gold Farmers: Editorial Introduction to a Research Stream on Cognitive Capitalism, Immaterial Labour, and the General Intellect'. *Historical Materialism* 15(1): 3–11.
- TRONTI, Mario. 2019. *Workers and Capital*. London: Verso.
- VERCELLONE, Carlo. 2007. 'From Formal Subsumption to General Intellect: Elements for a Marxist Reading of the Thesis of Cognitive Capitalism'. *Historical Materialism* 15(1): 13–36.
- . 2010. 'The Crisis of the Law of Value and the Becoming-Rent to Profit'. In *Crisis in the Global Economy: Financial Markets, Social Struggles, and New Political Scenarios*, eds. Andrea Fumagalli and Sandro Mezzadra. Los Angeles, CA: Semiotext(e), 85–118.
- WISSINGER, Elizabeth. 2007. 'Modelling a Way of Life: Immaterial and Affective Labour in the Fashion Modelling Industry'. *Ephemera* 7(1): 250–69.
- Woodcock, Jamie. 2017. *Working the Phones: Control and Resistance in Call Centres*. London: Pluto Press.

Notes

(1) I recognise that I apply the word 'institution' in the conventional way compared to the conceptualization by Hardt and Negri (see Agustín 2013).

(2) Throughout a majority of the post-workerist literature, the thesis of immaterial labour figures in one way or another through their reading of a specific section in Marx' *Grundrisse* labelled 'Fragments on Machines' (Marx 1973).

Abstract

This essay discusses the hypothesis of 'the commodification of living knowledge'. This hypothesis sheds light on contemporary capitalism's attempt to capture knowledge produced by living labour within the institutions of the welfare state in its process of valorisation, which provides another perspective on how 'the welfare state' transforms into 'the competitive state'. This discussion situates itself within the post-workerist literature, especially referring to twenty-year-old publication of the literat Michael Hardt and philosopher Antonio Negri's magnum opus *Empire* (2000). Focusing on the Nordic welfare state, the aim of the essay is to show how capital attempts to commodify living knowledge produced this setting. This is particularly exemplified through the phenomenon of 'welfare export' reflecting how the common is commodified. Through the discussion of how the Nordic welfare state is re-configured, the essay concludes by locating a new site of political struggle, as phenomenon such as 'welfare export' forces us to critically reflect on the purpose of welfare and the role of the welfare state as such in *Empire*.

Keywords: Imperial sovereignty; national sovereignty; multitude; the people ; multi-scalar; intersectionality.

Resumen

Este ensayo analiza la hipótesis de "la mercantilización del conocimiento vivo". Esta hipótesis arroja luz sobre el intento del capitalismo contemporáneo de capturar el conocimiento producido por el trabajo vivo dentro de las instituciones del estado de bienestar en su proceso de valorización, lo que proporciona otra perspectiva sobre cómo "el estado de bienestar" se transforma en "el estado competitivo". Esta discusión se sitúa dentro de la literatura postobrerista, especialmente en referencia a la publicación de hace veinte años del literato Michael Hardt y la obra magna *Empire* (2000) del filósofo Antonio Negri. Centrándose en el estado de bienestar nórdico, el objetivo del ensayo es mostrar cómo los intentos del capital de mercantilizar el conocimiento vivo produjeron este escenario. Esto se ejemplifica particularmente a través del fenómeno de la "exportación de bienestar" que refleja cómo se mercantiliza lo común. A través de la discusión sobre cómo se reconfigura el estado de bienestar nórdico, el ensayo concluye ubicando un nuevo lugar de lucha política, ya que un fenómeno como la 'exportación de bienestar' nos obliga a reflexionar críticamente sobre el propósito del bienestar y el papel del bienestar. estado como tal en *Empire*.

Palabras clave: Soberanía imperial; soberanía nacional; multitud; el pueblo ; multiescalar; interseccionalidad

Populism and 'Empire': the impossibility of sovereignty

Óscar García Agustín

Professor at Department of Culture and Global Studies, Aalborg University, Denmark

At some point in *Empire*, Michael Hardt and Antonio Negri reflect on the possibility of a concrete political alternative to Empire. The authors refuse that such an effective blueprint can emerge from theory and argue that it will instead emerge from practice. Indeed, they claim that as well as “Marx needed the Paris Commune in order to make the leap and conceive communism in concrete terms as an effective alternative to capitalist society” (2000: 206), comparable experiments are necessary to become more concrete and think of an existing alternative beyond Empire. Although intertwined, a gap to be filled is open between theory and practice. *Empire* represents an ambitious conceptualization of the global modes of production and governance which introduce new mechanisms of domination beyond the nation-state. Whilst Hardt and Negri call for overcoming many debates within the left (on rejecting the adequacy of theories on modernity, imperialism or postcolonialism), their conceptualization of the new form of global governance contrasts with the limited elaboration of a theory and a praxis of the counter- Empire. However, the

of Hardt and Negri has entered into dialogue with emerging alternatives to Empire, and their theoretical reflections echo the initiatives and practices of social movements. The path of the “becoming-Prince” of the multitude has been portrayed differently from the nomadic alter-globalization movement and the tactics of counter-summits in *Empire* (2000) to *Multitude* (2004) where the peace movement was already replacing the alter-globalization one. The progressive governments in Latin America were the object of the conceptualization of *GlobAL* (2006) by Antonio Negri and Giuseppe Cocco. Commonwealth came closest to the formulation of a political project in which the common (and its institutions) played a central role. But, if something is comparable with the Paris Commune at a global scale it is the cycle of social protests initiated in 2011. *Declaration* (2012) was a quick response to that and *Assembly* (2017) a later one. Rather than a disruption, the new cycle enables Hardt and Negri to deepen an alternative to state sovereignty and political representation in the form of constituent exodus by the creation of stateless or non-sovereign institutions.

The intellectual project instigated by *Empire* 20 years ago is still a refreshing combination of theoretical and practice-based knowledge, combined with a renewed dose of optimism, to account for global dominance and resistance. In a similar way that Negri and Hardt have rejected other theories about progressive emancipatory political and social projects, other authors have rejected drastically the premises and framework of *Empire*. This is the case of Ernesto Laclau (2008) who, in his critique of *Empire*, rejects the immanence of the multitude as a central category to think Empire and the multitude and concludes that politics are unthinkable within such a framework. This is not totally surprising, taking into consideration that Hardt and Negri express their disagreement with Laclau due to his transcendent rather than immanent approach. In political terms, the differences can be traced along the debate between taking the power or not, particularly intense in the Latin American context, and reflected theoretically in divergent positions: one year after the publication of *Multitude*, Laclau published *On Populist Reason*. The political conjuncture revitalized the debate after the 2011 protests and the later emergence of left-wing parties adopting a left-wing strategy in Europe. In this case, Mouffe's book *For a Left Populism* (2018), published one year after *Assembly*, highlighted the discrepancies. It must be said that Hardt and Negri, despite not sharing

their premises, sympathized with these progressive political processes, first in Latin America and later in Europe. However, similar dichotomies have been repeated: unity vs. plurality, autonomy vs. hegemony, horizontal vs. vertical, movement vs. party, Empire (or globalization) vs. nation-state, etc. Besides reaffirming pre-existing perspectives, the discussion can hardly be characterized as a productive dialogue. Therefore, I would like to consider some of the main contributions made by Hardt and Negri to rethinking the shortcomings (and potentials?) of populism. This is not the same as saying that Hardt and Negri would support any kind of populist conceptualization, because they would not, but rather that some of their points can be useful to reflect on the role of the political left and, more specifically, on the recent development of left-wing populism.

Globalization and the State

Since Hardt and Negri moved the political field to Empire and claimed a new sovereignty, the imperial sovereignty, there is only one way to combat efficiently towards Empire: globally. This is, indeed, an interesting starting point since the roots of inequality and dominance are considered to be global, which can be quite similar to the claims of populism, but, in contrast, state sovereignty is not the solution to fight against globalization. The organization of resistance, the counter-Empire, should

be global. Although the focus on the global is qualified with increasing local attention, the national arena is not an arena for social and political struggles. Whilst populist theory fails to connect scales beyond the national (the transnational is used to point to the enemy rather than to articulate a common subject), Hardt and Negri disregard it and acknowledge the global as the only valid alternative to Empire and the local as the space of the (re)production of the common. Therefore, the only options which can be considered real alternatives or resistance to Empire are those which are connected to the global scale and not limited to other scales. In other words, even the defense of autonomy as a local project must be linked to the resistance against Empire:

We believe that toward the end of challenging and resisting Empire and its world market, it is necessary to pose any alternative at an equally global level. Any proposition of a particular community in isolation, defined in racial, religious, or regional terms, "delinked" from Empire, shielded from its powers by fixed boundaries, is destined to end up as a kind of ghetto. Empire cannot be resisted by a project aimed at a limited, local autonomy. We cannot move back to any previous social form, nor move forward in isolation. Rather, we must push through Empire to come out the other side (2000: 206).

In the 00s, the position of Hardt and Negri was already controversial within the left. The global as battlefield

implied relegating the national scale to a second place, and together with that the aspiration to take power or the predominance of political actors. The acceptance of the global scale as the only option to resist, and at some undetermined moment to overcome it, cannot be detached from the insufficiency of taking power of national government as an efficient strategy to defeat Empire. In times when the alter-globalization movement was being shaped, the internal debates showed division around how to address globalization: trying to recover state sovereignty or forging a global alternative. Hardt and Negri were obviously in favor of the latter and were already critical towards individualized leadership, the return to the state and taking power. In the aftermath of the protests of 2011, Hardt and Negri reiterated their position and, particularly with the emergence of left-wing populist parties in Europe, continued their rejection of the state-oriented strategy. Populism can only be reactive. This does not mean that left-wing populism cannot produce positive changes and transform people's lives for good. However, it is limited how much it can reach, since it is not offering an alternative to Empire. It is not reactive in the same way as right-wing populism, but still maintains the illusion of solving the global challenges by recovering state control.

Hardt and Negri showed indeed an early understanding of the divide between winners and losers of

globalizations that would characterize the discourses of right-wing populism. In their usual provocative style, Hardt and Negri notice the geographical distribution of global hierarchy in relation to the opposition between postmodernists and fundamentalists. Postmodernists perceive mobility, indeterminacy and hybridity as liberation, whilst fundamentalists see it as exacerbation of their suffering. Fundamentalism includes right-wing nationalist-populist parties like Front National, Christian fundamentalists in the US and the Islamic Brothers. The scope and means of the examples are quite disparate and this weakens the explanation of right-wing populism as a contemporary phenomenon, not related to other types of extremisms. It reminds us of the distinction made by Manuel Castells (2004) between reactive and proactive social movements when he exemplifies the former with the Zapatistas, the American militia, Aum Shinrikyo and Al-Qaeda. These groups, as insurgents against the global order, have a resistance identity and are stigmatized by the logic of domination. Their main common feature is that they are identity-based mobilizations. The global framework entails here a major simplification of the nature and struggles of the selected examples, but like Hardt and Negri, Castells considers that these groups are not capable of assuming globalization as the new order. However, Hardt and Negri offer a primarily economic explanation (the transformations of the global economy

and the mobility of capital) rather than an identitarian one as proposed by Castells. The losers of globalization are “the strongest indication of the transformation in progress” (2000: 150). Furthermore, Hardt and Negri refer to the winners of globalization to highlight the need of an alternative globalization without deriving into the return of the state. Antagonism happens at the global scale at two levels: against those who take advantage of globalization and against those who reclaim the national level.

I would like to emphasize that the divide between winners and losers of globalization anticipated the idea of “progressive neoliberalism”, utilized by Nancy Fraser, to explain the victory of Trump not only as a revolt against global finance. To Fraser, progressive neoliberalism is “an alliance of mainstream currents of new social movements (feminism, anti-racism, multiculturalism, and LGBTQ rights), on the one side, and high-end ‘symbolic’ and service-based business sectors (Wall Street, Silicon Valley, and Hollywood), on the other” (2017). The combination of progressive forces and the forces of cognitive capitalism meant that values such as diversity and empowerment were appropriated by capitalism to serve profitable goals far from any emancipatory project. Hardt and Negri express that convergence more brutally by claiming that postmodernist theories pave the way for the transformation of the internal structures of capitalist organizations (2000: 153), since organizations

nowadays must be mobile, flexible and able to deal with difference. Thus, big companies seem both progressive and postmodern. The existence of winners of globalization, rooted in postmodernism, is useful to explain the populist reaction against progressive neoliberalism or the neoliberal elites. However, it should not be forgotten that Hardt and Negri see this dynamic as the indicator of the transformation to Empire. Thus, one group is enjoying the advantages of globalization and the other one feels excluded and marginalized, but none of them is the solution: neither the apparent progressivism coming from postmodern elites nor the retreat to state by populism.

The rejection of the dichotomy between inside and outside and the claim that there is no outside Empire are, indeed, the main obstacles to making the return to the state the priority of a progressive and emancipatory project. I would say that this is the principal reason for the distancing from left-wing populism or any alternative relying on the attempt to recover state sovereignty. Besides the differences between 'the people' and multitude, populism, following Hardt and Negri's reasoning, is not capable of redefining other spaces than the nation. This idea is clear when they show how the alternative conception of sovereignty runs up against the idea that the nation was no longer a space to expand sovereignty, overcoming barriers and boundaries to facilitate equality and free circulation. Here the

conception of 'the people' deployed by Hardt and Negri does not fall away from the one of populist theory. 'The people' is created and detached from the nation: "The new democracy had to destroy the transcendental idea of the nation with all its racial divisions and create its own people, defined not by old heritages but by a new ethics of the construction and expansion of the community" (2000: 172). The difference is, obviously, that the expansion is immanent and originates in the exodus of the multitude and that the resulting space (or non-space) is the one of the Empire (not the nation). Nonetheless, the construction of 'the people' through means distinctive from heritage (connected with nationalism), unified in a plural community, is quite interesting to explore. The lack of a transnational dimension is, without any doubt, one of the major challenges in forging an alternative to globalization. The retreat to national sovereignty (in the form of popular sovereignty) makes such a transnational expansion difficult. That said, both the perspectives of Hardt and Negri and of populism are needed to reconsider multi-scalar politics. The displacement to Empire cannot ignore the centrality of the national scale to articulate local and global resistances. It is quite unclear that accelerating the dismantling of nation-states is going to lead to a new phase of Empire without nation-states. On the other hand, focusing on the importance of the states is not going to offer complete solutions to the global dynamics. No wonder both strategies

face severe problems to be translated into durable and consistent processes of social and political change.

Multitude and the People

Probably the most obvious difference between Hardt and Negri's and the populist approaches relies on the subject of change: the multitude or the people. The starting point is quite similar according to Hardt and Negri (2017): the recognition of the heterogeneity of the social field and the consequent impossibility of unifying all the subjectivities in one single subject or struggle. The commonalities, in principle, end here. According to the authors of *Empire*, Laclau rejects the immanence and the possibility of the multiplicity of social subjectivities organizing themselves and creating lasting institutions. Instead, Laclau would promote the terrain of transcendence through hegemony as the form of organizing the multiple social subjectivities into the empty signifier 'the people'. The disagreement consists of organizing a unified subject from above (transcendence) or organizing social subjectivities themselves as a multitude (immanence). Complementarily, hegemony is the operation to impose unity into multiplicity, and autonomy becomes the expression of the plurality of subjectivities and the institutions they create. The opposition between multitude and 'the people' continues to accumulate dichotomies (immanence vs. transcendence, multiplicity vs. unity,

autonomy vs. hegemony) and other ones could be added such as expression vs. representation. The conclusion is that Laclau's intellectual project is elaborated within the framework of modern sovereignty and is not capable of offering a satisfactory project to deal with the times of Imperial sovereignty. The initial recognition of a common assumption (the heterogeneity of the social field) turns merely anecdotal, given that both are presented in opposing terms and the space for dialogue is almost inexistent. The series of incompatible dichotomies presents two very different projects, despite the fact that social and political practices prove the fluidity and interconnection between the actors who participate in autonomy or hegemonic operations or, in other words, who aspire to implement the institutions of the common and sympathize and participate in left-wing populist strategies oriented towards taking power. This does not mean that the interconnection is not fraught with contradictions but, at least, there are spaces to confront and maybe settle such contradictions.

In a similar way to Hardt and Negri, Paolo Virno elaborates a clear distinction between multitude and people in his book *A Grammar of the Multitude* (2004). Virno shows disposition to recover the use of multitude since people has been the prevailing one. The two polarities are attributed to Spinoza and Hobbes as putative fathers. For Spinoza the *multitudo* is a plurality which persists as

such without converging into a One and is the architrave of civil liberties. Hobbes, in Virno's words, detests the multitude for being perceived as a danger to the State as monopoly of political decision-making, so the most determining political clash is the one between multitude and people. The multitude, 'the many', preceded the State which is established through the endowment of a single will, incarnated by the unity of people. Thus, the concept of people is "strictly correlated to the existence of the State; furthermore, it is a reverberation, a reflection of the State: if there is a State, then there are people. In the absence of the State, there are no people" (Virno, 2004: 22). The multitude, adds Virno to Hobbes' interpretation, resists unity and authority because it never transfers its 'state of nature' to the sovereign (in opposition to people). In this way, multitude becomes a negative borderline concept (multitude as what people is not) which denies state sovereignty and the delegation of people's power to the sovereign (to represent and unify people's will). The terrain of multitude is clearly civil society and not the state, to which people belong.

Virno, in line with Hardt and Negri, places the multitude at the stateless level and people at the state. The idea that if there is no State, there are no people illustrates quite well, in my opinion, the difficulties experienced by populism to pursue a transnational populist project. The articulation of 'the

people' is still constrained to the state and sovereignty and it is quite complicated to imagine 'the people' beyond the state boundaries. However, the conception of people as political unity which transfers its power to the sovereign can be qualified or, directly, contested. Firstly, populism is namely bounded by the limits of the state but it has mainly been a reaction against the exclusionary state and its appropriation by the elites that utilize it to their own benefit. In other words, populism is also a sort of 'repressed experience' which returns to the state and reclaims its representation by announcing its exclusion. Reducing people to a category of domination obscures the potential of 'the people' as a category of resistance. In this regard, multitude and 'the people' share their rejection of current forms of representation but differ in their goal: since multitude refuses any kind of representation, 'the people' aims to improve existing forms of representation. In this process, the populist mobilizations, coming from the civil society arena, end up being articulated and becoming part of the political representation. Secondly and back to the initial point, there is certain confusion between equivalence and unity (or identity). It is commonplace that 'the people' is a homogenous group, where plurality is erased, through the unifying operation of the logic of equivalence. That can be the case and populism can evolve into a homogenous group, but the transversal dimension of populism points rather to the opposite: an inclusive appeal to the

articulation of 'the many' and their demands.

Chantal Mouffe insists on the importance of establishing a chain of equivalence; this means that "it is equivalence we are after, not identity" (2018). She is critical of Hardt and Negri's multitude because they expect an automatic convergence of the plurality of struggles (immanence). The commonality of the social struggles is that they share a common adversary. The operation of unifying is applied to forge a common agenda on the basis of their opposition to an adversary. The commonality is constructed in negative terms, against the adversary, and the plurality of groups, including internal disagreements, contradictions or tensions between them, persists. The chain of equivalence is neither a rainbow coalition nor a unified subject. Mouffe clarifies that the chain of equivalence "is not about uniting all demands into one single and homogeneous movement. This grouping of forces simply begins to see themselves in solidarity with one another and disadvantaged by the existing power structure. Each link in the chain remains distinct, but they begin to operate together, in concert" (2016). Following Mouffe's argument, the articulation of 'the people' is not incompatible with heterogeneity. The equivalence does not affect the particular and differentiated internal identities of the group. It should be noticed that the articulation of 'the people' is quite vulnerable since it depends on having a common

adversary. The tensions between movements and parties (some of them becoming part of the governments) can alter the chain of equivalence and unveil the fragility of 'the people'. This clearly happens when some parties start to be perceived by the movements as part of the establishment. It can also happen that left-wing parties or governments do not seem receptive to satisfying movements' demands, which can imply that those demands are articulated with the claims of other parties. The vulnerability is reduced if populism is understood merely as representation of the demands, particularly by a political leader. This is the case of many populist experiences where the plurality of movements does not play a major role and the role of the leader as unifier of demands prevails. The articulation of 'the people' relies then on the ability to define a lasting common adversary in order to have a common project and preserve the plurality within. In any case, the articulation around political leaders can unify the representation of the demands but also provoke internal disagreement and ruptures, not to mention that representation can be prioritized and blur the relevance of the movements in questioning the political system. If the latter were the case, we would be quite close to the marginalization of the multitude as singled out by Virno.

The notion of multitude raises doubts about the formation of an alternative against Empire. In a similar way to

Mouffe disclaiming the comparison between unity and equivalence, Hardt and Negri complain about the confusion between spontaneity and organization. Hardt and Negri consider that change will come from the potentials of existing forms of life and the emerging social struggles. This standpoint has been understood as change coming from the spontaneous struggles of the multitude. However, Hardt and Negri have emphasized the need to organize social struggles but refuse to articulate those struggles (which would imply an operation of transcendence). Although Hardt and Negri introduce the combination of horizontal and vertical axes and the constitution of the multitude as a construction of counterpowers, it is unclear how the alternative to Empire is constituted. The republican global program formulated in *Empire* surprised in being phrased as a sort of universal rights. The later emphasis on the institutions of the common and the organizing of capacities for social production and reproduction better reflected the alternative as forged by the multitude. The formation of a new Prince, constituted by counterpowers expressed by the multitude of producers and reproducers, will be responsible for initiating a process of constituent power. The moment in which the factors to initiate constituent power converge is, obviously, not specified, but it sounds a bit paradoxical that the new Prince is already conformed by the producers and reproducers of counterpowers

and, at the same time, the new Prince needs to produce counterpowers against the repressive power. The question about how organization works and elaborates an alternative to Empire remains open.

I want to finalize the reflection on 'the people' and multitude with a consideration regarding their uses. Multitude has barely become part of social movements (it was assumed by the autonomy movement principally during the alterglobalization) and its multiplicity is perceived as a weak strategy to achieve social and political goals. The problems derived by the attributed unity to 'the people' are of a different nature. But it is surprising that 'the people' is considered an empty signifier but multitude is not, although the pluralities of social struggles (or the constituent against the constituted) obtain their commonality by being named as multitude. 'The people' and multitude would in this case be categories pointing to different types of strategies and goals, which reflects the tensions between movements and parties, expression and participation, horizontality and verticality, rather than exclusionary dichotomies.

Sovereign and Non-sovereign

Both discussing the scale (global or national) and the subject, the underlying question is how sovereignty is conceptualized. Hardt and Negri are categorical when they claim that Imperial sovereignty marks a paradigm shift that renders many theories and

political projects obsolete and insufficient. Power is no longer concentrated by the nation-states but decentralized. Hardt and Negri summarize briefly and quite clearly which distinctions mark the passage from modern to imperial sovereignty: “from the people to the multitude, from dialectical opposition to the management of hybridities, from the place of modern sovereignty to the non-place of Empire, from crisis to corruption” (2000: 202-203). In the following, I highlight how Hardt and Negri do not consider the return of the state or of modern sovereignty a desirable option (as a transition at its best) and how their option to counteract Imperial sovereignty consists of the foundation of non-sovereign institutions.

Modern sovereignty is an obstacle since the subject of change, the multitude, was excluded and its potential was replaced with people, a unified subject that gives the power to the sovereign (logic of transcendence). Imperial sovereignty as a global space (or non-space) without distinction between inside and outside enables the emergence of the multitude (the logic of immanence), as plurality not constrained by the borders of the nation-state. This is a complex scenario. On the one hand, Empire seems like a liberating force, in opposition to nation-states, and can easily be understood as a progressive move, but on the other hand, it is pertinent to remember that Empire is a system of domination (just at the

global scale and with the nation-states losing control). The impetus for moving to Empire and rejecting national sovereignty as a viable option creates a considerable distance between Hardt and Negri’s approach and other left-wing projects, including populism. It explains why, unfairly, the authors of *Empire* have been labeled global reformists and defenders of global capitalism. A second dimension must be added. It is not only modern sovereignty which is transcendent. Sovereignty in itself is defined by transcendence and representation. The politics of multitude cannot be successfully carried out under the umbrella of sovereignty, and representation cannot be the goal. The rejection of representative politics, as defining sovereignty, creates again a huge distance between the theory on Empire and other theories and political proposals. The only desirable option is to create non-sovereign institutions. In their claim for a new paradigm, Hardt and Negri fix strongly separated dichotomies between Empire vs. Imperialism, Imperial sovereignty vs. modern sovereignty, sovereignty vs. non-sovereignty and expression vs. representation. This framework makes it difficult to account for institutional claims by the multitude, the defense of popular sovereignty by movements and parties, the potentials (and limitations) of achieving state and local power or the formation of hybrid forms of representation and participation such as movement-parties. Without denying its necessity and potential,

the battlefield drawn by Hardt and Negri is quite unclear since it differs from other political projects by not aiming to take power or gain political representation. The multitude, not articulated and safeguarded from transcendence, would be meant for local struggles through organizing existing forms of production and reproduction.

The Pink Tide in Latin America offered, however, a more concrete image of the materialization of the resistance against Empire. Without sharing the means or the goals, Hardt and Negri sympathized with the Latin American progressive political processes, some of them labeled left-wing populism. In his participation in a dialogue about Bolivia, Negri (2008) referred to the situation, which could be expanded to other Latin American countries, as a passage of transition. The elements of transition are basically two: the shift from representation to expression, and from sovereignty to interdependence, although a third one could be added: from government to governance. The relation between representation (the government) and expression (the movements) is characterized by a constituent exodus, resulting in multitudes' resistance and claim to power (albeit a different power from the previous one), whose aim is to move beyond capitalism. In the same forum, Hardt considers too the 'Bolivian experiment' as a transition through a democratic openness (and not a dictatorship). Transition should "constitute a people, a multitude

capable of self-government; create a dynamic between government and social movements, and thus be able to transform the human nature in a more positive manner everyday" (Hardt et al., 2008: 54). Together with this process of democratic deepening, the passage from dependence to interdependence is explored by Cocco and Negri in *GlobAL*. As happens with other claims to return to modern sovereignty, the national-developmental strategy is rejected, and governing of interdependence is suggested as an alternative to both national-developmental and capitalist market-oriented interdependence generated by Empire. Cocco and Negri seem to apply the expansive nature of immanence to move from the national to the regional scale. This move provoked furious reactions from parts of the left since the reinforcement of national sovereignty is considered a legitimate strategy against imperialism and necessary for Latin American countries. It must be noted that the governments which were considered radical-left (Venezuela, Bolivia) defended the return of state sovereignty whilst the ones of center-left (Brazil, Uruguay) opted for major regional openness. As mentioned, the transition implies that, in the best case, we witness a passage to absolute democracy and multitude's self-organization. However, the openness in terms of conceiving government (as a mixed form of movements and party) and sovereignty (as interdependent and not necessarily

limited to nation-states) entails important elements to establish a serious dialogue with the complicated intersection between representation and participation as well as the national and international arenas to think of more complex ways of representative democracy and multi-scalar sovereignty.

Despite a similar situation taking place in Europe when Syriza took power in Greece and Podemos became the third most voted party in Spain, Hardt and Negri did not consider the option of 'transition' as an autonomous project; not even when municipalism gained force as a local institutional alternative. Hardt and Negri maintain that constituent power, at least as its end, is not compatible with representation and sovereignty, and they leave out any possible connection with populism due to their opposition to the people as political union: "Conceiving of constituent power as a swarm concept, as a multitudinous pluralism means breaking with every fetishistic conception of political union and thus critiquing the concepts of the people and the nation for the ways they have traditionally been posed as unities" (2007: 37). Abandoning sovereignty becomes a prerequisite for the multitude to leave behind the sovereign relationship of power and domination and the mandate for unity. Taking power does not mean then to reach the government but, for a multitude, to invent non-sovereign institutions. If modern sovereignty has been replaced by imperial sovereignty,

the constituent exodus consists, according to Hardt and Negri, of creating non-sovereign institutions grounded in practices and spaces of resistance. Their proposal relies on strengthening the connection between the social and the political, instead of conceiving them as two autonomous and separate arenas, to promote real democracy where a multitude self-organizes and makes political decisions, or, in more populist words, where 'the people' is capable of ruling itself collectively. The different goals of left-wing populism and Hardt and Negri's approach (popular sovereignty vs. non-sovereign institutions) accentuate their differences and reproduce the abovementioned dichotomies.

Multi-scalar and intersectional populism?

Before concluding, I would like to return to the starting point and reflect upon how theories and studies on populism can benefit from the perspective of Empire (this question is likewise applicable to how to read Empire from a populist perspective). The main focus has been on differences and the projects thus seem almost incommensurable. I summarize in the following table some of the main differences (as it has been singled out in this article there are several others as well) which contribute to a dichotomist way of seeing both approaches. I have labeled Hardt and Negri's perspective *operismo* (workerism), and left-wing populism

refers especially to its formulation by Laclau and Mouffe.

Table 1 (*page 69*)

As illustrated here, the two projects present considerable differences, although there are many more positions in-between than those framed as dichotomies. It is true that Hardt and Negri's proposal can be understood as a populism without sovereignty and representation. Following Rousseau, Hardt and Negri refer to the impossibility of political representation: However, the authors warn in *Assembly* that this claim does not lead to the defense of participation or direct democracy but to guaranteeing sovereignty through 'general will' as a form of representation. The general will becomes a unanimous political subject which represents all through the unifying effect of representation. On the contrary, the 'will of all' consists of organization of social cooperation and reproduction of social life without any representative mandate. In other words, sovereignty entails unity and is incompatible with plurality: "Whereas the will of all, because of its plurality, is inimical to sovereignty, the general will, unified and indivisible, is sovereign" (2017: 27). The populist version of Hardt and Negri would be that of the 'will of all' where multitude replaces 'the people' in order to preserve plurality. However, Imperial sovereignty should draw a more complex panorama where there are

coexisting and intertwined forms of sovereignty both geographically (local, regional, national, global) and in terms of power/resistance (from below, from above). Likewise, to avoid unity and promote plurality, forms of participation and direct action should be combined with representation, but also the composition of the political subject should be reconsidered. Therefore, I conclude with two main topics to rethink the scope of sovereignty (multi-scale) and the plurality of the political subject (intersectionality).

Multi-scalar

Hardt and Negri chose Empire to name a new global power structure and a new form of sovereignty which does not correspond with a global state since its structure is decentralized. Although the use of Empire has not had a huge predicament, only within operaismo and not always, it grasps a period of definition of political and social struggles in which 'old' schemas cannot account for the 'new' reality. This is clear when Hardt and Negri claim that there is no longer an outside and they reject the inside vs. outside divide. Globalization is both "processes of homogenization and heterogenization. Rather than creating one smooth space, the emergence of Empire involves the proliferation of borders and hierarchies at every geographical scale, from the space of the single metropolis to that of the

great continents” (Hardt & Negri, 2020: 73). Furthermore, an understanding of globalization as a phenomenon from above would be insufficient without including the forces of globalization from below. I share indeed such a framework and consider that the populist focus on popular sovereignty has made transnational articulations difficult, and it reproduces the antagonist conflict at the global scale: globalization from above vs. globalization from below. Hardt and Negri replace the spatial metaphor inside vs. outside with the one between below vs. above. At this point, it would look like Hardt and Negri’s approach could be used, although they would disagree, to elaborate the notion of transnational populism. How to organize (and articulate) such a transnational populism in times of Imperial sovereignty remains uncertain. However, I would like to highlight that globalization, according to Hardt and Negri, is both homogenization and heterogenization, and that implies the emergence of new borders at every geographical scale. Despite there not being an outside, the construction of inside/outside oppositions continues to flourish, and the process of resistance (the globalization from below) is equally exposed to the tension between preserving its plurality and finding commonalities (without that implying unity). It is here that I see that populism entails potential to address some of the issues raised by *Empire*. Although being quite different in their nature and scope, ‘the people’

does not reproduce, as deductible from its opposition to multitude, the dichotomy unity vs. multiplicity. ‘The people’, at least in the sense attributed by Laclau and Mouffe, entails a plurality which is articulated through a chain of equivalence against a common enemy. Hardt and Negri reject this operation because they consider it to be transcendent, but the fact is that it does not necessarily reduce ‘the people’ to unity. Indeed, taking seriously the idea of geographical scale, it is difficult not to recognize the importance of the national space. It is true that reclaiming national sovereignty is a symptom more of its crisis and the impossibility of recovering it. In any case, it would be a mistake to reduce popular sovereignty to national sovereignty and to equalize the unity of ‘the people’ as a result of sovereignty with the claim of ‘the people’ to reshape sovereignty based on the conflict between ‘the elite’ and ‘the people’. The capacity of sovereignty to produce identities through the divide inside/outside should not be ignored but neither compared with the attempt to question the existing representative democracies through the elite/people divide (already in social movements’ articulations like the one between the 99% vs. the 1%).

In short, rather than saying that a populist reading of *Empire* can contribute to developing the concept of transnational populism, I would claim that it would be useful to elaborate a conceptualization of multi-scalar

populism where social and political struggles take place at the urban (or local), national and transnational levels and, although difficult, can maintain their autonomy and be connected. The urban experiences (from movements but also from municipalism), the national popular movements (particularly, left-wing parties) and the transnational experiments (still quite shy and incipient like DiEM25 or Plan B) portray a complex picture of the struggles within globalization or Empire. The shift to passages like governance (the combination of movements and parties and interdependence) can be useful as well as the intersectionality nature of 'the people' (and the multitude).

Intersectional

When revisiting *Empire* 20 years later, Hardt and Negri revisit their concept of multitude. They insist on their interest in how a multiplicity can act politically and not in how only 'the one' can decide, so their rejection of a unified political subject (a centralized leadership council, an electoral party or 'a people') remains the same. However, what I find interesting is how they redefine multitude which has been a quite ambivalent concept with limited impact in its use politically. Hardt and Negri propose, indeed, a redefinition of class based on the formula C-M-C', class-multitude-class prime. The idea is to understand class in terms of multiplicity and not an internally unified subject. To

conceptualize class as multitude, Hardt and Negri deploy intersectionality as a political theory of multiplicity to acknowledge that no one structure of domination is primary to the others, and that subjectivity is there as a multiplicity of subjectivities (in the same way that there is multiplicity of structures of domination). The key here is precarity which can be related to the working class, as labor precarity, and to intersectionality, as precarious life where increasing insecurity affects a wide range of subordinated groups. Hardt and Negri show their understanding of the sense of loss, particularly by trade unions and working-class parties, but they believe that the shift from class to multitude is the only way to have a consistent and sustainable project of class politics, defined by being feminist, antiracist and queer too. The interesting move is the suggestion to return to the concept of class to explore the potential of a multitude and its political action. The return to class from multitude would imply to move "from a unified political conception based on a single axis of domination, that determined by capital, to a multiplicity, which also engages patriarchy, white supremacy and other axes" (2020: 87). Class revisited through multitude (or class prime) is not a socio-economic category but has larger implications: 1) it grasps the effects of subjection created by different relations of domination, not only those provoked by capital; 2) it is a political call, not a descriptive claim, to struggle together

as a class; 3) the recognition of a plurality of dominated classes is not enough, and an internal articulation of these different subjectivities in struggle is necessary. The problem highlighted by Hardt and Negri is that this articulation can easily rely on external bonds of solidarity (back to the issue of transcendence) instead of what is really necessary: internal bonds of solidarity, meaning a mode of articulation which goes beyond standard conceptions of coalition.

The challenge for this redefinition of class is to maintain multiplicity and avoid the reduction to sameness. The concept of multitudinous or intersectional class is offered as alternative to a coalition: “a notion of class that is not only composed of a multiplicity, and grounded in forms of social cooperation and the common, but also articulated by *internal* bonds of solidarity and intersection among struggles, each recognizing that the others are ‘a chapter of their own social and political history’” (2020: 91). The resulting notion of class (class prime) is internally articulated, preserves multiplicity and is equally oriented to diverse struggles (against capital, patriarchy, white supremacy and other types of domination). This mode of articulation or assembly can be seen as recovering the centrality of class but renewed in a context of multiple dominations, not reducible to the relation between labor and capital. Besides offering a more convincing conception of multitude as intersectional class, Hardt and Negri

come quite close to the core of populism and the articulation of ‘the people’. They claim that the movement from class or the people to multitude is not a political mandate but an accomplished fact which has manifested itself over the past twenty years. Populist theory would say something similar but applied to the movement from class to the people. But interestingly enough, Hardt and Negri renew the concept of class but not the one of the people, although they could also do that. If ‘the people’ moved to multitude, is it not possible to imagine a renewed comeback for ‘the people’ (the people prime) after multitude, a form of intersectional people? The focus on the internal bonds and the multiplicity of ‘enemies’ highlights the contrast to populist theory. Nonetheless, Hardt and Negri’s definition of intersectional class sounds quite similar to the logics of difference and equivalence and the articulation of ‘the people’, although through a constitutive outside. The suggestion to preserve plurality and avoid unity (especially in the form of leader) as well as to address different types of domination (from economic inequality to climate change) is a promising way to expand the populist project through an intersectional perspective.

All in all I believe that, beyond the differences, an open dialogue between *operaismo* (in the version of Hardt and Negri) and left-populist theory can be a good starting point to undo fixed dichotomies (representation vs. participation, organization vs

articulation, national vs. global) and move to a space of hybridity. This hybridity is a transition to something else that is difficult to define now. What is clear is that Empire (the global system of production and reproduction and of global governance) entails a huge challenge concerning how to combat efficiently against (and within). The only option so far is to imagine how to re-scale the struggles (local, national and transnational), but imagination and creativity are much needed to materialize it as an alternative to globalization from above where the political subject ('the people', multitude, class) is capable of articulating multiplicity of struggles and claims in an international manner.

References

- CASTELLS, Manuel. 1997. *The Power of Identity, The Information Age: Economy, Society and Culture Vol. II*. Cambridge: Blackwell.
- FRASER, Nancy. 2017. 'The End of Progressive Neoliberalism'. *Dissent*, January 2. Available at https://www.dissentmagazine.org/online_articles/progressive-neoliberalism-reactionary-populism-nancy-fraser
- HARDT, Michael and Antonio Negri. 2000. *Empire*. Cambridge: Harvard University Press.
- HARDT, Michael and Antonio Negri. 2004. *Multitude*. London: Hamish Hamilton.
- HARDT, Michael and Antonio Negri. 2009. *Commonwealth*. Cumberland: Belknap Press.
- HARDT, Michael and Antonio Negri. 2017. *Assembly*. New York: Oxford University Press.
- HARDT, Michael and Antonio Negri. 2019. 'Empire, Twenty Years On'. *New Left Review* 120: 67–92.
- HARDT, Michael et al. 2008. *Imperio, multitud y sociedad abigarrada*. Buenos Aires: CLACSO.
- LACLAU, Ernesto. 2008. *Debates y combates. Por un nuevo horizonte de la política*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Mouffe, Chantal. 2016. 'America in Populist Times. Interview by Waleed Sahid'. *The Nation*, December 15. Available at <https://www.thenation.com/article/archive/america-in-populist-times-an-interview-with-chantal-mouffe/>
- MOUFFE, Chantal. 2018. 'Left populism over the years. Interview by Rosemary Bechler'. *Open Democracy*, September 10. Available at <https://www.opendemocracy.net/en/can-europe-make-it/left-populism-over-years-chantal-mouffe-in-conversation-with-rosemar/>
- NEGRI, Antonio and Giuseppe Cocco. 2006. *Global: Biopoder y luchas en una América Latina globalizada*. Buenos Aires: Paidós.
- VIRNO, Paolo. 2004. *A Grammar of the Multitude. For an Analysis of Contemporary Forms of Life*. Los Angeles: Semiotext(e).

Tabela 1

	Operaismo (Hardt and Negri)	(Left-wing) Populism
Subject	Multitude	The People
Sovereign framework	Imperial sovereignty	Modern sovereignty
Ultimate goal	Non-sovereign	Popular sovereignty
Organization/articulation	Autonomy	Hegemony
Collectivity	Common (internal solidarity)	People's will (vs. elite)
Form of democracy	Absolute democracy	Representative democracy

Abstract

In 2000 Michael Hardt and Antonio Negri announced a new global paradigm that implied the shift from modern sovereignty to imperial sovereignty. Until now, they have developed a theoretical and political framework to account for the organization of multitude, a counter-Empire from below, to overcome the multiple and decentralized modes of domination characterizing Empire. Since multiplicity and immanence are the main features of the struggles of multitude, Hardt and Negri have rejected the return of the state, representative politics or 'the people' as subject of change. This position has made it difficult to establish a deeper dialogue with other approaches like populism (or left-populism) by Ernesto Laclau and Chantal Mouffe, despite the relevant reflections and implications for populism contained in the work of Hardt and Negri. This article engages in a critical reading of populism from the Empire perspective where special focus is placed on the construction of incompatible dichotomies between globalization vs. the state, multitude vs. 'the people', and non-sovereignty vs. popular sovereignty. After discussing tensions and issues from both Empire and populist theory, the conclusion points to the application of a multi-scalar and intersectional approach to populism in order to enrich its conceptualization and solve some of its contradictions. **Keywords:** Imperial sovereignty; national sovereignty; multitude; the people ; multi-scalar; intersectionality.

Resumen

En 2000 Michael Hardt y Antonio Negri anunciaron un nuevo paradigma global que implicaba el cambio de la soberanía moderna a la soberanía imperial. Hasta ahora, han desarrollado un marco teórico y político para dar cuenta de la organización de la multitud, un contraimperio desde abajo, para superar los múltiples y descentralizados modos de dominación que caracterizan al Imperio. Dado que la multiplicidad y la immanencia son las principales características de las luchas de la multitud, Hardt y Negri han rechazado el regreso del Estado, la política representativa o "el pueblo" como sujeto de cambio. Esta posición ha dificultado el establecimiento de un diálogo más profundo con otros enfoques como el populismo (o populismo de izquierda) de Ernesto Laclau y Chantal Mouffe, a pesar de las relevantes reflexiones e implicaciones para el populismo contenidas en la obra de Hardt y Negri. Este artículo realiza una lectura crítica del populismo desde la perspectiva del Imperio, donde se pone especial énfasis en la construcción de dicotomías incompatibles entre globalización versus Estado, multitud versus "pueblo" y no soberanía versus soberanía popular. **Palabras clave:** soberanía imperial; soberanía nacional; multitud; el pueblo ; multiescalar; interseccionalidad.

'Imperio': no llores por mí, Argentina

Ariel Pennisi

Docente y investigador en la Universidad Nacional de Avellaneda y la Universidad Nacional de José C. Paz, Argentina

Imperio, de Toni Negri y Michael Hardt, fue ambigualmente recibido en América Latina; por un lado, provocó estridencia, como si se tratara de una anunciación ligeramente despojada de sorpresa (algunos hablan de una sensibilidad “posmoderna”), por otro, metió el dedo en la llaga de las izquierdas en duelo. ¿Tienen tanta necesidad de sostener la continuidad del “antiimperialismo” las izquierdas dogmáticas y los nacionalismos populares? Por su parte, un sentido común algo reaccionario, de izquierda a derecha, se encargó de rechazarlo como foráneo y afirmando la supuesta especificidad local. ¿Nos consideramos incapaces de apropiarnos de ideas, diagnósticos y experiencias que se pensaron, ejecutaron o vivieron en otra parte? ¿Nos sentimos especiales, subdesarrollados o simplemente ajenos? Como si, por ejemplo, en el caso de Argentina, el peronismo no hubiese resultado de una resonancia con el *welfare* europeo y estadounidense, derivando en una apropiación singular; como si nuestras izquierdas leninistas y trotskistas no hubieran recibido, sobre todo en un tramo del siglo XX, ya no influencia, sino directamente órdenes de “afuera”. De modo que la recepción

local de *Imperio* supuso esnobismo, en ojos, ninguneos y desconocimiento, producto del deseo de sintonizar con lo nuevo, de la nostalgia, la cerrazón doctrinaria o los aires de superioridad en espejo al sentir cipayo. Pero también alimentó debates, apropiaciones interesantes y algunos entusiasmos genuinos como la paraxis.

Desde ciertos espacios psicoanalíticos hasta el grupo *Acontecimiento* (con Raúl Cerdeiras⁽¹⁾ como referente más agudo), desde tramas movimientistas y colectivos autonomistas hasta intelectuales como Horacio González⁽²⁾ o Luis Mattini⁽³⁾, la acogida de *Imperio* resultó productiva, entre la polémica y la incorporación directa de conceptos y elementos sensibles. En Argentina *Imperio*, como no podía ser de otro modo, fue leído al calor de la irrupción social de 2001. Recuerdo haber leído una traducción de Eduardo Sadier casi inmediata a la aparición del libro en Estados Unidos (Harvard University Press, 2000), versión urgente anillada y distribuida entre grupos de estudio, de militancia e instituciones como la Fundación Centro Psicoanalítico Argentino, ya que recién fue publicado por la editorial Paidós en 2002.

Se trata, entre nosotros, tal vez, del libro más conocido de Toni Negri (ya que Michael Hardt hasta entonces no estaba en nuestro radar). Algunos no lo consideramos el más importante como elaboración conceptual. Basta leer sus trabajos sobre Spinoza o *El poder constituyente*, sin mencionar el seminario compilado bajo el título de *Marx más allá de Marx*. Pero se trata de un libro cuya importancia puede cifrarse si se lo piensa como un gran índice, como un panfleto sumamente argumentado y elaborado que, en lugar de acercarnos una buena nueva o una directiva (¡del Partido!), nos acerca un diagnóstico y nos propone claves para pensar en función de lo que ese diagnóstico identifica como corte histórico y condiciones que se abren, tanto desde el punto de vista de las relaciones conocidas de dominación capitalista, como de las luchas venideras y la creatividad social. En ese sentido, cabe preguntarse, a veinte años de su publicación –para nosotros, una pregunta en paralelo a los casi veinte años del estallido de 2001– cuáles de esas intuiciones, indicaciones y propuestas siguen interpelándonos. Pero, sobre todo, hasta qué punto lo que se agita en nuestro presente –a veces de manera solapada, otras maniatada, incluso reprimida– conecta con esas fuerzas entrevistadas por los autores de *Imperio* y experimentadas por las multitudes en proceso de transformación.

1.

“Imperio” es el nombre, según apuestan Negri y Hardt, de una nueva forma de soberanía, más específicamente, del modo en que los procesos de globalización reconfiguran las relaciones entre autoridad, legitimidad y dominación. El ocaso de la soberanía moderna vería emerger un nuevo dispositivo de *governance*, a diferencia de las formas de gobierno propiamente modernas, descentrado, cuya capacidad de disolver fronteras típicamente nacionales le permitiría no solo “desterritorializar” las formas de vida existentes, sino también reterritorializar el mundo, dejando abierta una zona de reterritorialización entre lo conocido, la imposibilidad del duelo, y lo desconocido, la perplejidad. Claro que el ocaso de un fenómeno de tan larga data no podría no dar cuenta de una inercia generadora de confusiones, discusiones y dubitaciones propias del reacomodamiento de las fuerzas y las superposiciones de capas históricas.

En el arte de perder amigos e incluso anexarse enemigos nuevos, don del parresiasés, la reacción de las izquierdas en Argentina fue tan generalizada como el peso del discurso anti-imperialista. El ejemplo más cabal de ese anticuario fue el libro inmediato de Atilio Borón, *Imperio & Imperialismo*, publicado por Clacso en 2002 y refrendado por el premio Casa de las Américas, desde La Habana, en 2004. Las viejas categorías tienen sus propias instituciones y un circuito cerrado que se volvió un verdadero refugio, entre el gesto defensivo y el

resentimiento reactivo, una subjetividad que, a fuerza de negarle toda novedad a los procesos en curso, tampoco fue capaz de imaginar nuevas formas de resistencia y, sobre todo, nuevas vitalidades. Las izquierdas dogmáticas y parte del pensamiento conocido como “nacional popular” se encontraron a pesar suyo en el mismo bloque discursivo del anti-imperialismo ofendido. Unos por suponer que *Imperio* desconocía deliberadamente la existencia de clases sociales, otros por no acordar con el diagnóstico sobre el desdibujamiento de las fronteras estatal nacionales, ambos preocupados por la “vaga” noción de multitud... Ambos edificios necesitaban seguir sosteniendo la férrea salud de su sujeto correspondiente: el proletariado y el pueblo, correspondientemente.

Pero Negri y Hardt no desconocían en el libro la existencia e influencia concreta de los Estados más poderosos, ni mucho menos la capacidad del capitalismo de dividir en clases a la humanidad. De hecho, la saga abierta por *Imperio* consistió, en parte, en una apuesta por ampliar el concepto de lucha de clases, tanto como la radicalización de la democracia. Por eso mismo, se volvía necesario tanto explorar la reconfiguración de la forma trabajo – respuesta del capital a la resistencia obrera al disciplinamiento fabril y al éxodo de las juventudes posfordistas–, como describir y analizar la composición actual del *demos*. En el segundo libro de la saga, *Multitude*(4), vuelven explícita la respuesta: “La

multitud es un concepto de clase”. Solo que no se trata de una única clase, el proletariado, sino de una multiplicidad de formas de agruparse que *hacen* clase de acuerdo a líneas colectivas de lucha, a su vez, singulares. En este punto Negri es más marxista que sus críticos de izquierda, ya que intenta pensar la configuración material de una diversidad de capitalistas y de proletarios, de acuerdo a condiciones históricamente determinadas que hacen a su formación y desplazamientos. Además, que la posibilidad de unificación de las luchas, reenvíe al carácter político del concepto de multitud (y, por ende, de clase), no se trata solo de una mera constatación de un estado de cosas, sino de una investigación acerca de los posibles que se ciernen en el interior de la propia *lucha de clases*, determinante subjetiva de la clase.

En el tercer libro de la saga, *Commonwealth*(5), aseguran que la democracia, “no la aristocracia que se constituye a través de la representación, tiene la tarea de promover la producción del común y la expansión de las fuerzas productivas...”. Una democracia radical que se hace haciéndola, como alguna vez el Che Guevara imaginó para la revolución. Al parecer, los revolucionarios no pensaban lo mismo, ellos, como nuestros antiimperialistas de hoy, creían en la representación, como si una revolución se hiciera estableciéndose, es decir, dejando de hacerse... Pero el Che, que formaba parte constitutiva de ese imaginario,

albergaba la intuición de que no había transformación posible de las condiciones de opresión sin una revolución capaz de líneas de fuga, una revolución paradójica que se revolucionara a sí misma, justo antes de establecerse de manera definitiva. *Commonwealth* imagina la posibilidad de inventarse la instancia de decisión sobre la producción de relaciones y cosas, experimentar la cooperación, ya no como “revolución permanente”, sino como producción permanente del común.

Ignacio Lewkowicz(6), en Argentina, fue objeto de críticas similares cuando osó describir el agotamiento del Estado moderno a más allá del desguace neoliberal. Es decir, no solo los efectos de la intervención neoliberal, sino también la pérdida de eficacia del Estado como pan institución capaz de producir subjetividad. Lewkowicz llevó hasta sus últimas consecuencias el diagnóstico de un pasaje irreversible: de la potencia simbólica del Estado y los dispositivos que lo aseguran, a la lógica impasible del mercado, cuya única articulación es la “real” o literal, antes que la simbólica: “Si el Estado nación era ese terreno que proveía un sentido para lo que allí sucediera, el mercado es esa dinámica que conecta y desconecta, inevitablemente, lugares, mercancías, informaciones, personas, capitales o tecnología, sin que esa conexión/desconexión asegure *a priori* un sentido.”(7) Comparando la muerte del Estado nación a la muerte de Dios en el Zarathustra de Nietzsche, la

apuesta consiste en pensar de nuevo, inventar las herramientas, re-disponer los recursos para habitar una situación en la cual si no se actúa no está garantizada la subjetivación, es decir, la experiencia. Tal vez, la retórica inflamada de los gobiernos progresistas y las izquierdas posneoliberales de nuestra región haya tenido algo de sintomática... Ante la muerte de la capacidad de institución simbólica de situaciones y sujetos por parte del Estado, se habrían vuelto más simbólicos que nunca. En ese sentido, la apuesta de Lewkowicz y compañía, calibrada con el espíritu dosmilunero, mantiene algo de su vigencia veinte años después: del individuo a la subjetivación, del fragmento a la situación, del desierto a la invención de nuevos territorios habitables. El resto es inercia, fantasmagoría, historia mal digerida, nostalgia reactiva y cinismo realista(8).

Entre esas primeras reflexiones de finales de los años 90 y la salida de *Pensar sin Estado* (2004) se publicó *Imperio*. La mención pasajera que le dedica al libro de Negri y Hardt, volviéndose más pasajera aun con la inclusión en un mismo bloque del libro *Modernidad líquida* de Bauman (publicado en 2001), deja ver una diferencia de acentuación que, en ese contexto, no es poca cosa. Lewkowicz consideraba que la radicalidad del corte histórico dejaba a los diversos actores huérfanos de recursos

subjetivos para encarnar las operaciones necesarias que vuelvan habitable las nuevas condiciones; que no se trataba de un problema de escala –es decir, ni de tribalización ni de globalización–, sino de un verdadero drama existencial, de la emergencia de una perplejidad cercana a la náusea sartreana. Pero la fragmentación de lo social no resulta en fragmentos de lo social, sino en una lógica fragmentaria cuya positividad está dada, en un nivel, por la primacía financiera, y en otro por la subjetivación consumidora. Sostenía que el desafío principal no pasaría por la restitución de la lógica estatal o la recuperación épica del pueblo, sino por la construcción de situaciones, de habitabilidad fundada en la investigación de los márgenes subjetivos desde el desgarro mismo, es decir, desde una particular circunstancia: la destitución de la estatalidad, de lo social simbólicamente instituido, de la subjetividad sólida, no se correspondía con la emergencia de nuevas formas sociales, ni de otra solidez, sino que nos abandonaba al riesgo permanente de que ninguna experiencia se configurara –casi como en un movimiento inverso al del vaciamiento de la experiencia sobre el cual escribió alguna vez Benjamin. Al punto de volverse frecuente la dificultad y hasta la imposibilidad de hacer una experiencia (a nivel social, psíquico, político). Se trataba, en definitiva, de una investigación sobre los posibles procesos de subjetivación en condiciones de fluidez (económica, institucional, subjetiva).

Pensar sin Estado, de algún modo y solo en alguna zona, puede ser leído en paralelo a *Imperio*, pero la distancia más evidente pasa por la desconfianza de Lewkowicz ante categorías que consideraba de “clausura” (entre ellas “imperio”), como si sospechara que en el, en parte coincidente diagnóstico de Nagri y Hardt, se insistiera sobre la reconfiguración de una suerte de soberanía, esta vez, global, es decir, ya no una soberanía estructurada según dominios que definen un adentro y su afuera, incluso fronteras estratégicas como reservorio de posibles, sino una interioridad sin afuera. Lewkowicz, contraponía la operatoria de mercado, en tanto emergencia de una dinámica social distinta a la vigente en tiempos de solidez (primacía de la soberanía estatal nacional) a cualquier forma de reemplazo soberano, incluso el delineado por Negri y Hardt, que asimilaron mercado mundial a soberanía de un nuevo Imperio y tomaron “la forma del mercado mundial como modelo para comprender la soberanía imperial.”⁽⁹⁾ Lewkowicz acentuaba el carácter destituyente, incluso des-subjetivante de la conectividad mercantil, en tanto no dispone de metarepresentación ni metaregulación capaces de garantizar un orden simbólico o de instituir *per se* lo social. Entonces, entre *Del fragmento a la situación* y *Pensar sin Estado*, se diagnostica, ya no la crisis, sino el agotamiento de la lógica estatal nacional, y se visualiza a partir de la irrupción social de 2001 una posibilidad

de subjetivación(10) en un contexto en el que se impone el desarme subjetivo y la insociabilidad, en principio, por omisión. Es decir, que el desplazamiento provocador de entonces nos arrastraba hacia una posición incómoda desde la cual no tenía tanto sentido preguntarnos cómo rechazar a la autoridad soberana en nosotros, sino qué hacer cuando somos rechazados por unas nuevas condiciones vacías de soberanía. Las pistas que emergían recomendaban orientar la libido política no tanto hacia el gesto rupturista (¡para qué insistir con el martillo sobre lo que ya es ruinas!), como hacia la necesidad de crear situaciones subjetivantes, armar consistencia existencial, es decir, experiencia.

En *Imperio* también se identifica un corte que excede a la crisis, aunque los autores conservan el término y lo definen como una omnicrisis, “red flexible de micro-conflicots”. La formación de una nueva soberanía imperial anularía el potencial diferencial de las subjetividades constituyentes bajo un manto indiferenciado de consenso. Al mismo tiempo, reconocen como un rasgo decisivo de la soberanía imperial su carácter descomponedor, su capacidad de comandar apoyándose en las divisiones y conflictividades existentes, sin habilitar nuevas instancias de encuentro ni nuevas fronteras semejantes a las estatales nacionales. El tercer momento simultáneo del Imperio estaría dado por una economía general del comando, más pragmática

que ideológica. Negri y Hardt sostienen la necesidad partisana de la deserción, vaciarse internamente de los mandatos residuales y de nuevas formas de control por modulación. Sin embargo, aun con un lenguaje distinto al del historiador argentino, admiten no poder dar aun indicaciones “del tipo de subjetividades políticas que podrán responder y vencer a las fuerzas del Imperio”, ya que el capitalismo post imperialista que describen no se encontró aun frente a su Comuna de París... y el plan de crear dos, tres, muchas comunas, no resultó en los términos en los que fue concebido.

Para el argentino lo global solo puede ser pensado localmente y en situación, es decir, que aun las lógicas más globales y generalizadas (como la financiera) deben ser procesadas y contrarrestadas en la materialidad concreta de ese recorte, la situación, que, a diferencia del fragmento (destino impuesto globalmente a lo localizado), se da como parte de un proceso que genera condiciones de un *plus* subjetivo. Por el contrario, para Negri y Hardt, “el poder del Imperio y los mecanismos de la soberanía imperial sólo pueden ser comprendidos cuando son confrontados en la escala más general, en su globalidad.”(11) Ambos reconocieron que la fuerza de trabajo ampliada a la cooperación social es explotada por un capital imperial deslocalizado que, en su viaje infinito, solo se detiene cada vez que encuentra condiciones de reproducción (es decir, de aumentación). La autonomización de

esa capacidad universal de producir, según los autores de *Imperio* resulta poderosa, entre otras cosas, por tratarse de una “actividad sin lugar”. Lewkowicz no hacía tanto hincapié en el carácter alienado de las fuerzas productivas como en el drama del desenganche y la expulsión de cualquier condición productiva y, por lo tanto, en la necesidad de reinventar el espacio y el tiempo habitables para la producción común de subjetividad. Es decir, que, coincidiendo con Negri y Hardt en la impotencia de cualquier intento de ocupación de lugares en un mundo de deslocalización de las relaciones de producción, no apostaba a la “evacuación de los lugares del poder”, ni a la confrontación (el “ser-contra”), sino a la desaceleración y la marcación en la veloz y resbalosa superfluidad neoliberal. Extremando contraste lo que en el fondo son matices, se podría decir que ahí donde Negri y Hardt advirtieron la necesidad de la deserción, Lewkowicz y compañía entrevieron las virtudes de poblar... con subjetividades entrenadas en la desaceleración. De ahí la diferencia de figuras en juego: la multitud de los pobres en el Imperio, los consumidores y los expulsados en la era de la fluidez.

Por su parte, Raúl Cerdeiras valoró la salida de *Imperio* como un verdadero hecho político y no solo saludó la discusión abierta, sino que pretendió esbozar una crítica en interioridad. Tal vez, por eso señaló para distanciarse tanto la crítica exterior de Atilio Borón, quien acusaba a Negri y Hardt de alejarse

irremediablemente del marxismo – nombre del materialismo histórico–, como la crítica, igualmente exterior, de Beatriz Sarlo que, contrariamente, lo ubicaba como una resonancia tardía con la tradición marxista, incluso populista (por ende, desde su punto de vista liberal, poco democrático). En un curso que ofreció en octubre de 2002, explicó que su principal interés consistía en discutir la ontología que, según los propios autores de *Imperio*, fundaba las principales hipótesis del libro.

Desde el punto de vista de Cerdeiras, “el dispositivo ontológico de los autores de *Imperio* quedará capturado bajo la categoría de *totalidad*” (que ninguna irrupción azarosa destotalizaría) y “la idea de una dirección de sentido necesario...”⁽¹²⁾ Es decir, que, en su intento por hacer lugar a la irrupción de la multiplicidad a la hora de pensar la subjetivación política, no habrían podido evitar la reinstauración del Uno que, desde la lectura de Cerdeiras, se confunde con la inmanencia misma. Por otra parte, su crítica se dirige tanto a la noción de límite flexible y en desplazamiento que el libro pretende describir como transformación y relevo de los límites típicamente espacializados del capitalismo fordista, como a la supuesta ausencia de contrincantes reales para la multitud, si es que ésta se define por su potencia ontológica traducida políticamente como capacidad positiva, y el Imperio sólo cuenta con su vacía maniobra

dominadora. Es cierto que en las variaciones mediante las cuales Negri y Hardt introducen el concepto de “multitud”, da la impresión de que intentan nombrar un fenómeno ambivalente, entre la servidumbre voluntaria y la conquista de sí, apostando a una imagen distinta y, a la vez, familiar a la consciencia de clase: la “autoorganización biopolítica”. Al mismo tiempo, que la fuerza de su principal adversario surgiría de una serie de confusiones: del proceso de desregulación de la vida con la liberación, del efecto disolvente de lo subjetivo por parte de las nuevas tecnologías con el relajamiento del esquema de explotación, de la conectividad creciente con una nueva y prometedora sociabilidad.

Pero no es lo que, al parecer, un pensamiento referenciado en la apuesta filosófico política de Alain Badiou estaría dispuesto a aceptar, y su dedo índice señala la falta terrible: una teoría de la emancipación que no encuentra lugar para la ruptura y la novedad sin sacrificar su principal fundamento: en este caso, el plano de inmanencia. Es decir, lo que reclama a *Imperio* un lector como Cerdeiras, no desde el punto de vista de un crítico, sino como un activista y teórico político, es la necesidad de despegar, ruptura mediante, la autonomía política de la multitud –es decir, su posibilidad de volverse sujeto de su propia génesis, que la hundiría, desde su punto de vista, en el ser social, renunciando así a la autonomía de la política. Al mismo tiempo, una

hermandad posible con este libro, al que definió como “duro, motivador, no fácil de criticar y sobre todo inventivo y valiente”, pasaría por el modo en que entiende a la militancia asociada a la invención, no representativa, sino atenta, interpelada y orientada a la “condición común de la multitud”.

En disonancia con lo planteado por Cerdeiras, la bienvenida a la multitud presente en *Imperio* no es una rémora del posmodernismo, ya que ésta se concibe como una posibilidad de subjetivación política inmanente, es decir, en el interior del ser como movimiento de diferenciación en sí y, por lo tanto, disponible al acontecimiento. No se trata de un ser preformado, sino de un desafío de ser, por eso Negri y Hardt hablan de una ontología política; en tanto, el ser de la multitud depende de lo que la multitud pueda ser, su política antecede a su ser. “La dignidad del ser –dice Hardt en otra parte– es precisamente su poder, su producción interna, es decir, la genealogía causal eficiente que surge desde adentro, la diferencia positiva que marca su singularidad. (...) De esta diferencia eficiente que reside en el corazón mismo del ser fluye la multiplicidad real del mundo.”(13)

En *Commonwealth*, Negri y Hardt, ajustan cuentas con el propio Badiou, valorándolo por haber colocado al *acontecimiento*, “con su irreductible e intrínseca multiplicidad”, en el centro del pensamiento contemporáneo. Pero inmediatamente marcan una diferencia. Mientras Badiou privilegiaría el momento del

efecto acontecimental y sus figuras: la fidelidad, siempre paradójica, la decisión, siempre inventiva, el corte, siempre disruptivo; ellos subrayan, con Foucault, “la productividad del acontecimiento”, es decir, su forma de anidar ya siempre como posibilidad en el interior de las estrategias de la producción biopolítica –para Negri y Hardt, producción de la multitud. A veces, las apuestas políticas dependen de la elección del misterio: creencia subversiva en este mundo o creencia en la irrupción subversiva de un estado de cosas dado. Hay un dilema ontológico que se traduce políticamente: ¿cómo de lo que es surgiría o se produciría lo que no es (o lo que aún no es)?, o bien, ¿cómo lo que ni siquiera podemos imaginar que sea llegaría a ser o produciría lo que es? Acontecimiento, transición, devenir... Entrecruzamientos y tensiones entre apuestas emancipativas.

2.

Imperio señaló como urgencia lo que el *operaismo* italiano había planteado como novedad. Por un lado, la pérdida de hegemonía del proletariado industrial, no desde un punto de vista estadístico, ni desde un pronóstico que lo ubicara al borde de la extinción, sino desde el punto de vista del capital como relación. Por otro, la aceleración del trabajo social, la “acumulación” informacional como nuevo modo de acumulación originaria y la “socialización incrementada” (la proletarianización de todas las

dimensiones de la vida), de la mano de la tendencia a la simultaneidad de la producción social. En lugar de seguir considerando a los servicios como un sector más de la economía, identificaron en el rol desempeñado por la información, la comunicación, el conocimiento, la coordinación, pilares de una nueva economía productiva y subjetiva. Al mismo tiempo, la referencia a la informatización que hacen para pensar las transformaciones laborales –“Las máquinas interactivas y cibernéticas se convierten en nuevas prótesis integradas a nuestros cuerpos y mentes...”– será una de las claves para pensar más adelante, no tanto la informatización propiamente laboral, sino el avance de la forma trabajo sobre todas las dimensiones de la actividad humana, de la mano de la informatización y la virtualización.

Imperio cuestionó la centralidad de la exterioridad, por un lado, entre países dominantes y países subalternos (imperialismo) y, por otro, entre capitalistas dueños de capital fijo y trabajadores (capitalismo industrial). Lo hizo en nombre de la necesidad de asumir la inteligencia colectiva y la afectividad como campos de batalla preponderantes en términos de la invención y la producción del común. Al mismo tiempo, cuestionando la externalidad de las relaciones de poder, proponía asumir que las formas de gobierno y control emergentes resultaban tan difíciles de distinguir –al menos, al modo de un enemigo que se tiene en frente– como dependientes de las propias potencias, dado que “la

cooperación es completamente inmanente a la propia actividad laboral". Dos desplazamientos, entonces: por un lado, la coordinación de la actividad, asociada generalmente a la capacidad de comando, queda del lado de los propios trabajadores; por otro, lo que antes era considerado "capital variable", es decir la fuerza de trabajo, ahora asume todas las características del "capital fijo" y no está por principio en poder de la posición capitalista. En el fondo, este diagnóstico y la consecuente apuesta política de Negri y Hardt conectan con un llamamiento contra la servidumbre voluntaria y un corrimiento decidido del lugar de la víctima. ¿Habría sido esa interpelación, antes que cuestiones conceptuales o nostalgias inexplicables, la que fastidió a buena parte de las izquierdas doctrinarias y a los nacionalismos antiimperialistas?

Es curiosa la reticencia de las sectas políticas(14) a incorporar un diagnóstico y un pensamiento como el de *Imperio* en lo que pudiera resultar de utilidad desde el punto de vista de las luchas y genealogías necesarias en aquel momento. Tal vez esa reticencia haya sido directamente proporcional a sus dificultades para procesar la irrupción de 2001, incluso para sumarse a las asambleas populares y barriales como *cualquiera*. Más allá de las evidentes especificidades locales y las singularidades propias de nuestra historia, no alcanzaba con la acusación de "eurocentrismo" para hacer oídos sordos a un libro como *Imperio* o incluso a un militante histórico como

Toni Negri. La precarización que padecieron los trabajadores y trabajadoras argentinas durante la década del '90, la creciente desterritorialización de la producción, la movilidad del capital como arma de negociación (y hasta imposición de condiciones a países enteros) y el debilitamiento de las organizaciones sindicales eran una realidad palmaria en Argentina, tanto como la necesidad de relanzar la organización y la lucha desde procesos subjetivos distintos a los heredados. Entonces, ¿cómo no leer *Imperio* (incorporándolo, problematizándolo e incluso discutiéndolo) a favor de las luchas y procesos de subjetivación en ciernes!

La ambivalencia de la figura de la *red* se nos propuso a partir de *Imperio* (y no solo) como terreno de investigación vital, es decir, no como objeto de pesquisa académica o de indagación intelectual, sino como realidad inevitable y, al mismo tiempo, germen de nuevos posibles en el plano organizacional, afectivo, comunicativo. Contrariamente al modo rizomático de las *redes*, el modelo oligopólico por izquierda y derecha asumía el rol de la conjura y neutralización de potencias inexploradas hasta ese momento. Al mismo tiempo, Negri y Hardt colocaron la pregunta por lo *común* asociada a la necesidad de nuevas imágenes de lo colectivo, entre prácticas abiertas a la experimentación y creación de nociones comunes. No lo plantearon en términos de una disputa por el sentido común, la hegemonía(15) o la comunicación, sino de la productividad

conceptual como imaginación política alojada en la praxis, en unas condiciones en las cuales “participamos de una comunidad mucho más radical y profunda que la que se haya experimentado nunca en la historia del capitalismo”. El problema pasa por los devenires comunes de la multitud.

En *Imperio* se juega una suerte de materialismo trágico que debe operarse con lo existente, desde abajo, antes que desde una consciencia erguida por sobre las mutaciones en curso. En ese sentido, resultó una bocanada de aire fresco para quienes estuvieran dispuestos a respirarlo. Y, de algún modo, 2001, el Caracazo, y mucho después Plaza Tahrir, el 15M, Occupy Wall Street, entre otros movimientos, respiraron e hicieron respirar desde situaciones y emplazamientos geopolíticos diversos la potencia (y ambivalencia) de lo que Negri y Hardt llamaron multitud. La multitud, en tanto subjetivación política, correría con la originalidad de expresar la red de singularidades como base de la producción del común, interrumpiendo así tanto la ideología de la intercambiabilidad total propia del mercado global, como la captura nacionalista homogeneizante. Del mismo modo, apostando a seguir las líneas de hibridación de movimientos y subjetivaciones, en definitiva, de singularidades, despejaban cualquier anhelo de pureza o nostalgia de bloque.

Los autores de *Imperio* identifican, aun hoy, en nuevas formas de división del trabajo, en la

segmentación y todo tipo de limitaciones que se articulan paradójicamente con la desregulación de las vidas, una forma desesperada de combatir la fuerza y las potencialidades de la multitud. Los modos del imperio resultarían inversamente proporcionales a la potencia de la multitud, en tanto y en cuanto, la politización de ésta resultara de la apropiación de una oportunidad histórica: la producción material coincide con la producción de existencia en todos los planos o, mejor dicho, en el plano de inmanencia. Las protestas y los asaltos articulan distintos niveles de demanda y productividad del común. Desde el reconocimiento a la movilidad, las tareas y capacidades ya existentes —y demandadas por los propios capitales para reproducirse—, hasta “el derecho general a controlar su propio movimiento, es la demanda final por la ciudadanía global”. Más allá de esta terminología, tal vez no muy cara a nuestra sensibilidad política latinoamericana, la fuerza de los planteos de *Imperio* tiene que ver con ese llamamiento a la transversalización de las luchas, la profundización de la hibridación de las formas de vida, el desparpajo con el que panfletizan la reapropiación de tiempos y espacios por parte de cada sujeto despojado, cada zona de la vida expropiada, cada instancia de asedio y control sobre el deseo.

Antes que desobediencia civil, se trataría de una reformulación completa de lo civil mismo, de la

invención de un tipo de ciudadanía o, mejor, de habitabilidad, de autonomías productivas, comunicativas e incluso reproductivas. Más allá de la desobediencia ante el aparato del Estado y ante la clase capitalista industrial, aparece una desobediencia continua en el interior mismo de los procesos productivos, una suerte de introspección singular del común, esa capacidad nietzscheana de traicionarse a sí mismo en nombre de una transformación vital, de la emergencia de fuerzas activas en la propia vida. Reapropiación de los medios de producción y de los medios de decisión coinciden. La existencia que precede a la esencia, la política que antecede al ser, expresan, de Sartre a Deleuze y Guattari, la apuesta ontológica de *Imperio*: “Los procesos de constitución ontológica se despliegan durante los movimientos colectivos de cooperación, a través de las nuevas tramas tejidas por la producción de subjetividad. Es en este sitio de constitución ontológica donde el nuevo proletariado aparece como un poder constituyente.”(16)

3.

Casi diez años después de la salida de *Imperio*, Negri y Hardt se preguntaron cómo cartografiar la globalización y, sobre todo, la *governance*(17) imperial tras la caída del unilateralismo estadounidense y de los proyectos hegemónicos a la vieja usanza. Es decir, que continuaron sosteniendo la hipótesis de una soberanía imperial posnacional.

De algún modo, más allá de los tipos de *governance* que distinguen, se trata de un verdadero dispositivo —en el sentido foucaultiano— de control de la circulación de flujos, orientación de las conductas y producción de arquitecturas flexibles y diversas como sustitutas de la vieja legitimidad. En ese sentido, también la apuesta por una democracia absoluta fundada en la potencia de la multitud que de los trabajos sobre Spinoza a *Imperio* sostuvo Negri, sigue vigente y, de hecho, la idea de que la reacción imperial suponía la obturación y una violencia para nada disimulada sobre los movimientos y sus conductos transversales, también encuentran alguna verificación en las prácticas de comando contemporáneas y la tendencia a la “refeudalización” que el propio Negri señaló luego de la publicación de *Commonwealth*.(18) El liberalismo pacato que insiste en la defensa de una república vacía, defensor, en realidad, de una oligarquía políticamente nada liberal, es todo un síntoma de un formato de *governance* posdemocrático, una república sin democracia en tiempos de autoritarismo del capital.

En el último libro (hasta el momento) de la saga Negri-Hardt, *Assembly*, aquel trabajo de hace veinte años permanece vivo. No solo llaman a no lamentar la lenta agonía de la soberanía nacional, sino que en un “segundo llamamiento”, reclaman la invención de “instituciones no soberanas”. En algún punto, las instituciones del común que esta

imaginación política asume como parte de un imaginario emergente de una diversidad de luchas, redes cooperativas, singularidades, formas de vida, conectan con la necesidad de radicalizar la democracia, contracara de la *governance* posdemocrática que, en su proceso de formación, supone cierta escisión entre institucionalidad (y juridicidad) y Estado-nación. El proceso que desde abajo cimentó la posibilidad de contar con gobiernos filopopulares en América Latina mostró, tal vez, todo lo que pueden los Estados hoy. El capital y su red de poderes fácticos van más rápido, casi a la velocidad de la multitud o, en todo caso, a la velocidad suficiente como para alimentarse de su potencia.

En su cuarto libracó, Negri y Hardt insisten en la necesidad de un tipo de institucionalidad que no confunda organización y mando, duración y dominación, instancia de decisión y liderazgo. De otro modo, ¿cómo rehuir a la paradoja de la obediencia propia del soberanismo?, ¿cómo asegurar relaciones activas en lugar de resentidas, redes afectivas en lugar de vínculos instrumentales, disponibilidades amorosas en lugar de espíritus competitivos?, ¿cómo viabilizar la politicidad de las vidas contra la instauración permanente de relaciones de poder si insistimos en la toma del poder como camino principal? *Imperio* se atrevió, junto a una constelación de experiencias y apuestas ético políticas, a plantear el desafío de reducir las miserias del poder al mínimo posible en el marco de la

creación de nuevas instituciones, más afines a la *potentia* que al polo de la *potestas* siempre entramado con ésta: “no instituciones para gobernarnos, sino instituciones para fomentar la continuidad y la organización, instituciones para ayudarnos a organizar nuestras prácticas, gestionar nuestras relaciones y tomar decisiones de manera conjunta”(19)

Como dice Miguel Benasayag, la pandemia actual expone de manera descarnada la trama socio-ambiental constitutiva de lo que somos, cada quien experimenta materialmente la fragilidad que nos pone en común; a su vez, distintos movimientos y redes se revelan en la primera línea de sostenimiento del lazo y de las condiciones de reproducción de la vida. El capital y los poderes fácticos beneficiarios de extractivismos naturales, financieros y cognitivos, buscan (con la venia de los Estados) debilitar a las fuerzas plurales y dinámicas de la multitud para hacerles pagar los costos de la pandemia, y, por su parte, las estructuras continuadoras de viejas formas partidarias, burocráticas y jurídicas apuestan a conservar sus posiciones a costa de la pérdida de todo dinamismo. Sin exageraciones ni mayores expectativas, incluso bajo la idea de que algunos de los rasgos más oprobiosos de las condiciones de vida anteriores a la pandemia pueden empeorar, resuena la fórmula de *Asamblea* según la cual “el común viene antes”. Ubicamos dos modos de la “anterioridad”: uno ligado a la acumulación histórica reciente

y otro enraizado en las capacidades comunes como principal elemento productivo de la materialidad social, económica y afectiva. Nos preguntamos en relación a esos dos niveles, 1: ¿Podremos los movimientos y redes de singularidades que componemos la multitud actual retomar la “lógica de nueva institucionalidad” que demostraron las experiencias de politicidad en lo que va del siglo XXI?; 2: ¿lograremos asociar unos deseos colectivos en proceso a la reapropiación de nuestro capital ontogénico?

Si en algún momento, en el transcurso de la saga abierta por *Imperio*, los autores se detuvieron en Lenin y valoraron su pensamiento de la transición, al final, parecen más cercanos al primer Trotsky, aquel que anticipó los problemas del centralismo y vaticinó que la tan mentada dictadura del proletariado nacía desde su misma concepción como una “dictadura sobre el proletariado”. Acusó en sus trabajos de 1904 directamente al “socialdemócrata-jacobino” Lenin de anteponer la necesidad de comando por sobre el ascenso político del proletariado —reemplazando “la dominación política de la clase por la dominación organizativa sobre la clase”(20). Se distanció de la crítica del “jacobinismo doctrinario” de los “camaradas de los Urales” que acusaban a la Comuna de París por su exceso de discusión y su supuesta poca acción; incluso redobló la apuesta considerando que el paso al socialismo se abriría gracias al fomento de esas

discusiones, la creación de tendencias y la constancia de la lucha. Entre la prematura crítica de Trotsky al “fetichismo organizativo” del Partido y la madura confianza de Negri y Hardt en la potencialidad organizativa de la multitud se juega otra genealogía posible del marxismo más allá de Marx.

Excursus

En Argentina —pensando lo global desde lo local—, el enfrentamiento se impone tanto como la necesidad de barajar de nuevo la organización y las formas de encontrarse y afectarse. Rentas tecnológicas, energéticas, alimentarias; tierras y recursos naturales; contaminación socio-ambiental, medicalización del malestar, privatización del ánimo y espectacularización de la política... nos ponen cada vez de cara a la policía, los servicios, la paraestatalidad, la difamación, la judicialización. No hay forma de escaparle a los antagonismos que nos estallan en la cara; pero, al mismo tiempo, sólo nos resultará posible encarar la alegría del enfrentamiento, el enfrentamiento como una forma algo extrema de alegría, desde el encuentro con la materialidad más plena de nuestras corporalidades, el afecto en la diferencia como disposición anímica de nuestras redes y organizaciones, el cuidado mutuo y la recreación de ritmos y resonancias vitales, la confianza en la productividad diferenciada y modal de nuestras capacidades comunes. Un nuevo

sensualismo se apropiará de nuestros gestos sin que nos demos cuenta, la inteligencia humorística gobernará nuestras tramas de complicidad, el vibrato rebelde que siempre estuvo ahí se hará lugar en nuestros cuerpos excitados por una perplejidad aliada.

Pero no hay militancia que valga para esta partida desconocida, ni partido nuevo ni viejo... ni secta ni iglesia. De manera risueña (por no caer en una espiral escéptica definitiva), podríamos preguntarnos si el final de *Imperio*, con sus loas a un nuevo tipo de militancia positiva que “transforma la resistencia en contrapoder y cambia la rebelión en un proyecto de amor” y su ejemplificación en la figura de San Francisco de Asís, anticipó sin saberlo la llegada de Bergoglio al poder del Vaticano. Solo que Francisco, con su abstracto “hagan lío” como correlato de su real política pacificadora, no es precisamente un comunista, sino ¡un Papa peronista!

Referencias

- HARDT, M. *Deleuze. Un aprendizaje filosófico*, Paidós, Buenos Aires, 2004.
- LEWKOWICZ & ASOCIADOS. *Sucesos argentinos. Notas ad hoc*, edición independiente, Buenos Aires, 2002.
- LEWKOWICZ, I., CANTARELLI, M. (coord.), *Del fregmento a la situación* (Grupo Doce), ed. Independiente, Buenos Aires, 2001.
- NEGRI, A., HARDT, Mi. *Imperio*, traducción de Eduardo Sadier, publicación de cuaderno por la Fundación Centro Psicoanalítico Argentino, Buenos Aires, 2001.
- NEGRI, A., HARDT, M. *Asamblea*. Akal, Madrid, 2019.
- NEGRI, A. “Corruzione, nuova accumulazione, rifeudalizzazione”, Revista *Common. Resistenza, indipendenza, esodo*, año 1, N° 0, septiembre de 2010. Publicado en español en *Dilemas políticos*, Quadrata-Red Editorial-IPyPP, Buenos Aires, 2012.
- TRITSKY, L. *Contra Lenin* (curado y prologado por Horacio Tarcus), Red Editorial, Buenos Aires, 2019.

Notas

1. Filósofo formado en grupos de estudio y reconocido por los grupos que desde hace más de 30 años coordina (los grupos de estudio son una especie de tradición de gran impronta entre sensibilidades de izquierda y psicoanalistas). Dio a conocer la obra de Alain Badiou en Argentina y cofundó el grupo y la revista *Acontecimiento*. Publicó *Subvertir la política* (Autonomía-Red Editorial, Buenos Aires, 2013), donde repasa historia reciente y actualidad de las luchas en América Latina, la experiencia del zapatismo, el legado de las Madres de Plaza de Mayo, etc., y ofrece herramientas conceptuales para un activismo del acontecimiento.

2. Sociólogo, historiador y ensayista capaz de llevar el peronismo que lo alimenta al límite de los problemas que es capaz de plantearse, con ribetes libertarios y afinidad con una cultura amplia de izquierdas. A pesar de haberse doctorado (de hecho, lo hizo en São Paulo), permaneció siempre en los márgenes de una gramática académica, y, a pesar de haber sido director de la Biblioteca Nacional, inventó siempre “afueras” en las instituciones. Su prolifera obra enhebra la gran teoría política con la historia argentina, la literatura y el ensayo locales con la gran filosofía occidental.

3. Pseudónimo guerrillero de Juan Arnol Kremer Balugano, un trabajador fabril influenciado por el pensamiento

marxista espartaquista. Escritor, entre el ensayo político y la novela. Fue fugazmente Secretario General del PRT-ERP tras el asesinato, a manos de la dictadura de la desaparición de personas, de Mario Roberto Santucho, hasta su exilio en Suecia. A su regreso hizo una revisión profunda del tipo de militancia de la que formó parte, estudio el pensamiento de Spinoza, y 2001 lo encontró disponible a la novedad política. En una conversación extendida con Miguel Benasayag dan cuenta socarronamente del corte histórico respecto de la propia actividad militante y de la necesidad de alimentar una nueva radicalidad (publicado como *La vida es una herida absurda*, Autonomía-Red Editorial, Buenos Aires, 2013).

4. Publicado el mismo año en Italia: *Moltitudine*; Rizzoli, Milán, 2004.

5. Publicado al año siguiente en Italia: *Comune*; Rizzoli, Milán, 2010.

6. Fue un historiador y filósofo que, influenciado por Halperín Donghi y Foucault, Althusser y Badiou, diagnosticó el agotamiento del Estado en su forma moderna clásica y anticipó, en buena medida, los efectos del neoliberalismo en términos de nuevas subjetividades y el reacomodamiento del Estado en un escenario gobernado por las finanzas. Falleció muy joven en un accidente junto a su compañera, Cristina Corea, pero su intervención fue vital y duradera. Para muchos de nosotros, 2001 lleva su marca, tanto

por lo premonitorio de sus ideas en la última parte de la década del 90, como por las herramientas que desplegó para pensar en el corazón de la irrupción. *Pensar sin Estado*, su obra póstuma, es su libro más conocido, pero es sólo la coronación de una serie de libros e intervenciones públicas y, al mismo tiempo, la primera piedra de pensamientos que lo continuaron. (por ejemplo, Huprt, P. *El Estado posnacional*, Autonomía-Pie de los Hechos en Red Editorial, Buenos Aires, 2015).

7. Lewkowicz, I., Cantarelli, M. (coord.), *Del fregmento a la situación* (Grupo Doce), ed. Independiente, Buenos Aires, 2001.

8. En *Pensar sin Estado* se lee: “La subjetividad estatal en nosotros parece pensar automáticamente a *ley muerta*, *ley puesta*. La emergencia de los poderes destituyentes hizo aparecer soluciones restitutivas que no asumen la alteración esencial.” (Lewkowicz, I. *Pensar sin Estado*, Paidós, Buenos Aires, 2004)

9. Negri, A., Hardt, M. *Imperio*, traducción de Eduardo Sadier, publicación de cuaderno por la Fundación Centro Psicoanalítico Argentino, Buenos Aires, 2001.

10. Lewkowicz & Asociados. *Sucesos argentinos. Notas ad hoc*, edición independiente, Buenos Aires, 2002.

11. Negri A., Hardt, M. *Imperio*, op. cit.

12. Cerdeiras, R. *Subvertir la política*, Autonomía-Red Editorial, Buenos Aires, 2013. Originalmente publicado en el N° 24/25 de la revista *Acontecimiento*, mayo de 2003. rgia solar – a última ainda conta com subvenções estatais para se tornar viável.

13. Hardt, M. *Deleuze. Un aprendizaje filosófico*, Paidós, Buenos Aires, 2004.

14. Como las definió Horacio Tarcus en *La secta política* (Red Editorial, Buenos Aires, 2019)

15. En relación al resurgimiento de la noción gramsciana de “hegemonía” Negri discutió fuertemente su uso y explicitó su crítica a Ernesto Laclau por el modo en que asimiló hegemonía a equivalencia de demandas en una suerte de consenso gubernamental. Mientras que prefiere sostener la irreductibilidad entre potencia de la multitud (expresión) y formas de institucionalización de las luchas (derecho), reinterpretando a la luz del dinamismo de las conflictividades contemporáneas un concepto surgido en el contexto de la derrota proletaria a manos del fascismo.

16. Negri, T., Hardt, M. *Imperio... Op. Cit.*

17. En *Commonwelath*, los autores proponen una doble genealogía del término *governance* (económica y filosófica) para dar cuenta de un

modelo de gestión basado en la “coordinación consensual” de una diversidad de actores con poderes desiguales y lógicas diferentes; distinto al gobierno y la construcción de legitimidad típicamente estatales o centralizados y verticales.

18. Negri, A. “Corruzione, nuova accumulazione, rifeudalizzazione”, Revista *Common. Resistenza, indipendenza, esodo*, año 1, N° 0, septiembre de 2010. Publicado en español en *Dilemas políticos*, Quadrata-Red Editorial-IPyPP, Buenos Aires, 2012.

19. Negri, A., Hardt, M. *Asamblea*. Akal, Madrid, 2019.

20. Tritsky, L. *Contra Lenin* (curado y prologado por Horacio Tarcus), Red Editorial, Buenos Aires, 2019.

Abstract

Empire, by Toni Negri and Michael Hardt, was ambiguously received in Latin America; on the one hand, it provoked stridency, as if it were an announcement slightly stripped of surprise (some speak of a “postmodern” sensibility), on the other, it put its finger on the sore of the mourning left. Do dogmatic leftists and popular nationalisms have such a need to sustain the continuity of “anti-imperialism”? For its part, a somewhat reactionary common sense, from left to right, was in charge of rejecting him as a foreigner and affirming the supposed local specificity. Do we consider ourselves incapable of appropriating ideas, diagnoses, and experiences that were thought, executed, or lived elsewhere? Do we feel special, underdeveloped, or just alien? As if, for example, in the case of Argentina, Peronism had not resulted from a resonance with European and American welfare, resulting in a singular appropriation; as if our Leninist and Trotskyist left had not received, especially in a stretch of the 20th century, no longer influence, but directly orders from “outside”. So the local reception of Empire supposed snobbery, anger, ignorance and ignorance, product of the desire to tune in to the new, of nostalgia, doctrinal closure or airs of superiority in mirror when feeling sepy. But it also fueled debates, interesting appropriations, and some genuine enthusiasm like praxis.

Keywords: Empire; Michael Hardt; Antonio Negri; Argentina.

Resumen

Imperio, de Toni Negri y Michael Hardt, fue ambiguamente recibido en América Latina; por un lado, provocó estridencia, como si se tratara de una anunciación ligeramente despojada de sorpresa (algunos hablan de una sensibilidad “posmoderna”), por otro, metió el dedo en la llaga de las izquierdas en duelo. ¿Tienen tanta necesidad de sostener la continuidad del “antiimperialismo” las izquierdas dogmáticas y los nacionalismos populares? Por su parte, un sentido común algo reaccionario, de izquierda a derecha, se encargó de rechazarlo como foráneo y afirmando la supuesta especificidad local. ¿Nos consideramos incapaces de apropiarnos de ideas, diagnósticos y experiencias que se pensaron, ejecutaron o vivieron en otra parte? ¿Nos sentimos especiales, subdesarrollados o simplemente ajenos? Como si, por ejemplo, en el caso de Argentina, el peronismo no hubiese resultado de una resonancia con el welfare europeo y estadounidense, derivando en una apropiación singular; como si nuestras izquierdas leninistas y trotskistas no hubieran recibido, sobre todo en un tramo del siglo XX, ya no influencia, sino directamente órdenes de “afuera”. De modo que la recepción local de Imperio supuso esnobismo, enojos, ninguneos y desconocimiento, producto del deseo de sintonizar con lo nuevo, de la nostalgia, la cerrazón doctrinaria o los aires de superioridad en espejo al sentir cipayo. Palabras clave: Imperio; Michael Hardt; Antonio Negri; Argentina.

“...a nombre de la libertad...”: Latinoamérica ante la dinastía Jeffersoniana.

Giuseppe Cocco (1) e Jeudiel Martinez (2)

1- Professor Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro, membro do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (ECO/UFRJ), coordenador do Laboratório Território e Comunicação (LABTeC)

2- Pesquisador do Laboratório Território e Comunicação da Universidade Federal do rio de Janeiro (LABTeC)

“...y los Estados Unidos que parecen destinados por la Providencia para plagar la América de miserias a nombre de la Libertad...”. - Simón Bolívar. Carta a Patricio Campbell.

“He was impregnably armored by his good intentions and his ignorance.” - Graham Greene. The Quiet American

Demonología

“Ayer el diablo estuvo aquí. Huele a azufre todavía”. Dijo Chávez ante la Asamblea General de la ONU en 2006. Sus ataques a George Bush y Condoleezza Rice se habían hecho parte del folklore latinoamericano en esos años antes del desastre. Es verdad que otros mandatarios decían cosas parecidas desde tribunas internacionales pero eran tiranos o representantes de gobiernos autoritarios, Chávez, un mandatario electo que había sobrevivido a un golpe de estado, parecía revitalizar el anti-imperialismo que, tras la caída del

muro, había quedado reducido a la consignas en las universidades. En realidad el lamentable fracaso del Golpe de Abril, el acuerdo con Carter y el que los EEUU se resignaran no solo a que casi toda Sudamérica les diera la espalda sino a que creara intensos lazos con potencias como China, Irán y Rusia indicaba que las doctrinas y estrategias que habían orientado su política exterior por casi 200 años se habían agotado.

Pero los principales beneficiarios de ese cambio, populismos, desarrollismos y caudillismos, se negaban a reconocerlo. Chávez hizo fortuna con la usual mezcla de citas de Chomsky, poemas de Galeano, y discursos de Fidel Castro en que los Estados Unidos cada vez más dejaban de ser un ente geopolítico para convertirse en uno metafísico. Ya no parecía un discurso marxista o nacional popular, secular, sino uno religioso al estilo de los chiitas iraníes, parte de una lucha escatológica:

“Ayer desde esta misma tribuna el señor presidente de EE UU, a quien yo llamo el diablo, vino aquí hablando como dueño del mundo; un psiquiatra no estaría de más para analizar el discurso de ayer, como vocero del imperialismo vino a dar sus recetas para tratar de mantener el actual esquema de dominación y saqueo” (1)

La repulsa de Chávez a Bush y los EEUU, sin embargo, no llegaba en el vacío ni fue mal recibida: la década de la Guerra contra el Terror parecía hacer retornar, multiplicadas, las dinámicas de la Guerra Fría. De hecho si durante todo ese periodo EEUU mantuvo una considerable popularidad en América Latina durante la Guerra contra el Terror el rechazo se hizo mayoritario (2). EEUU no solo parecía retroceder al peor imperialismo sino que, como descubriríamos luego, demostraba ahora una incapacidad total para generar orden o estabilidad. Pero eso no quería decir ni que la situación fuera exactamente la de 50 años atrás ni mucho menos que EEUU fuera un diablo, si es algo es un enigma y seguramente una amenaza pero una humana, demasiado humana.

Las denuncias a los EEUU como un estado fascista o totalitario circulan desde los 60s, también la noción de que las relaciones que establece con el mundo, en particular con el Sur, son de dominación y básicamente de saqueo:

siempre renovada. Esta metafisicación de los Estados Unidos forma parte de la deriva global de la izquierda hacia un pesimismo ontológico e identitario no justificado en la lucha que se puede dar **sino en la dominación que se está condenado a padecer.**

El imperialismo es necesario para que la vieja danza entre Imperialismo y nacionalismo pudiera seguir escenificándose indefinidamente incluso entre las ruinas prematuras de Odebrecht y el colapso de Venezuela. Sin embargo, tal como con el racismo, el colonialismo y el patriarcado la cuestión no se trata de negar que existan ciertas relaciones de poder desiguales sino de la permanencia de aquellas del pasado: En perfecta analogía con la resistencia de los feminismos de izquierda a dejar de pensar en términos de patriarcado, las izquierdas en general se resisten a abandonar no solo la retórica anti-imperialista sino las teorías sobre el imperialismo y no faltan quienes incluso se refieren a países como Argentina, Brasil y Venezuela como “neocoloniales”. Las violentas polémicas que siguieron a la publicación de *Empire* de Negri y Hardt demostraron no solo una defensa “territorial” de conceptos como pueblo y clase sino de otras como Imperialismo y Colonialismo. Los argumentos *ad hominem* contra Negri obviamente no resuelven el

problema de si el concepto de imperialismo todavía tiene vigencia o capacidad explicativa y mucho menos de si el colonialismo y el eurocentrismo pueden ser convertidos en principios de explicación general como quieren los decoloniales.

En este texto estudiaré las mutaciones en las relaciones de poder en el continente americano sin una particular simpatía por los Estados Unidos, pero más allá de los paradigmas nacional-populares o marxistas. Como el lector verá EEUU no aparecerá en una luz más favorable, simplemente distinta: América Latina durante el siglo XX fue para EEUU **una fuente de riesgos** más que una fuente de riquezas considerada no dentro de la esfera de la economía sino de la mucho más amplia de la seguridad. Fue la dinámica de las luchas populares, ciudadanas y obreras, junto a una creciente autonomía de los Estados y las elites, los que básicamente agotaron el imperialismo norteamericano aunque, en un giro dramático, lo hicieron en el mismo momento en que los Estados Unidos pasaban a ser un componente esencial en nuevo orden geopolítico que, siguiendo a Antonio Negri y Michael Hardt puede ser llamado **Imperial** más que imperialista -y que en los de Wark llamaríamos **vectorialista**.

En ese sentido esperamos mostrar que EEUU no posee una hegemonía planetaria indiscutida, ni siquiera una centralidad, ni mucho menos es el Imperio, pero si es uno de sus componentes esenciales en una

relación esencialmente asimétrica e inestable –tal vez caótica- con los otros componentes, una **dinastía** que aunque conserva rasgos vestigiales de su pasado imperialista opera en un nivel distinto al de los otros estados como emisor y generador de vectores geopolíticos en una escala más allá del simple imperialismo en que solo la otra dinastía emergente, China, puede comparársele.

El mañana que nunca fue.

Los signos más claros del paso del imperialismo al Imperio en América Latina fueron el consenso de Washington y la democratización que, a su vez, son los resultados directos de la crisis del desarrollismo, el ascenso de las finanzas y del colapso de los gobiernos autoritarios fueran de índole oligárquica o militar. En efecto, desde los años 80's el FMI, una instancia supranacional, se convirtió en el árbitro indiscutible de la política latinoamericana y las intervenciones militares y paramilitares del Comando Sur y la CIA parecieron dar paso a las operaciones policiales de la DEA en países como México, Colombia y Bolivia. En 1989 Bush invadía Panamá restableciendo el régimen constitucional, en 1990 los Sandinistas salían del poder electoralmente y las guerras centroamericanas terminaban con sendas negociaciones que convertían las guerrillas en partidos mientras la democracia liberal se convertía en el estándar. Nuevas formas de comunicación emergían con

la televisión por suscripción y CNN se convertía a la vez en la principal fuente de información planetaria y el nuevo modelo para los medios globales.

Más allá del continente la URSS colapsaba y poco después Bush aplastaba la aventura de Hussein al invadir Kuwait al frente de una coalición internacional sancionada por el Consejo de Seguridad de la ONU. Al negarse a derrocar a Hussein y a conquistar Irak – aunque destruyendo sus capacidades militares - Bush parecía, efectivamente, inaugurar un tipo de poder e intervención distintos al imperialismo basados en coaliciones y la autoridad de instancias supranacionales: EEUU como gendarmería planetaria.

El cierre parecía tan neto y perfecto que incluso Bush, un *Cold Warrior* de pura cepa perdió la elección sorpresivamente dándole paso a Clinton como si hiciera falta un completo *reset* en la presidencia para iniciar la nueva era. Clinton, un *homo novus* de Arkansas, de origen popular, menos famoso y mucho más joven y carismático, representaba nuevo tipo de Demócrata abierto al neoliberalismo pero opuesto a sus variantes neoconservadoras y a todo lo que quedara de la Era de Reagan. Bush ya había insinuado, en sus viajes triunfales por América Latina, que una zona de libre comercio para las Américas sería una forma de cumplir el sueño de Bolívar pero fue con Clinton en 1994 cuando en la primera Cumbre de las Américas se firmó un acuerdo para crear el Área de Libre Comercio

de las Américas. El futuro parecía definido por una “tendencia irreversible”.

Imperio de Negri y Hardt es un producto inseparable de esa época, que hoy parece tan remota, en que descolgar el teléfono interrumpía la transmisión de internet. Y si usted es un lector latinoamericano (por no decir uno del Medio Oriente) tiene derecho de sonreír maliciosamente, hasta de reír, ante el retrato que *Imperio* hace de los Estados Unidos: sea por el elogio de la “utopía política concreta” de Wilson (3) o por frases que el tiempo ha hecho involuntariamente cómicas: *Aún si fuesen reluctantes, los militares norteamericanos tendrían que responder al llamado en el nombre de la paz y el orden* (4). Sonrisa por una mirada benévola sobre los EEUU que, contrario a lo que cree la mayoría, es de la más pura tradición marxiana- la encontramos en Marx e incluso todavía en Trotsky. Por las profecías mal sucedidas pues el futuro no guardaba nada parecido a lo que Imperio auguraba: la invasión a Irak y el fracaso lastimoso del intento de reconstruirlo, la risa de la Clinton ante la muerte de Arafat y el colapso del norte de África, los *Predators* de Obama, la aurora de *Boko Harám* y el Estado Islámico, Guantánamo y *Abu Grahib* vienen a la mente tan rápido como el caos de EEUU ante el Covid y la ruptura de *Chimerica* en el soberanismo caótico de Trump. Todo muy lejos de un Imperio que: “no se forma sobre la base de la fuerza propiamente, sino sobre la base de la capacidad para

presentar a la fuerza colocada al servicio del derecho y la paz” (5). Sonrisa pues en ciertas partes del mundo se conoce mejor que en otras el reverso del utopismo de Wilson o Kennedy, su esencial **hipocresía** que está lejos de ser un problema moral. Todavía peor: está la sospecha de que luego del 11 de Septiembre la proyección planetaria del poder americano es casi siempre catastrófica y que su excepcionalismo, expresión del *uncheckable power* de las superpotencias, que a la vez garantiza y socava las nuevas formas planetarias de soberanía que Negri y Hardt definieron.

Sin embargo nuestra risa ante el libro no es amarga: es la risa que se siente al ver un viejo seriado de ciencia ficción que capta perfectamente bien la tendencia del mundo que vendrá pero la plasma en los términos del pasado: computadores analógicos gigantes, “cohetes atómicos”, pistolas de rayos y robots aparatosos hacen excelentes piezas para el coleccionista pero pésimas anticipaciones: *Imperio* dedujo demasiadas cosas de un periodo de tiempo demasiado corto y, como tal, en cierto sentido una simple amplificación de su presente al estilo de la *Space Opera* como si el futuro no fuera más que una interminable Era Clinton. Como en la hermosa historia de Gibson *El Continuo de Gernsback* (6) al leerlo parece que estamos ante “el mañana que nunca fue”, en esos pasajes utópicos *Imperio* parece uno de los “fantasmas semióticos, trozos

de imaginaria cultural profunda que se han desprendido y adquirido vida propia, como las aeronaves de Julio Verne” (7).

No es un insulto sino un halago para un libro teórico tener algo en común con la ciencia ficción e Imperio, contemporáneo con *Matrix* y *Ghost in The Shell*, de las protestas de Genova, los Zapatistas y la música de *Rage Against The Machine* parece una verdadera memorabilia de los noventas: casi un ciberpunk optimista alimentado por Haraway y Deleuze que podemos ver con nostalgia. Pues si *Matrix* tenía como base la distopía de Baudrillard (momento importante de ese desaliento interminable que muchos autores franceses heredaron de la Escuela de Frankfurt) Imperio demostraba una clara tendencia utópica. Sin embargo está claro que no es un libro ingenuo y sus anticipaciones desafortunadas deben ser sopesadas en relación a un entendimiento claro de las tendencias de su presente que también son las del nuestro.

Dinastía.

En más de un sentido las secuelas de Imperio *Multitud* y *Commonwealth* corrigieron los errores y conclusiones apuradas del primer libro de la serie en una elaboración teórica más rica. Sin embargo, la proclamación de la Paz Imperial en las páginas de Imperio no puede contrastar más con las que, en *Multitud*, muestran la guerra como régimen biopolítico. Pero lo que

en este punto parece claro es que ni el anti-imperialismo de la izquierda (una mutación del viejo antiamericanismo reaccionario de las elites latinoamericanas al estilo de Rodó y Vargas Vila) ni el optimismo marxiano hacia los EEUU como el que aparece en Imperio dan cuenta de procesos de corrupción que, aunque muy lejos de hacer de los Estados Unidos un estado totalitario, como quiere cierta demagogia, si muestran tendencias tiránicas y oligárquicas.

Es cierto, como dicen Negri y Hardt que los EEUU no pueden por si solos sin instituciones imperiales - es decir, supranacionales, ecuménicas y planetarias- que no tienen la fuerza ni la centralidad que tenían antes pero también lo es que el imperio no puede funcionar sin EEUU que, nos parece, como entidad geopolítica es más que un simple imperialismo pero menos que el imperio en su totalidad, es decir, una figura o magnitud geopolítica que tiene al mismo tiempo dimensiones – hipertrofiadas- de estado nacional y dimensiones imperiales.

Ya Negri y Hardt han definido a los EEUU como el componente monárquico en una constitución polibiana: monarquía del dólar, la bomba atómica y (8) parte de una gobernanza global que no es ni un Estado Planetario ni una estructura centralizada pero es portadora de un nuevo tipo de soberanía. Dentro de ese marco conceptual queremos comenzar a esbozar un concepto a la vez alternativo y complementario: el de *Dinastcomponentesía* que englobaría a

los monárquicos del imperio y corresponde a lo que descriptivamente llamamos una superpotencia, es decir, una singularidad geopolítica (en un sentido cercano al físico y el informático) que se presenta como un Estado con dimensiones planetarias.

Además de continental y multiétnica o multinacional la Dinastía implica y controla lo que Serres ha llamado “objetos mundo”: “*entended por ello “útiles” de los que una de sus dimensiones es conmensurable con una de las dimensiones del mundo. Un satélite por la velocidad, una bomba atómica por la energía, la Internet por el espacio, los residuos. nucleares por el tiempo”* (9) Imaginemos al Imperio como una pirámide y a los estados nacionales como líneas: las Dinastías son triángulos con dimensiones comunes a uno y otro. Otra forma de imaginarlo es como un árbol colosal que intentara enraizarse hasta el centro de la tierra y crecer hasta la estratosfera cubriendo todo el globo: una dinastía es “como” un brote, una tendencia hacia ese imposible árbol-estado planetario que, sin embargo, tiene efectos que no son en lo absoluto “arborescentes”: sus raíces penetran el planeta, enormes poblaciones tratan de vivir a su sombra, desprende gases, hojas y semillas que circulan por el globo...

En griego *dunasteiā* quiere decir “poder, señorío, dominación” (10), esto es, la expresión política de un poder y una potencia. Según esta hipótesis en efecto no tendría sentido retornar a los gastados análisis del

imperialismo y su lucha contra los tenaces nacionalismos pero habría que dar cuenta de esta singularidad pues la constitución imperial sería, al menos como tendencia, no “polibiana” sino monárquica y como tal esencialmente desbalanceada en tanto que la Dinastía Americana –que podemos llamar Jeffersoniana- es excepcional y excepcionalista está “dentro y fuera” de esa constitución global ante la que no responde pero que requiere del *dunástēs* para ejecutarse: en ese impasse, me parece, está atrapado el Imperio. debido a estas magnitudes geopolíticas **que a la vez no pueden ser sometidas a la soberanía imperial pero son necesarias para ejercerla:** excepcionalismo americano y ahora también chino que minan el imperio desde dentro pero también lo sustentan.

En la fase proto-imperial la URSS y EEUU, expresiones geopolíticas de dos grandes revoluciones “paralelas” devinieron las dinastías potenciales. Extinta la URSS, las Dinastías existentes hoy en día son los EEUU y China que se alternan entre intentar una fusión de casas en la *chimerica* definida por Niall Ferguson y enfrentarse mutuamente. En la emergencia de la Dinastía Jeffersoniana América Latina en general y el Caribe en particular ocupan un lugar de excepción pues son el primer lugar donde el poder federalista de los EEUU se proyecta en un territorio que no será anexado directamente como estados de la unión.

Lejos de la intención de imitar o retocar el proyecto decolonial de hacer de América Latina la víctima absoluta de la historia moderna o el ombligo de todo análisis histórico, simplemente me parece que hace falta la **perspectiva** de una región que históricamente: “*sirve para los EEUU. como el campo de pruebas de varias iniciativas de su política extranjera: la doctrina Monroe, la diplomacia Big Stick, la seguridad colectiva, y de su entrada en los esfuerzos de construcción nacional en el Tercer Mundo*” (11) perspectiva literalmente de la retaguardia o del Patio Trasero, optimista frente al horizonte federalista de la democracia americana, pesimista frente a los Estados Unidos como entidad geopolítica y realista en el análisis de cómo las Américas menores se han conducido ante esa inmensa asimetría de fuerzas. Que dé cuenta de problemas que, hasta ahora, han sido procesados desde las narrativas de la victimización (“las venas abiertas”) o teorías conspirativas de índole casi gnóstica sobre las operaciones de la CIA.

Ya muchos analistas han mostrado como América latina siempre ha sido pensada en los EEUU desde el punto de vista de la seguridad y no desde el de valores morales o civilizatorios o del apetito de materias primas (12). Durante mucho tiempo Latinoamérica fue para los EEUU menos un aliado que la puerta de entrada para los enemigos, menos una fuente de materias primas que de

riesgos: un vecino dudoso, una ventana abierta, una retaguardia o puerta trasera que debe estar asegurada, un inmenso complejo de favelas al lado del Country Club. No es codicia o amistad sino miedo y aprehensión lo que durante mucho tiempo inspiró la otra América y ese juego del miedo tuvo enormes consecuencias.

1954.

Popular y democrática como la boliviana y mexicana, la revolución guatemalteca había triunfado en una batalla entre obreros, estudiantes y militares de la Ciudad de Guatemala contra las fuerzas leales a la tiranía. Garantizó los derechos políticos más básicos y proclamó repetidamente que sus objetivos eran el capitalismo y la modernización. Su héroe, el Coronel Jacobo Arbenz, había conspirado contra dos dictaduras, combatido en las calles y escoltado al primer presidente electo por voto popular de Guatemala, Juan José Arévalo, un maestro y filósofo, de la amenaza del General Francisco Javier Arana, candidato a Hombre Fuerte. Tras meses de conspiraciones y presiones por Arana y el ala conservadora, la lucha por el poder todo se resolvió dramáticamente, en un confuso tiroteo, en el que Arana falleció. El fracaso de un golpe de estado al día siguiente consolidó la victoria de la corriente democrática.

Sin embargo ese giro no parecía convencer al embajador americano Richard Patterson quien le propuso a Arbenz derrocar a Arévalo, según algunos, hasta ofreciendo un soborno (13): era lo más natural que hubiera un hombre fuerte a cargo. Las relaciones ya tensas con los intereses americanos en Guatemala, principalmente la *United Fruit*, principal latifundista del país, solo escalaron con la

salida de Patterson del país. Truman inició presiones contra el gobierno de Guatemala.

Para 1950 correspondían elecciones y Arbenz recibió el apoyo de los partidos moderados, de izquierda y de varios sindicatos e incluso el de Arévalo que originalmente tenía a otro candidato para sucederlo. Ganó las elecciones con 60 % de apoyo con una plataforma basada en la reforma agraria (14). Para 1953 con la derecha

militar derrotada y manifestaciones conservadoras desmovilizadas no quedaba para la *United Fruit* y los intereses contrarios a Arbenz que una intervención. En los siguientes meses, cuando Arbenz se negó a eliminar elementos comunistas de su gobierno una operación militar fue coordinada por la recién creada Agencia Central de Inteligencia para derrocar a Arbenz considerado un foco de influencia comunista en la región.

De nada valió que no se pudiera demostrar que Arbenz o el Partido Comunista de Guatemala tuvieran contactos con la URSS o que los objetivos de la Reforma Agraria fueran manifiestamente: *Liquidar la propiedad feudal en el campo y las relaciones de producción que la originan, para desarrollar la forma de explotación y métodos capitalistas de producción en la agricultura y preparar el camino para la industrialización de Guatemala*" (15).

Debido a la influencia de los hermanos Dulles, ambos enlaces entre el alto gobierno americano y la *United Fruit* y la del hermano del presidente Eisenhower, quien luego de un viaje por América Latina calificó al gobierno de Arbenz como comunista (16) se aprobó la Operación PBSUCCESS, descartada por Truman. Prepararon el terreno en una reunión de la OEA en Caracas e iniciaron luego una

campaña mediática que precedió a la invasión de Castillo Armas con apenas 150 hombres y tres aviones. La invasión no dio resultado como ataque militar pero si políticamente pues los militares guatemaltecos exigieron a Arbenz su renuncia. Exiliado, Arbenz sería vigilado y perseguido el resto de su vida encontrando solo alguna paz en Cuba primero (donde trataron de instrumentalizarlo políticamente) y México después mientras en Guatemala se desencadenaba una contrarrevolución y una serie de gobiernos dictatoriales que, para los años setentas, desencadenarían una guerra civil que terminó con el genocidio de la población maya.

Incluso si las intervenciones militares directas de Estados Unidos, costosas económica, política y en relaciones públicas, habían empezado a terminar desde el gobierno de Hoover (17) para 1954 la relación con la democracia de los EEUU en América Latina parecía tenue en el mejor de los casos. La democracia implica por necesidad, movilización y lucha política, los cambios sean reformistas o revolucionarios, liberales o socialistas, requieren presiones desplegadas por vigorosas fuerzas sociales. En pocas palabras democracia significa el riesgo de la inestabilidad y la inestabilidad inseguridad. Pero aquellos valores democráticos que en el *heartland* eran esenciales en el Patio Trasero se transvaloraban: la democracia como variable dependiente de la estabilidad y la estabilidad como variable de la seguridad, el federalismo devenido excepcionalismo (18): en América

Latina ningún poder chequeaba y balanceaba el de los EEUU.

La reforma agraria de Arbenz consistía en: “*expropiar las tierras no cultivadas de los latifundios para darlas a los campesinos; una medida que la FAO calificó de «constructiva y democrática en sus objetivos» (19)* era en esencia igual a las impulsadas agresivamente por los EEUU en Asia y toleradas en Puerto Rico: *Los propietarios recibirían el valor declarado, esto es el que usaban para el pago de impuestos, de las tierras expropiadas en bonos de deuda del estado a 25 años, con un interés anual del 3 por ciento (que era, por cierto, el mismo sistema que los Estados Unidos habían aplicado en la reforma agraria que organizaron en Japón)»(20)*

Efectivamente era la misma reforma **de corte liberal** efectuada por los EEUU en Japón, Taiwán y Corea del Sur y permitida en Puerto Rico por la Corte Suprema. Consistía en la expropiar tierras ociosas, definir un área mínima a partir de la cual es legal la expropiación (a partir de 90 hectáreas en Guatemala (21), 500 acres en Puerto Rico (23), y apenas 7 acres en Japón) (23), compensar a los propietarios usando fondos públicos y entregar la tierra como *propiedad privada* de preferencia a los arrendatarios que ya la están trabajando. Una técnica perfectamente compatible no solo con el anticomunista *Kuomintang* de Taiwán sino incluso con el ordoliberalismo alemán pues no interfiere en el mercado y **multiplica los propietarios** revirtiendo o conteniendo los procesos

De proletarización de la fuerza de trabajo rural.

En el caso de Japón la reforma agraria fue aplicada *manu militari* por MacArthur y de una manera particularmente severa pagando a los latifundistas con una moneda en devaluación. El rigor demostrado en Japón (y en Alemania) se entiende pues se trataba de la “continuación de la guerra por otros medios”: la mutación de la aristocracia feudal en latifundismo moderno había sido uno de los motores del militarismo japonés y alemán y la obediencia de las masas campesinas a esos latifundistas violentos derivaba de su poder sobre la tierra. Ese celo se extendió a Taiwán donde la mayor parte de las tierras eran japonesas e igualmente a Corea donde la reforma, tras aplicarse exitosamente a los terratenientes japoneses, fue sabotada por las elites locales cuando se trató de tocar a los coreanos.(24) Además de continuar la destrucción del antiguo enemigo, la reforma agraria impedía la propagación de los nuevos como la URSS, Norcorea y China que tenían en la agitación rural una oportunidad inmensa de avanzar en lo que ya era claramente una guerra de subversiones mutuas.

Aún así, se podría argumentar que la evaluación radicalmente distinta de la Reforma agraria era consecuencia de que en Asia se expropiaba a enemigos mientras que en Guatemala estaban en juego intereses norteamericanos. Sin embargo el caso Puertorriqueño complica las cosas: los expropiados en

Puerto Rico fueron compañías azucareras americanas. El *Rey Azúcar* y no el imperialismo yankee había sido el blanco de la campaña del Partido Popular Democrático de Muñoz Marín: lo que en otros países habría sido agitación antiamericana en el caso de Puerto Rico fue contra las corporaciones y tomó exclusivamente la forma de batallas legales y electorales. Mostrando su adaptabilidad a la política americana Muñoz Marín tomó una ley nunca aplicada que prohibía propiedades de más de 500 acres y la llevó ante la Corte Suprema que en la primavera de 1940 , y contra la oposición de las compañías, ratificó la ley abriendo el paso para la reforma agraria puertorriqueña.

Pese al *New Deal* los años 30's habían sido una década de empobrecimiento en Puerto Rico (25) y Marín usó la lucha contra las compañías azucareras como bandera en la campaña electoral para movilizar una suerte de movimiento nacional popular que le daría a su partido décadas de hegemonía indiscutida y le haría el primer gobernador electo de Puerto Rico. Pese a todo esto no hubo ningún tipo de represión o de obstáculos por parte del gobierno federal aunque nunca se le dieron fondos para la compra de tierras. Igual que la reforma agraria de MacArthur en Japón había sido más severa que la de Guatemala la de Muñoz Marín era más socialista que liberal pues la *Land Authority* Puertorriqueña si poseía tierras e intervenía directamente en la producción

“...a nombre de la libertad...”: Latinoamérica ante la dinastía Jeffersoniana

agrícola.

El hecho de que el gobierno de EEUU permitiese que compañías americanas fueran afectadas por la reforma agraria puertorriqueña descarta las analogías fáciles sobre una identidad total entre intereses públicos y privados -aunque los conflictos de intereses sean un rasgo de la política exterior americana. De la misma manera algunos historiadores han mostrado que en Corea la reforma agraria no solo estaba motivada por deseos de contener el comunismo o destruir a los latifundistas japoneses sino por un deseo de implementar un sistema democrático (26). Todo esto plantea el problema de cómo interpretar estas grandes disparidades: que muchos funcionarios creyeran que los pueblos “latinos” no eran capaces de la democracia en comparación con los europeos es una cosa (durante su gira latinoamericana Hoover tuvo que advertir a los miembros de su equipo que callaran sus opiniones raciales “*If you carry into these countries any ‘nigger-white man’ attitude of superiority,*” (...) “*for God’s sake forget it or at least have the decency to hide it*”). (27) Según Fontana ideas parecidas circulaban en el gabinete de Eisenhower) (28) pero que se creyera que la democracia era poco realista en Centroamérica pero no en Asia ya es otra cosa distinta, implica un espectro, una clasificación.

No Marshall plan for you.

En efecto, la reforma agraria agresiva,

las ayudas masivas y las políticas para una industrialización solida con instituciones democráticas eran políticas para la *vanguardia* de la guerra fría, para las primeras filas fronterizas con la URSS, China o Norcorea donde los dos regímenes no solo tenían que contenerse el uno al otro sino demostrar su superioridad. Pero América Latina es, literalmente, la *retaguardia* del poder americano un espacio colindante y anexo con el *heartland* que debía, ante todo, preservado de intervenciones externas, relativamente ordenado. En ese sentido el rechazo, durante los años 50s a políticas progresivas como la reforma agraria se correspondía directamente con el rechazo a hacer el equivalente de un Plan Marshall para América Latina: “*en 1948, a diferencia de lo que ocurría en Europa, el comunismo «no era seriamente peligroso» en América Latina, según opinaba el Departamento de Estado. Lo que explica que Dean Acheson dijera en privado: «puesto que de todos modos van a estar con nosotros, ¿para qué molestarnos en ayudarles?»*” (29)

Es verdad que en los últimos años de la administración de Eisenhower esta política empezó a ser revertida colocándose las bases para lo que Kennedy llamaría la Alianza para el Progreso. En realidad luego del derrocamiento de Arbenz asesores como Rostow reciclaron el ya viejo coctel de idealismo y excepcionalismo americanos pero ahora en términos de difusión de la democracia y lucha

contra el subdesarrollo pues *“las metas, aspiraciones y valores de los americanos eran en gran parte los mismos que de los pueblos en otros países”*(30). Milton Eisenhower, hermano del presidente, aunque había sido funcional en convencer al gobierno de que Arbenz era un peligro en informes posteriores advirtió que debido a la indiferencia de los gobiernos autoritarios a la pobreza y las libertades había que fueran considerarlos *“como inherentemente impopulares y de allí, potencialmente inestables”*(31).

En realidad la misma tiranía que era deseable o aceptable si proporcionaba estabilidad pasaba a ser indeseable o problemática si desestabilizaba: *puesto que, junto con la miseria, se decía que la inestabilidad provocaba subversión, los planificadores de política que se ocupaban de América Latina en la segunda administración de Eisenhower, llegaron a la creciente convicción de que los regímenes antidemocráticos en el hemisferio eran un lastre y que los EEUU deberían hacer algo con ellos* (32).

La demostración práctica pareció ser el derrocamiento de Pérez Jiménez en Venezuela en un evento cuasi-revolucionario que anticipó a la revolución cubana. El hecho de que los grupos de estudiantes que habían iniciado la insurrección contra el tirano casi matan al vicepresidente Nixon parece haber tenido un efecto de choque sobre la administración Eisenhower aunque como el

protagonista de *The Quiet American* los sucesivos gobiernos de los EEUU, la burocracia y los *policymakers* han sido incapaces de entender porque tantos odian o rechazan a los EEUU o de encontrar algo siquiera reprochable en sus políticas (33). Así ocurrió luego de la Revolución Cubana ante la que se trató de repetir la estrategia guatemalteca solo para encontrar que la dirigencia revolucionaria estaba preparada para ella no solo abortando el intento de invasión sino realizando el mayor temor de los EEUU al asociarse con la URSS: la estrategia de seguridad no solo había fallado sino que había creado el tipo de situación que había sido diseñada para evitar.

En ese Clima Castro y Krushev atacaron a los EEUU denunciando su indiferencia a la pobreza y el subdesarrollo: ya en 1956 Krushev había ofrecido ayuda soviética para el desarrollo latinoamericano pero esa oferta solo tuvo sentido tras el triunfo de la Revolución Cubana. En la conferencia económica interamericana de Buenos Aires, julio de 1959, Castro aprovechó la oportunidad para lanzar el reto a los EEUU de *“proporcionar treinta mil millones en ayuda a las naciones latinoamericanas”*(34), en realidad el mensaje era que cualquier gobierno que siguiera el camino de Cuba podía esperar no independencia frente a los intereses americanos sino la ayuda de la URSS.

Fue en ese contexto concreto en que Kennedy lanzó la Alianza para el Progreso parte de un cambio de política que había llevado a la creación

del Banco Interamericano de Desarrollo. Formulado en el usual lenguaje paternalista la Alianza, sin embargo, prometía el cese de una hostilidad frontal a reformas y cambios de todo tipo que habían marcado época. Incluso analistas conservadores como Hirschman y Mcnamara estaban admitiendo que no podían esperarse reformas en América Latina sin las presiones que hacen las reformas posibles y la violencia que viene de esas presiones. El segundo incluso admitió que con o sin comunismo el futuro del sur del planeta estaría lleno de violencia (35) implicando un posible cambio en la actitud paranoica ante el conflicto social y la lucha política en el continente.

Así, durante algún tiempo pareció que la “Doctrina Betancourt” de promoción de las democracias ante dictaduras de izquierda y derecha se podría convertir en la política de los Estados Unidos: promovida por el partido venezolano Acción Democrática, a la vez reformista y ferozmente anticomunista fue efectivo en derrotar las guerrillas e insurrecciones de izquierda castrista en la cuasi guerra civil que siguió a la caída de Pérez Jiménez. Era imposible calificar de comunistas a los brutales *adecos* que estaban purgando a golpes y plomo los sindicatos y Fuerzas Armadas de izquierdistas. Parecía ser la “síntesis dialéctica” que la política americana precisaba: una dirigencia progresista y abierta a políticas como las de la Alianza pero claramente anticomunista. Fue Betancourt quien

inició el movimiento que sacó a Cuba de la OEA pero también era enemigo de Trujillo el tirano dominicano quien ordenó un atentado contra él.

Sin embargo resistencias tanto de la burocracia de Washington como de las elites latinoamericanas sabotearon a la Alianza. Los primeros se oponían a compromisos a largo plazo que comprometieran a los EEUU a transferir fondos a América Latina y a un discurso casi revolucionario que, creían, no podría separarse del comunismo. Los segundos a políticas como aumento de impuestos y Reforma Agraria (36). Pero esa no fue la única razón del fracaso de la Alianza: la apuesta de Kennedy en la contrainsurgencia y su entrada de lleno en Vietnam terminó no solo con la posibilidad de un plan Marshall para América Latina sino de una sinergia o articulación entre Latinoamérica y EEUU más allá de la lucha contra el comunismo. Kennedy mismo se había frustrado con las resistencias internas y externas a su política y, según algunos analistas), en el fondo habría perdido la confianza en la capacidad estabilizadora de la democracia “*El compromiso con la democracia, ambivalente desde el inicio, fue fatalmente minado por la profunda y persistente. fe de Washington en la contrainsurgencia*”(37).

Ante el círculo vicioso de dictaduras que desestabilizaban y reformas o revoluciones que desestabilizaban aún más la respuesta fue una tecnología de seguridad, la contrainsurgencia expresada

políticamente como “Seguridad Nacional”, es decir, un método que podía ser aplicado por cualquier tipo de gobierno. En el contexto de la guerra fría es como el juego del huevo y la gallina dilucidar si cual de los dos campos fue el que hizo de la Guerra “una forma de gobierno dirigida no sólo al control de la población, sino en la producción y reproducción de todos aspectos de la vida social”(38). Dentro de corrientes como el castrismo y los movimientos guerrilleros la guerra también devino un paradigma, un “sistema del juicio” una forma de gobernar la vida con lo que la intransigencia de la izquierda radical a las elites latinoamericanas y el poder de los EEUU estuvo inextricablemente ligado a tendencias autoritarias o totalitarias.

Pero lo que es cierto es que antes de la guerra fría y del derrocamiento de Arbenz las revoluciones populares latinoamericanas, aunque no inmunes a derivas y virajes autoritarios y caudillistas, no habían tenido un horizonte tan claramente totalitario ni la obsesión militarista de la Revolución Cubana. De hecho la deriva cuasi-totalitaria del PRI ocurrió entre la Segunda Guerra Mundial y la Guerra Fría tras el final del periodo Cardenista caracterizado por grandes movilizaciones de una riquísima sociedad civil (39) . De ahí que pese a terminar en el régimen priista, de la Revolución Mexicana no resultase la total supresión pluralismo político ni la libertad de expresión ocurridas en

Cuba. La creciente influencia del Estalinismo y de un marxismo autoritario desde los 60’s no explica nada, por el contrario, ella debe ser explicada y esa explicación pasa por la supresión sistemática tanto de las reformas pacíficas como de las revoluciones democráticas en esa red. Si en este mundo pro-imperial, bajo la hegemonía de dos superpotencias que ya eran mucho más que meros imperialismos (la OTAN podría ser definida como un **consorcio de imperialismos** bajo comando americano) la revolución proletaria universal fue reducida a mera razón de un estado “soviético”, los Estados Unidos hicieron lo propio con la democracia y la revolución democrática pero mediante el concepto de seguridad mucho más expansivo y plástico, ya más imperial que imperialista y más que capitalista vectorialista que puede aplicarse a cualquier campo y no solo a la preservación del estado: “*densa red de información que cubre el territorio permite que el paisaje se estire, comprima, pliegue y retuerza en nuevas formas*”(40). En ese contexto no es la democracia la que define la seguridad sino a la inversa: es la seguridad define la democracia.

Universales en Red.

Lo que había sido la proyección geopolítica del poder de un estado norte-americano se convirtió en un fantástico trabajo de *networking* planetario cuyas dimensiones excedían

a los Estados Unidos como entidad nacional y cuyas tramas se extendían en diferentes puntos y centros del gobierno. En la construcción de esa red la contrainsurgencia, concebida por los franceses en Argelia, fue adoptada por los EEUU como respuesta a la expansión de la URSS y las campañas insurreccionales cubanas en los años siguientes a la crisis de los misiles. Por un lado ofrecía un paradigma alternativo al de la peligrosísima disuasión nuclear, por el otro permitía combatir al enemigo en su propio terreno: el ajedrez sin reglas de la subversión, la guerra civil y la desestabilización.

Por décadas la seguridad nacional amplificaría el círculo vicioso entre tiranías y rebeliones violentas en una dinámica extremadamente precaria para América Latina pues la región era considerada de baja prioridad y elevada peligrosidad. Así, cuando con la Guerra de Vietnam los EEUU concentran su atención en el Sureste de Asia y el Oriente Medio establecen en América Latina no un “Telón de Acero” pero si una suerte de cercado de seguridad, de alambrada: una red para estabilizar a la región por la vía de la contrainsurgencia: nacía el paradigma de la Seguridad Nacional que no se presentaba simplemente como una técnica para subvertir o evitar la subversión del enemigo sino como un método para “modelar sociedades”:

Vuestra labor es trabajar con los conciudadanos en todo el proceso creativo de modernización. Desde

nuestra perspectiva en Washington, ustedes toman sus lugares lado a lado con aquellos otros que están comprometidos para ayudar a modelar sociedades independientes, modernas, a partir del proceso revolucionario que se está desarrollando (41).

Ya no se trataba de la reforma o revolución democrática todavía con dimensiones constituyentes y autopoietica que invocaba la Alianza para el Progreso, con sino de otra cosa, dispositivos que *sirven como sustitutos de la expresión democrática y por lo tanto funcionan en contra de la democracia. En cualquier caso, este poder reordenador y regulador tiene poco que ver con el poder constituyente en el sentido propio y fundamental. Es más bien un medio para desplazarlo y sofocarlo(42).*

En ese contexto explotar los recursos o controlar posiciones estratégicas de un país es relevante pero no simplemente desde el punto de vista de la acumulación sino desde el de la seguridad que es la que abarca la economía y no al contrario. Desde ese punto de vista para los EEUU la estrategia meramente negativa de impedir que otras potencias exploten esos recursos o controlen esas posiciones termina por ser tanto o más importante que hacerlo ellos mismos: *Los Estados Unidos se han visto motivados no tanto por el control de la región como por evitar que las cosas se salgan de control y puedan ser explotadas por otros considerados hostiles. La línea que separa la política de control de la necesidad de evitar*

que las cosas se salgan de control no siempre es fácil de definir(43).

En la red del poder americano, que en efecto es una proyección del diagrama federal, en cada área y en cada periodo se movilizan elementos diferentes variando patrones comunes y estableciendo nuevas fronteras. Así, los intereses privados de los hermanos Dulles, los vulgares prejuicios de Eisenhower o Nixon, las tradiciones monroistas, la paranoia anticomunista de los 50's y los intereses de compañías americanas entran en una red en el contexto de la cual una la Reforma Agraria liberal es peligrosa en el contexto Guatemalteco mientras en el japonés o surcoreano garantiza la seguridad.

En la proyección del poder americano democracia y derechos humanos son universales, pero son como dice Latour "universales en red"(44): como en la Guerra contra el Terror la tortura puede ser justificada en nombre del derecho a la vida y la suspensión de la democracia legitimada en la lucha contra el totalitarismo pues son supresiones o interrupciones **relativas** de la libertad mientras el comunismo o el fundamentalismo islámico son absolutas (aunque esto no impide ser aliados de Arabia Saudita o acercarse a China y Vietnam), así, hay algo democrático en Pinochet en la medida en que se opone al comunismo o en la Monarquía Saudita en tanto que contiene a Irán: dentro de cada fase, cada región, cada frontera, los universales varían en función de

intereses de los que no pueden ser separados: la tortura genera un output de información necesaria para la seguridad y eso redefine los derechos humanos en relación a los riesgos que se evitan: por eso hace falta la noción de "combatiente enemigo" para legalizarla. Para los Estados Unidos no hay democracia **fuera de su red**, pero es una red planetaria, híbrida y heterogénea en que los economistas de la Escuela de Chicago se encuentran con militares de extrema derecha, donde militantes wahabitas se dan la mano con agentes de la CIA y la venta de armas Irán financia la guerra contra los sandinistas en el continuum de un poder planetario que "*no sólo maneja un territorio y una población, sino que también crea al mundo que habita*" (45).

Más que siniestros sicarios o héroes de guerras secretas los agentes de la CIA y los funcionarios del Pentagono son, ante todo, creadores de redes cuya radical *disparidad* desconcierta a analistas que todavía tratan de entender el poder americano desde un principio unificador –usualmente moral- sea la libertad, el pluralismo, la guerra o el fascismo. Por eso la perspectiva *moral* usualmente adoptada se revela insuficiente ante un poder *amoral*: como ocurrió en Japón se pueden lanzar bombas atómicas sobre los mismos civiles que luego recibirán ayuda humanitaria según la modulación de los intereses a lo largo del planeta. En esa *disparidad* constitutiva es propio del poder americano ser un *híbrido* de idealismo

y realismo, de imperialismo y de imperio. En ese sentido el idealismo como el realismo están siempre imbricados: Wilson, un idealista, nunca quiso ni pudo respetar el principio de autodeterminación en el Caribe (46) y Kennedy, con todo su romanticismo, fue el pionero de las mortales redes de contrainsurgencia y de la intervención en Vietnam. Carter defendía los Derechos Humanos pero quiso mantener intacta a la Guardia Nacional de Somoza.

La cuestión es si los Estados Unidos fueron alguna vez un imperialismo en el mismo sentido en que lo fueron el inglés o el francés: es como si, tras completar la conquista de su territorio, los EEUU hubieran saltado casi directamente a un neo-colonialismo basado más en el control a distancia que en un comando directo pues su constitución federal les inhibe de crear colonias permanentes en el sentido en que existían para los imperialismos modernos. A posiciones clave como Cuba, Filipinas y Panamá creadas bajo Roosevelt se les concedió rápidamente una independencia tutelada y controlada, pero dentro de una relación política **enteramente distinta** a la que establecen los otros imperios coloniales.

A México no le conquistan como lo pretendió hacer Francia, solo le quitan lo que necesitan, colonizan los territorios y luego los incorporan a la Unión. Lo que Perú y México fueron para España o la India para Inglaterra para EEUU es el Oeste y el Sur California, Texas,

Washington, Luisiana, Florida y Alaska todas incorporadas a la Unión. Una vez completado el territorio de costa a costa, en el auge de los grandes monopolios se vuelcan sobre el Caribe, derrotan a España y establecen colonias y protectorados provisionales: a la mayoría le sería concedida la independencia quedando territorios como Guam, y sobre todo Puerto Rico, en la posición de no ser ni estados de la unión ni países soberanos. Para el “imperialismo yanqui” el problema no era hacer de Panamá o Cuba americanas en el sentido que Argelia era Francesa, sino proyectar un poder hegemónico, una “égida” un **campo de protección**.

Centroamérica y el Caribe son nuevas fronteras: espacios que no se puede ni se quiere incorporar a la Unión, territorios limitados con poblaciones pequeñas sobre los que se reclama una autoridad y se establece una relación neocolonial *avant la lettre*. Así, las intervenciones americanas en Las Antillas y Centroamérica buscaban establecer estructuras e instituciones de gobierno creando burócratas, administradores, técnicos y hasta una sociedad política estructurando un gobierno autónomo en un esquema paradójico de soberanías tuteladas y derechos a la intervención como con la enmienda Platt en Cuba (47). En ese sentido se puede hablar de una hipocresía-americana —e incluso wilsoniana (48) que sin embargo expresa más que una inconsecuencia o inconsistencia un **modo operativo** particularmente claro

en las relaciones con América latina y el Caribe: liberar sin dejar ir, regular la independencia, modular la libertad. Pero ese “doble vínculo” basado en órdenes contradictorias revela una concepción, también federalista, de “soberanías” o autoridades en estratos o fases creando nuevas fronteras que ya anticipa al Imperio en el “pequeño género humano” de las Américas.

Sobre México y Sudamérica, con países más extensos y poblados se establece una hegemonía con formas de intervención insidiosas pero más precisas y más dependientes en la sinergia con los poderes locales: Cuando en plena Segunda Guerra Venezuela exige que los impuestos a las petroleras lleguen al 50% de las ganancias netas ningún navío bombardea la Guaira, los Marines no entran en el Lago de Maracaibo: se llega a un acuerdo con el gobierno que devendrá el modelo de las relaciones de las compañías americanas con los estados propietarios del subsuelo (49). Cuando una coalición de militares y partidos de izquierda toma el poder y exige cambios en el cobro de los impuestos que beneficiaran aún más al Estado Venezolano el Departamento de Estado “no ve objeciones razonables” a hacer los cambios. Y cuando ya en plena Guerra Fría los militares anticomunistas toman el poder en el 48 el *New Deal* petrolero no es revertido, por el contrario, los impuestos aumentan, y la industria continua venezolanizándose en sus cuadros técnicos y directivos. (50) La **plasticidad** que las petroleras, en

particular americanas, demostraron en Venezuela contrastó con la rigidez que las inglesas demostraron en México donde básicamente causaron la nacionalización de la industria y demuestra no solo los aprendizajes sino la variación de las políticas, creencias y normas de conducta de frontera a frontera.

Era un “imperialismo” liberal no en el sentido simple de que favorezca el libre comercio sino sobrio, escueto, que se puede limitar a un embajador –semejante al residente principal británico- a una misión militar o unos agentes de enlace pero que puede escalar en una cooperación masiva como en Vietnam o Colombia. Donde el colonialismo es durante un largo periodo interno - el Oeste y el Sur de los EEUU, incorporados a la Unión, son el equivalentes de ricas colonias como la India, Argelia o los virreinos españoles. Uno que al tener abundancia de territorio y recursos naturales no tiene la desesperada necesidad de expandirse para encontrar mercados y tierras donde proyectar colonos, interrumpido por tendencias genuinamente aislacionistas, cuyo propósito es crear gobiernos autónomos o autogobiernos sin pasar por el largo ciclo de luchas y resistencias contra la autonomía de las colonias que signó a los otros imperialismos. Si es posible hablar de un imperialismo norteamericano es en el sentido de la proyección planetaria del poder nacional de los EEUU pero será uno que **inicia cuando la colonización termina** que es

“...a nombre de la libertad...”: Latinoamérica ante la dinastía Jeffersoniana

neocolonial antes de la descolonización y presupone desde el comienzo un predominio naval e industrial que a los ingleses les tomó siglos alcanzar.

Ni fuente de materias primas ni espacio de una fraternidad democrática América Latina es ante todo un **perímetro de seguridad** cuya función es negativa: permanecer estable y equilibrado sean cuales sean las circunstancias de ese equilibrio: se trata desde el inicio de ejercer el poder a distancia, asegurar el espacio, controlar la circulación y los flujos más que simplemente obtener materias primas o establecer una hegemonía política, procesos que están subsumidos en la circulación y la proyección del poder naval. Por eso las primeras intervenciones en la época de la “diplomacia del dólar” buscan eliminar la inestabilidad política asociada a la irresponsabilidad fiscal **(51)** de gobiernos como el de Cipriano Castro en Venezuela, bizarra anticipación de Hugo Chávez que hizo confluir a las potencias europeas en el Puerto de la Guaira. Las conquistas e intervenciones militares eran indispensables para asegurarse el control de puntos estratégicos, las constantes invasiones para resolver constantes crisis fiscales y políticas causadas por elites ineptas y tumultuosas sin mecanismos para un gobierno eficiente o siquiera viable. En ese contexto surgió el régimen de protectorados durante el periodo del “gran garrote” y la diplomacia del dólar.

Si la primera guerra Mundial

fue la oportunidad para Wilson de proponer un nuevo orden mundial “idealista” un realismo pragmático y crudo signó a la guerra en el Caribe donde fue la oportunidad para que los EEUU desplazaran por completo a las potencias europeas que, hasta entonces, habían penetrado la zona mediante préstamos y mecanismos financieros. Como ocurriría luego con la URSS la presencia de alemanes e incluso franceses era asociada a intrigas y perturbaciones políticas, las conmociones y disturbios eran atribuidas a conspiraciones foráneas y se asociaba la penetración de capitales europeos con la de la política europea. Muchos de los rasgos de la paranoia anti-germánica de la primera guerra son reconocibles en la anticomunista de los años 50’s. En ese contexto Wilson se oponía a las intervenciones militares pero no al imperialismo:

...su oposición era al control militar que implicaba, no a la extensión del poder comercial de EE.UU. Como el historiador Joseph Tulchin ha señalado, las prioridades pasaron de eliminar la inestabilidad política y la irresponsabilidad fiscal a ayudar a las empresas de EE.UU. a dominar la inversión extranjera, hasta ahora un dominio europeo en América Latina... (52)

El pacifismo de Wilson y su doctrina de no-intervención era tanto un ideal moral con el que se podía ser inconsistente, como la idea reguladora para un poder ejercido a distancia, sobrio, económico: a la vez producción

y consumo de libertad y administración de los peligros en mecanismos de libertad/seguridad como ha planteado Foucault en su obra ya clásica sobre el liberalismo. El corolario de Roosevelt a la doctrina Monroe al referirse a una “policía internacional” ya enunciaba un principio liberal de gobierno: el policía es a la vez la “válvula” que regula los grados de libertad y el mecanismo que, en teoría, asegura contra los peligros, cruce entre los poderes que matan y los que hacen vivir.

Al ejecutar intervenciones militares Wilson contradecía, en términos formales, su principio de no-intervención sin dejar de ser liberal pues las fuerzas militares cumplían una función de policía. Con la tendencia de moverse “*hacia un imperio que cada vez más enfatizaba los dólares por encima de las balas*”(53) los costos políticos y económicos de las intervenciones militares y de la violencia en el Caribe y Centroamérica seran transferidos a tiranías cuyo pilar en muchos casos fue, significativamente, **Guardias Nacionales**, es decir, gendarmerías, cuerpos militares con funciones de policía.

En ese sentido, extrajurídico y extra moral, las tiranías del Caribe, análogas a válvulas o relés que con métodos brutales pero complejos administraban peligros y definían las relaciones entre la “producción/destrucción de libertad”. En una zona considerada de “alto riesgo” la afinidad con valores liberales o pluralistas de Arbenz quien se negó

a purgar comunistas (peligros) de su gobierno era mucho menos significativa que los riesgos que se consideraba generaba su movilización. Tal vez desde ese punto de vista puede entenderse el comentario de Kennedy a Mcmillan de que “América Latina era el área más peligrosa del mundo” (54) de ahí que la política más simple, menos costosa y tal vez más liberal desde el punto de vista del gobierno o control de un área de influencia sean esos tiranos que ya eran llamados, en sus propios países, “gendarmes necesarios”: un tirano es aquel que, por definición, puede decidir sobre el margen de la libertad de otros. Eso no hace que cualquier tirano sea liberal pero si hace posible que, en las condiciones adecuadas, tiranos y dictadores sean usados **como moduladores de la libertad**. En redes anticomunistas el concepto liberal de peligro o riesgo puede hacer conectar con el concepto totalmente iliberal de *enemigo*. Así, la “amenaza comunista” es el indecible entre el peligro en el sentido liberal y el enemigo en el sentido derechista o hasta fascista del término.

Justificando la intervención a República Dominicana -tras el derrocamiento del moderado Bosch y la rebelión del Coronel Caamaño para restablecer la constitución- Lyndon Johnson sintetizó los razonamientos americanos durante la Guerra Fría: “*lo que comenzó como una revolución democrática popular, comprometida con la democracia y la justicia social,*

“...a nombre de la libertad...”: Latinoamérica ante la dinastía Jeffersoniana

muy pronto fue tomada y puesta en manos de una banda de conspiradores comunistas”(55). En realidad Johnson no hacía más que repetir un rumor de sus funcionarios en Dominicana: conversaciones telefónicas desclasificadas han mostrado como se convenció a sí mismo de que la rebelión era controlada por Castro aún cuando el mismo Mcnamara, director de la CIA, le decía que no había pruebas.

Producto de la paranoia de la Guerra Fría, la declaración de Johnson deja ver la racionalidad que, con la Seguridad Nacional, confinó a América Latina en una estructura que aunque menos rígida que la “Cortina de Hierro” la definía como una región de poco interés, baja prioridad (56) pero elevados riesgos cuya relación con los EEUU solo empeoró en el contexto de los cambios traídos por la administración Nixon y el agotamiento del desarrollismo. La respuesta latinoamericana a esa precaria fue múltiple y contradictoria, pero potente y determinó las condiciones en que la región vivió el pasaje del imperialismo al imperio.

1986

“El gobierno de Estados Unidos y esta administración en particular, quieren que Chile vuelva a su tradición democrática de 150 años. Entonces, la decisión clave no es si queremos o no democracia en Chile. La queremos. La pregunta para nosotros es cómo podemos contribuir más efectivamente

La declaración del Almirante John M Poindexter, luego condenado por el Escándalo Irán-Contras, es parte de un documento desclasificado con otros de la época en 2010 y forma parte de un raro registro de cómo las luchas modificaron los cálculos y la racionalidad de los Estados Unidos antes de que terminara la Guerra Fría: en realidad América Latina no recibió la democracia como un don ni la ganó en marchando como *foederati* junto a los EEUU contra tiranías y dictaduras. Muy por el contrario, la democratización en América Latina efectivamente *“fue producto de la acumulación de las rebeliones obreras, las luchas de liberación y los movimientos revolucionarios”* (58) . Así como en los países del Bloque Socialista ocurrió una rebelión contra las nomenclaturas, en América Latina ocurrió otra contra la Seguridad Nacional y las oligarquías y elites tradicionales solo que en un espacio geopolítico que no estaba, como Europa Oriental, serializado y uniformado, según un molde fijo sino dentro de una red más compleja y modulada: la *multitud* latinoamericana nace luchando contra los aliados de los EEUU en la lucha contra el comunismo y se puede hablar de un paralelismo entre la caída de Duvalier con la Ceaceascu, la transición polaca y la chilena. Pero la diferencia entre la égida Soviética y la Americana es que mientras la primera se pulverizó

bajo la presión la segunda se modificó al ritmo de los golpes y ataques: la URSS siempre fue un molde y EEUU una modulación. La expresión de esta modulación en la ciencia política fue el concepto de **transición democrática** que designa el pasaje entre alguna forma de autocracia o totalitarismo a un pluralismo político más o menos democrático pero altamente estereotipado institucionalmente.

Con Carter una política a favor de los Derechos Humanos fue acompañada de una reducción sin precedentes de la CIA efecto del Watergate y las luchas contra la guerra de Vietnam y de los acuerdos con China y Rusia. Carter emprendió una política inédita a favor de los Derechos Humanos, pero terminó siendo solo un paréntesis cerrado con la reactivación de las dinámicas de la Guerra Fría y el retorno de Reagan al poder a la cabeza de un potente movimiento neoconservador. Con Ronald Reagan no solo se revirtió el distanciamiento entre los niveles más altos del gobierno de EEUU y las dictaduras latinoamericanas sino que las relaciones habían retrocedido a los niveles de 1954. Reagan gustaba de Galtieri y sus imitaciones de Patton (59) y se reunió con el genocida guatemalteco Ríos Montt a quien elogió en público. Estaba convencido de que no solo el primero había salvado a Chile sino que Allende había sido derrocado por manifestaciones populares (60). En un debate del 18 de noviembre del 86 (61) George Shultz, El secretario de Estado, discute con

Reagan enfrentándolo con la naturaleza represiva, cruel y simplemente “terrible” de Pinochet y de cómo es eso lo que los estudiantes chilenos radicalizados perciben.

Varios países, especialmente en los Andes, habían comenzado transiciones a la democracia en mejores condiciones y las decisivas negociaciones sobre el Canal de Panamá se habían completado, mas para 1980, en el contexto de las crisis de la deuda, los países que todavía padecían dictaduras tenían que enfrentarlas en las peores posibles: el involucramiento de la dictadura argentina Centroamérica, el golpe de García Mesa en Bolivia y la escalada del genocidio en Guatemala con Ríos Montt (62) son las marcas de la caricia de Reagan sobre América Latina.

Las discusiones en el Consejo de Seguridad Nacional - como las del 14 de Noviembre del 86 (63) - reconocen la pasividad del gobierno Reagan ante Pinochet llamándola “diplomacia silenciosa” (se consideraba que cualquier signo de debilitamiento del apoyo a Pinochet animaría a los comunistas). Pese a constantes comentarios despectivos sobre la falta de disciplina y pragmatismo de la oposición moderada, los peligros de la radical y sobre la dificultad de crear democracias y gerenciar transiciones se hace visible que el cambio en los cálculos fue producto de las luchas o como las llamaban ellos “las presiones”: *“la política chilena había cambiado de manera irreversible, creemos, durante los últimos años”*

decía un informe de la CIA en 1984 (64) refiriéndose a las Jornadas Nacionales de Protesta que básicamente **hicieron inviable la dictadura.**

Iniciadas por los obreros del cobre sorprendiendo al autoritarismo y sobrepasando a los partidos políticos, los movimientos sociales sacaron a la disidencia del encapsulamiento, logrando movilizar a los actores de contra-poder (...) las Jornadas de Protesta Nacional paralizaron Santiago, silenciaron Arica, agitaron Rancagua y rechazaron con el «puntarenazo» la visita a esa ciudad del capitán general, Augusto Pinochet (65).

Las juntas militares siempre alargaron las transiciones lo más posible para regular los ritmos del cambio y protegerse de los riesgos de entregar el poder pero ninguna lo hizo tanto como la de Pinochet en la que Shultz reconoció correctamente una tendencia no solo claramente autocrática sino totalitaria. Las Jornadas fueron las que hicieron del fin de la dictadura, y por tanto de la democracia, algo urgente.

Uno puede sorprenderse de que Pointdexter llamara “indisciplinada y sin pragmatismo” a la oposición que terminó con el Estado de Emergencia y reinició la vida política, pero más que señalar errores concretos mostraba su incomodidad ante el hecho de que la oposición no aceptara los términos del gobierno y su definición de lo que era pragmático. Pero por más ridículo que

fuese cuando los documentos decían que Pinochet “había perdido su fe en la democracia” (66) también admitían que quería permanecer en el poder indefinidamente. Shultz formula una política que junto con las relaciones de fuerza presentes en Chile, explica las disparidades y asimetrías de esa transición: *“necesitamos una vía, inequívoca, de transición y hacer que Pinochet acepte. Y su futuro tiene que ser asegurado. El no quiere irse de Chile, es un patriota”(67).*

Lo que se escenifica en torno a Chile, en el gobierno Reagan es una suerte de lucha entre lo imperialista y lo imperial: por conveniente que sea Pinochet es inaceptable, pero es inaceptable porque ya no es tan conveniente -y parte de su inconveniencia está en que es inaceptable. La política entonces era hacerlo aceptar la transición y, a diferencia de Reagan, Shultz entiende que eso no ocurrirá sin presiones de por medio. En principio se trató de separar, en gobierno y oposición, “moderados” de “radicales” acercándose a militares que aceptaban la necesidad terminar el gobierno militar y a la oposición de Centro y la izquierda moderada. EEUU ejerció fuerza sobre Pinochet militando activamente en la oposición hasta el punto de que el Embajador Americano participó en la movilización en el funeral de Santiago Rojas, joven fotógrafo quemado vivo por la policía. También se destinaron fondos a apoyar a la oposición y se la apoyó en la campaña para el plebiscito sobre la renovación del mandato de Pinochet.

Sin embargo pronto quedó claro que Pinochet estaba dispuesto a hacer fraude o desconocer el resultado por lo que estadounidenses y británicos hablaron con sus contactos en las Fuerzas Armadas Chilenas advirtiéndoles de las consecuencias de esa línea de acción. El plan de Pinochet fue también denunciado en público en los términos más duros. Sin embargo, además de las consecuencias potencialmente catastróficas de desconocer el resultado, fue solo la pérdida de apoyo de los otros miembros de la Junta Militar lo que le hizo aceptar.

Desobediencia generalizada, aislamiento del gobierno, rupturas entre las elites y las facciones militares, crisis económica de fondo, son los elementos comunes a las transiciones democráticas sudamericanas. En ellas la politología convencional suele separar, como Shultz, los elementos moderados de los radicales. Lo usualmente no se piensa es que es que las izquierdas fueron las que, en gran medida, aportaron una intransigencia, una fuerza, un deseo de terminar con las dictaduras, una potencia de rechazo que fue lo que, en definitiva, hizo que no hubiera estabilidad posible para los gobiernos militares.

Sin embargo esas mismas izquierdas estaban confinadas en el paradigma de la toma del poder violenta, pensaban solo en términos de lucha armada y tenían una idea pobre del pluralismo político. Dadas las circunstancias no extrañe que los elementos radicales aportaran los

impulsos y los moderados la dirección. No quiere decir que las izquierdas carecieran de cálculo político sino que estaban prisioneras de una racionalidad según las cuales la radicalidad era inseparable de la toma violenta del poder y esta de la supresión de la pluralidad política. De hecho Shultz había estimado correctamente que *La estrategia de Pinochet de quedarse en el poder parece ser la de polarizar el país, mantener a la oposición débil y dividida, de modo de que pueda presentar al país una elección entre él y los comunistas en 1989 y forzar a la Junta a nombrarlo como candidato (en el plebiscito)... Él cree que ganaría*

En todo caso la lucha contra los regímenes de Seguridad Nacional implicó fuerzas antiamericanas como un “contra-americanismo” que, en la práctica, movilizó los valores democráticos contra la política exterior de los Estados Unidos de una forma parecida a como la cultura popular de EEUU estaba siendo absorbida y latinoamericanizada (no en balde el Rock latinoamericano tuvo uno de sus focos en el Cono Sur). En las condiciones de los años setentas y ochentas, las sinergias entre antiamericanismo y contra-americanismo se hicieron más frecuentes y efectivas en la medida en que las dictaduras exigían formar frentes comunes fueran formales o simplemente de facto.

El Equilibrio del Universo.

La caída del somozismo en Nicaragua presenta una imagen invertida y simétrica de la salida del poder del pinochetismo en Chile. Efectivamente una pequeña minoría “irredentista” de extrema izquierda, el Frente Sandinista de Liberación Nacional, aumentó su influencia en muy poco tiempo imponiendo una línea insurreccional. En ese contexto es característico que incluso la administración Carter tardase en retirar su apoyo militar a la dictadura (no lo hizo hasta 1978) y que luego propusiese una transición con un “Somozismo sin Somoza” (68) en que su Partido Liberal y la Guardia Nacional permanecieran en el juego.

Nicholas Spykman, discípulo de Taylor Mahan, el teórico Americano del poder naval, es uno de los geostrategas americanos más influyentes de la historia, bien conocido por su doctrina del *encirclement*. Incluso si su determinismo geográfico y racismo ya eran anticuados cuando fueron publicadas sus obras el clásico *America's Strategy in World Politics* de 1942 es la definición más clara posible del Imperialismo de los Estados Unidos. En su momento fue una fuerte influencia en Foster Dulles y otros arquitectos de la estrategia americana de la contención en la Guerra Fría. Allí, Spykman lamenta que las porciones latina y sajona del continente compartan el mismo nombre “evocando una similitud entre las dos que de hecho no existe”(69). Luego clasifica la América

Latina en dos secciones: el Caribe o **Mediterráneo Americano** y Sudamérica.

El Caribe “se trata de un mar cerrado cuyas llaves pertenecen a los Estados Unidos... lo que significa que **México, Colombia y Venezuela, quedarán siempre en una posición de absoluta dependencia de los Estados Unidos**” (70) por lo tanto allí las únicas amenazas posibles son externas. En Sudamérica las únicas amenazas podrían venir de la “región del ABC” –Argentina, Chile y Brasil- si es que esos países se deciden a cooperar. Su postura es simétrica y opuesta a los primeros geostrategas latinoamericanos, Miranda y Bolívar, que propusieron respectivamente un Imperio llamado *Colombeia* extendido desde México a Argentina y una anfictionía o confederación de estados hispanoamericanos -sin Brasil y Haití- no solo para mantener fuera a las potencias europeas sino para balancear el poder naciente de los Estados Unidos.

En Centroamérica, dadas las condiciones de la región, la movilización contra tiranías y oligarquías tomó la forma de una serie de rebeliones armadas, especialmente en el Salvador Nicaragua y Guatemala. Sin embargo, en medio de una escalada militar sin precedentes, fue precisa una alianza de los gobiernos de izquierda “comandantista” y los frentes guerrilleros con cuatro gobiernos civiles de la región que articularon un proceso ad hoc que permitió a la vez contener la escalada militar

estadounidense, pacificar las guerrillas y lograr elecciones en Nicaragua: fue el Proceso Contadora.

En los años setentas, y por diferentes razones, los gobiernos de las dos potencias regionales, México y Venezuela, abrazaron con fervor un discurso nacionalista, tercermundista y casi socialista que les daba réditos tanto fuera como dentro de sus países. Echeverría se acercó a China, denunció a Israel y se acercó al Chile de Allende. Carlos Andrés Pérez también trató de ser un líder del Tercer Mundo, visitó Moscú se hizo amigo de Fidel Castro, militó con entusiasmo en la Internacional Socialista, acogió a refugiados de las dictaduras del Cono Sur y nacionalizó la industria petrolera. En Venezuela y México la estrategia tuvo éxito en aportar “brillo” a los presidentes y confundir a la oposición. Como el colombiano López Michelsen, quien se les unió en la tendencia, eran gobiernos corruptos, autoritarios y altamente represivos. Tanto Pérez como Echeverría habían sido conocidos como represores en los sesentas. Simultáneamente Fidel Castro se moderó en su política exterior, hizo lazos con la socialdemocracia, desarrolló un *soft power* considerable mientras la antes pretoriana y pro-americana Guardia Nacional Panameña daba un golpe de estado, acababa con los restos del régimen oligárquico y establecía un gobierno militar nacionalista y antiamericano con Omar Torrijos al frente(71).

Para cuando la Guerra Fría se

reinició y Reagan llegó al poder una serie de cambios irreversibles habían ocurrido: Somoza había sido derrocado con ayuda de Venezuela —que proporcionó armas a los rebeldes— y México, países que con el Acuerdo Petrolero de San José contribuyeron a estabilizar el régimen Sandinista. Torrijos, convertido en el principal *power broker* del Caribe no solo facilitó ese proceso sino que obtuvo un éxito improbable con los Acuerdos Torrijos-Carter que iniciaron la devolución del Canal de Panamá. Sin embargo Reagan entró con fuerza impidiendo que el Farabundo Martí tomase el poder en El Salvador y dando un flujo continuo de ayuda militar a sus aliados en la región incluida la dictadura Guatemalteca (aunque condicionando la ayuda a reformas sociales y democráticas). Más importante aún: su administración usó todos los recursos posibles para movilizar los restos de la Guardia Nacional somocista en la *Contra* Nicaragüense.

Contadora fue una iniciativa de contención de la escalada militar de EEUU en la región. Considerada utópica por unos, otros lamentaron que no tomara en cuenta los intereses o la seguridad de EEUU, pero el solo hecho de que en lo que había sido una zona de hegemonía norteamericana se formara una coalición de gobiernos como esa mostraba los cambios en la geopolítica: México invocaba el derecho a la rebelión a los nicaragüenses además del viejo reproche a la indiferencia de los EEUU a las causas de la violencia, Venezuela

más desconfiada de las guerrillas quería garantizar un perímetro de seguridad usando un método de pacificación que se había implementado con éxito con su propia guerrilla, Colombia, que en cierta medida participaba de la misma dinámica centroamericana, entendía que la pacificación interior mediante una negociación con la guerrilla requería la de la región adyacente. Panamá, con una influencia que excedía sus dimensiones completaba el cuadro que también incluía de facto a Nicaragua y Cuba en una coalición de **antiamericanismo con contra-americanismo**, es decir, movilizándolo contra EEUU los mismos valores democráticos que EEUU había renunciado a movilizar en la región.

Incluso si estaba claro que EEUU no iba a aceptar un acuerdo y que el que Contadora proponía era todavía muy general: *“Esta estrategia desafió implícitamente la tradicional hegemonía de los Estados Unidos en su “patio trasero” Centroamericano (...) por su propia existencia el Grupo Contadora implicó una modificación del papel hegemónico de larga data de los EE.UU. en asuntos hemisféricos y un cambio hacia un patrón más colectivo de liderazgo en el que las potencias regionales de América Latina tendrían un papel mucho más importante que en el pasado” (72)*

El problema era complejo pues, en efecto, Nicaragua tenía derecho a hacer las alianzas que mejor le convinieran y no había razón para que no apoyara, por afinidad

ideológica o conveniencia, al Farabundo Martí, cuando EEUU tenía décadas haciendo lo propio y lo hacía con la Contra. Sin embargo su dinámica era cada vez más autocrática y el involucramiento de soviéticos y cubanos contribuía al escalamiento militar. El alineamiento de Contadora con los sandinistas en realidad se daba solo en función de contener no solo la escalada armamentista sino a los EEUU y su de facto derecho de intervención en Centroamérica pero *“Los países de Contadora fueron también unánimes en su deseo de moderar y contener la revolución en Nicaragua y El Salvador y para limitar la participación de Cuba y la Unión Soviética en la región” (73)*

Para 1986 se lamentó o celebró el fracaso de Contadora en no lograr la paz para ese año. Sin embargo las reuniones anuales del grupo, en la medida que el continente se democratizaba, movilizaban cada vez más países, la Guerra de las Malvinas contribuyó a que más países se incorporaran mientras Reagan estaba abrumado por el escándalo Irán-Contras. En 1987 Oscar Arias, el presidente de Costa Rica, logró un acuerdo en la ciudad de Esquipulas inspirado en el Acta de Contadora. En realidad el Proceso Contadora estableció un mecanismo de *Check and Balances* asociando gobiernos de izquierda y guerrillas con gobiernos moderados en una estrategia de pacificación. No se trata de un balance de poder económico-militar como el de las superpotencias sino en el terreno político de las influencias y las

relaciones basado, de hecho, en los principios de la democracia americana.

Desde entonces relación entre EEUU y América Latina se hace cada vez más asimétrica pero a la vez el continente se hace más autónomo y, como lo muestra el triunfo de Chávez y la Ola Rosada, Estados Unidos se muestra incapaz de construir una nueva hegemonía excepto sobre los estados más pequeños y más dependientes de su poder de compra o apoyo político. Incluso con la Guerra Contra el terror, usando medios militares, la Dinastía se mostró incapaz de crear dispositivos de seguridad o situaciones estables en el Medio Oriente: tanto el surgimiento del Estado Islámico como el colapso del Norte de África atestiguan como la estrategia americana más que reducir riesgos los multiplica.

Es en ese contexto es en que toma el poder el soberanismo de Trump –el mismo un riesgo fuera de control- y se produce el ascenso de China como dinastía alternativa que solo agudiza el impasse ya existente: el liderazgo de EEUU se erosiona junto a su misma capacidad de modular los riesgos y crear vectores de seguridad pero su asimetría –cualitativa y no cuantitativa- respecto a los demás estados es simplemente demasiado grande. Así, no puede ejercer ese liderazgo por si solo pero tampoco puede ser controlado o balanceado por otros poderes (excepto tal vez por el de China que se le asemeja pero carece de sus dimensiones democráticas). En

ese contexto en que se produce la crisis venezolana en que, paradójicamente, muchos esperaron o temieron que los EEUU ejerciera el poder imperialista que ya no podía o quería ejercer.

“Esquema de dominación y saqueo”.

El Consenso de Washington expresó perfectamente el estado de cosas en las Américas tras la Guerra Fría. La democracia a la vez se convertía en el estándar y era estandarizada. Acuerdos de Libre Comercio se convirtieron en otro estándar en las relaciones con los EEUU complementados con una promesa de un acuerdo general, el ALCA. En el plano de la seguridad un cambio de paradigma reemplazó la contrainsurgencia por la guerra contra el narcotráfico aunque en Colombia, verdadera frontera entre la guerra fría y el mundo unipolar, justamente en ese periodo la contrainsurgencia se convirtió en una matriz biopolítica a gran escala. De hecho, la diferencia entre las dos guerras era muy poco clara en el contexto del Plan Colombia que articuló una cooperación militar al estilo de la contrainsurgencia, para combatir al narcotráfico. Nociones como “narcoguerrilla” y “narcoterrorismo” apagaban la distinción entre narcotráfico e insurgencia y, ya con Álvaro Uribe, el Plan fue considerado una franquicia de la Guerra contra el Terror en la medida en que se fusionó a las guerrillas y el narcotráfico en un solo enemigo

ignorando las ramificaciones del narcotráfico en el paramilitarismo y sus expresiones políticas.

En realidad no solo Colombia era la frontera entre los viejos y nuevos regímenes biopolíticos sino que los mismos Estados Unidos son un inmenso territorio fronterizo entre el imperialismo y el imperio: el estado, si se quiere, “supernacional”, que es una de las dimensiones básicas del Imperio. En general el imperialismo no desapareció con el imperio tal como las fábricas no desaparecieron en el mundo post-industrial: fue subsumido y transformado en Organismos Internacionales, tratados militares y económicos, etc. Así, organizaciones como la OTAN o los Cascos Azules lo han conservado pero mediante el devenir. Lo mismo ocurre con la Guerra Contra las Drogas, el Plan Colombia y las sanciones unilaterales.

Las sanciones, aunque aplicadas por unos estados a otros, tienen una fuerte dimensión normativa: No se aplican solo porque un gobierno crea que unos intereses son afectados sino en nombre de normas y principios jurídicos universales como una suerte de Fuerza de Ley en el mismo espectro de la “Guerra Justa”. En el caso de los Estados Unidos la ambigüedad es mayor pues, por encima de otras antiguas potencias imperialistas coaligadas en la OTAN, es el *enforcer* directo del poder imperial, a la vez adentro y afuera de ese orden, por lo que básicamente es imposible aplicar sobre él sanciones de ningún tipo. De

hecho, el sistema interamericano, parece un modelo a escala de lo que luego sería el imperio donde EEUU ocupaba la misma posición de “supra soberanía” que el imperio ejerce a nivel planetario.

Obviamente el bloqueo a Cuba y su expulsión de la OEA son el caso paradigmático de las sanciones americanas: se castigó a Cuba por pasarse al bloque soviético pero en los años siguientes dictaduras, genocidios, e intervenciones en otros países como las de las dictaduras argentina o de los mismos EEUU no fueron sancionados. En los noventa no solo la continuación de la exclusión de Cuba, pese al fin de la guerra fría, sino la descertificación de Colombia durante tres años por fallar en la Guerra Contra el Narcotráfico demostraron que, aunque vestigiales, las dinámicas imperialistas continuaban: EEUU “*creía que tenía el derecho y la responsabilidad de castigar al gobierno colombiano por su insubordinación*”(74).

Este mismo año, en condiciones totalmente distintas, se planteó un escenario que combinaba los de Cuba y Colombia se presentó en Venezuela: el 18 de febrero el Departamento del Tesoro sancionaba a Rosneft Trading (75) que vendía crudo y gasolina al quebrado estado venezolano. El 22 de abril le prohibía a Chevron, seguir haciendo negocios con Venezuela (76) completando el trabajo de las sanciones de enero de 2019 que cortaron 100 años de comercio petrolero entre Venezuela y EEUU. En Marzo 26 el departamento de estado

ofreció una recompensa por información que condujese a la captura de los jefes del “cartel de los soles” es decir, a las figuras principales del chavismo. **(77)** Barcos estadounidenses empezaron a patrullar cerca de las costas venezolanas pero no ocurrió la intervención o el bloqueo total que ciertos sectores de la oposición esperaban.

Solo 13 años después del discurso de Chávez en la ONU la crisis venezolana mostraba el fracaso no solo de lo que quedara del imperialismo americano, del Imperio y de los gobiernos de izquierda que individual y colectivamente decían oponerse a uno y a otro. Si el “liderazgo” de EEUU es la capacidad de “gobernar a los gobiernos” en el caso de Sudamérica se había demostrado fallido: una Carta Democrática Interamericana fue aprobada en septiembre de 2001, cortada a la medida de Chávez y su “democracia participativa”. Nueve meses después fue derrocado en un golpe de estado en medio de una oleada de anticomunismo cuyo parecido con las que derrocaron a Allende, Suharto y Bosch era evidente. Pero los tiempos eran otros: el golpe falló de la peor manera y Chávez no solo sobrevivió sino que, luego de 2004, disfrutó de un increíble giro de la fortuna con un nuevo boom petrolero y de la llegada al poder de amigos y aliados en toda Sudamérica en un escenario inconcebible en la Guerra Fría.

América Latina ya era muy fuerte y compleja para ser dirigida

como lo era en ese periodo y, a la vez, los Estados Unidos demasiado fuertes para verla como una amenaza. La tendencia de EEUU a distanciarse de Latinoamérica y ocuparse con el Medio Oriente y Asia solo se profundizó con la Guerra Contra el Terror y la Ola Rosada. El hecho de que no hubiese resonancia posible entre el islam político que combatía en el Medio Oriente y los gobiernos seculares latinoamericanos solo aumentó la indiferencia: por años EEUU se dedicó a comprar petróleo a Venezuela, ignorar las diatribas de Chávez mientras la influencia de China y Rusia se acrecentaban. Ni siquiera la amistad entre Ahmadinejad y el venezolano generó mayores inquietudes.

Pero esto solo quería decir que una coyuntura parecida a la de la Detente en los 70s se había abierto solo que con más oportunidades: EEUU en la práctica había renunciado a su pretensión de dirigir a la región, gobiernos con afinidades políticas se habían instalado en casi todo el continente y se relacionaban sin límites con otras potencias y bloques de países: China entró de lleno y Rusia encontró en Venezuela un nuevo mercado para sus armas. Un boom de las materias primas les daba los recursos para todo tipo de proyectos y abrió de par en par las puertas de los créditos. En se contexto Unasur , la Celac y Petrocaribe quedaron como oportunidades perdidas para un nuevo Sistema Interamericano que fuese más federalista que monárquico. En realidad Unasur y la Celac no fueron

Organismos Internacionales nuevos, solo foros para gobiernos amigos, Petrocaribe no hizo más que proyectar el clientelismo venezolano internacionalmente**(78)**: no sobrevivieron al colapso venezolano y a la salida del poder de sus creadores. Fue una verdadera década pérdida.

El colapso venezolano, que remonta al año 2008, tomó por sorpresa a la región: Unasur y la Celac, demasiado preocupadas en proteger a Maduro, no fueron capaces de jugar un papel semejante al de Contadora, pero igual de revelador fue la desilusión de la oposición venezolana que luego de 2017 depositó sus esperanzas tanto en el imperio (las instancias supranacionales) y el imperialismo americano (la intervención militar) viéndose decepcionada. En efecto, Guaidó desmovilizó a los venezolanos insistiendo en que tenía detrás de sí el poder de los EEUU y tras su fracaso el 23 de marzo de 2019 (en lo que parecía ser un intento de crear un pronunciamiento o rebelión militar) quedó claro que, pese a las fantasías de la derecha, Trump no tenía intención de intervenir militarmente - como ya habían advertido algunos analistas **(79)**. La fe en instancias como el Grupo de Lima y en negociaciones mediadas por los noruegos también se demostró vana, especialmente dado el desinterés de la oposición por movilizar a la población y su confianza casi fetichista en los EEUU y la Comunidad internacional. Luego del 11 de septiembre las intervenciones exteriores de los EEUU

se han mostrado incapaces de crear orden de ningún tipo, desastrosas y entrópicas, han llevado o multiplicado el caos o el desastre en el Oriente Medio y el Norte de África. Venezuela no es la excepción: las sanciones aplicadas desde 2017 y en particular las de 2019 a la vez han acelerado él y empujando aún más a Venezuela hacia el campo de las economías ilegales sin lograr ningún cambio o apertura sustantiva. Mientras que la retórica antiimperialista atribuye el colapso a unas sanciones que iniciaron años después del colapso en realidad tanto el auge como la decadencia del chavismo atestiguan la vulnerabilidad del orden internacional surgido luego de la Guerra Fría.

El fin de Venezuela como potencia petrolera causado por las cleptocracia chavista y no por ningún tipo de intervención externa tiene en los reportes de la OPEP **(80)** un registro objetivo: estancamiento de la producción de petrolero en unos 2.4 millones de barriles diarios en todo el periodo de Hugo Chávez y una caída estrepitosa desde 2015. Según el informe del 13 de Mayo de 2020 **(81)** Venezuela estaba produciendo 737 mil barriles diarios. Ya la producción había bajado a menos de un millón de barriles desde el tercer cuarto de 2019 y en 2018 ya estaba en 1.5 millones al día **(82)**. El estancamiento y posterior caída de la producción no tiene otra causa que la corrupción ilimitada y la desprofesionalización de la gestión como ha reconocido el antiguo “Zar” de PDVSA Rafael Ramírez, uno de los

hombres de confianza de Chávez y hoy enemigo de Maduro **(83)**.

Con la salida de la rusa Rosneft del panorama no había forma de abastecer el mercado de gasolina interno y solo hay estimaciones de cuanta se produce en el país **(84)**. El hecho de que la gasolina ahora sea importada y que el proveedor sea Irán hace que el abastecimiento sea todo un problema geopolítico **(85) (86)** que revela a la vez la debilidad de los EEUU y la tendencia de los anti-imperialismos de izquierda a convertirse en meros “alter-imperialismos” a merced de las agendas de potencias menores y usualmente autocráticas.

Aunque no hay ningún tipo de información oficial se cree que la gasolina se compra a Irán con oro del sur de Venezuela donde ocazo de la producción petrolera ha dado paso a un extractivismo minero cuyo polo es la amazonia venezolana y a un rentismo abstracto en que se extraen rentas de cualquier actividad particularmente de las ilegales. En ese contexto no está claro hasta qué punto el “cartel de los soles” es mítico y hasta qué punto es legal, pero los vínculos de los militares venezolanos y del chavismo con el narcotráfico no son nuevos**(87)**.

Con el proyecto de sacar oro del “Arco Minero del Orinoco” al sur de Venezuela las selvas del Caroní se convirtieron en un nodo de una red de tráfico universal: el oro extraído al bruto de las riberas del río es llevado al Banco Central en Caracas donde es vendido a Rusia, Siria Turquía e Irán, o

intercambiado por todo tipo de productos. Noticias e informes de aviones saliendo con oro de aeropuertos venezolanos resurgen periódicamente. Erdogan incluso visitó Caracas **(88)** y pareciera que un mosaico de potencias e “imperialismos” con sus propios intereses y reclamos fueran la contrapartida del soberanismo de Chávez. A la perturbadora simbiosis del chavismo con el estado cubano y la presencia cierta del ELN, se une la dependencia militar con Rusia y ahora una complicada red de conexiones con entes públicos y privados, mafias y facciones, que se hace más clandestina y compleja en la medida en que las sanciones americanas se hacen más severas: Jalifa Haftar, señor guerrero libio también ha visitado Caracas **(89)** sin duda ofreciendo vías para vender el petróleo y adquirir la gasolina.

En la mitología anti-imperialista todas las crisis políticas se explican por una *reductio ad petroleum* o *reductio at lithium*, los países no tienen complejidad o profundidad: solo son el escenario de un saqueo eterno por Estados Unidos y sus transnacionales. Pero el hecho es que los realmente obsesionados con las materias primas son los gobiernos de izquierda, desarrollistas: la idea de considerar el petróleo como una moneda, enunciada por Maduro, ya estaba en Chávez que hablaba de las reservas petroleras como riqueza actual y no potencial. Lo cierto es que sin dinero ni capacidad de solicitar créditos el partido cívico-militar no puede otra cosa que saquear la bóveda

primigenia: no hay capitalismo más “salvaje”, desarrollismo más brutal, extractivismo más puro que el suyo: hiperextractivismo. Las marcas de ese saqueo se ven en la devastación del río Caroní y en las noticias de matanzas de indígenas y mineros **(90)** y en la destrucción de zonas antes casi sagradas como Canaima.

En Venezuela, y en particular ese Sur olvidado por la izquierda, y en particular por los decoloniales **(91)** revela tanto el fracaso de la dinastía Jeffersoniana en asegurar o ordenar lo que fue su patio trasero americano como de los gobiernos que pretendieron construir un nuevo sistema interamericano: los que estaban obsesionados con “Esquemas de dominación y saqueo” imperialistas los replicaron en su propio territorio reducido a mera fuente de materias primas, los que hablaban obsesivamente de soberanía nacional la disolvieron entre los intereses chinos, rusos, turcos e iraníes. Pero los que se obsesionaron con la seguridad no lograron otra cosa que multiplicar y acelerar la inseguridad con cada decisión: ante el impasse de un Imperio que impera cada vez menos y de nacionalismos que destruyen las naciones América Latina se adentra en un siglo que ya no es tan nuevo.

Referencias

- GUERRA-BORGES, Alfredo. Apuntes para una interpretación de la revolución guatemalteca y de su Derrota en 1954. Anuario de Estudios Centroamericanos, Vol. 14, No. 1/2 (1988), pp. 109-120.
- HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. Imperio. Traducción de Eduardo Sadier. Harvard University Press, Cambridge, Massachussets, 2000.
- KIM, Inhan. Land Reform in South Korea under the U.S. Military Occupation, 1945–1948, Journal of Cold War Studies Vol. 18, No. 2, Spring 2016, pp. 97–129.
- MARCELLA, Gabriel. Las relaciones militares entre los Estados Unidos y América Latina. Crisis e interrogantes futuras. Estudios Internacionales, Año 13, No. 51 (Julio-Septiembre 1980), pp. 388.
- MCPHERSON , Alan. Myths of Anti-Americanism The Case of Latin America. The Brown Journal of World Affairs , WINTER / SPRING 2004, Vol. 10, No. 2, pp. 142.
- O. EDEL, Matthew. Land Reform in Puerto Rico, 1940-1959: Part One. Caribbean Studies, Vol. 2, No. 3 (Oct., 1962), pp. 26-60.
- QUINTERO-RIVERA , Ángel, C. Puerto Rico, c. 1870—1940. The Cambridge History Of Latin America. Cambridge University Press, 2008.
- SERRES, Michel. Regreso al Contrato natural, Homo habitus_ Publicación electrónica. Edición nº 5 “Los hombres son hierba”- Octubre de 2007 Traducido por Luís Alfonso Paláu.
- TULCHIN, Joseph S. Los Estados Unidos Y América Latina En La Década Del 60. Estudios Internacionales, Año 21, No. 84 (Octubre-Diciembre 1988), pp. 472.
- YERGIN , Daniel. The prize : the epic quest for oil, money, and power Simon & Schuster New York. 1991, pp. 433-437.

Notas

1. El País. "Hugo Chávez compara a Bush con el demonio desde el estrado de Naciones Unidas". El País. 20-09-2006 .
https://elpais.com/internacional/2006/09/20/actualidad/1158703213_850215.html
2. Alan McPherson. Myths of Anti-Americanism The Case of Latin America. The Brown Journal of World Affairs , WINTER / SPRING 2004, Vol. 10, No. 2, pp. 142.
3. Michael Hardt, Antonio Negri. Imperio. Traducción de Eduardo Sadier. Harvard University Press, Cambridge, Massachussets, 2000, pp. 148. Versión online en <http://biblioteca.udgvirtual.udg.mx:8080/jspui/bitstream/123456789/1716/1/Imperio.pdf>
4. *Ibíd.*, pp. 152.
5. *Ibid.* pp. 19.
6. William Gibson: "The Gernsback Continuum". *Universe* nro. 11, 1981. Versión castellana de José Arconada Rodríguez y Javier Ferreira Ramos en <https://lecturia.org/cuentos-y-relatos/william-gibson-el-continuo-de-gernsback/2417/>
7. *Ibíd.*
8. Michael Hardt Y Antonio Negri. "Imperio, Veinte Años Después". *New Left Review* 120. Enero - Febrero 2020 Segunda Época, pp. 77.
9. Michel Serres. Regreso al Contrato natural, Homo habitus_ Publicación electrónica. Edición nº 5 "Los hombres son hierba"- Octubre de 2007 Traducido por Luís Alfonso Paláu.
10. Liddell & Scott . "δυναστεία" in A Greek-English Lexicon, Oxford: Clarendon Press. 1940. <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:1999.04.0057:entry=dunastei/a>
11. Gabriel Marcella. Las relaciones militares entre los Estados Unidos y América Latina. Crisis e interrogantes futuras. Estudios Internacionales, Año 13, No. 51 (Julio-Septiembre 1980), pp. 388.
12. Robert A. Pastor. "The Caribbean Basin". U.S. and Russian Policymaking With Respect to the Use of Force. https://www.rand.org/pubs/conf_proceedings/CF129/CF-129-chapter8.html
13. Alfredo Guerra-Borges. Apuntes para una interpretación de la revolución guatemalteca y de su Derrota en 1954. Anuario de Estudios Centroamericanos, Vol. 14, No. 1/2 (1988), pp. 109-120
14. *Ibíd.*
15. *Ibíd.*

16. Josep Fontana. Por el bien del imperio: Una historia del mundo desde 1945. Editorial Pasado y Presente. Barcelona 2011 pp. 221. Especialmente el capítulo titulado “Las Operaciones Encubiertas: Guatemala Y Cuba”.
17. Alan McPherson . Herbert Hoover, Occupation Withdrawal, and the Good Neighbor Policy. Presidential Studies Quarterly 44, no. 4 (December)
18. Michael Hardt. Jefferson and Democracy American Quarterly, Vol. 59, No. 1 (Mar., 2007), pp. 42.
19. Alfredo Guerra-Borges. Ibid.
20. Ibíd
21. Ibíd
22. Matthew O. Edel. Land Reform in Puerto Rico, 1940-1959: Part One. Caribbean Studies, Vol. 2, No. 3 (Oct., 1962), pp. 26-60
23. R. P. Dore. The Japanese Land Reform in Retrospect. Far Eastern Survey, Vol. 27, No. 12 (Dec., 1958), pp. 183-188
24. Inhan Kim. Land Reform in South Korea under the U.S. Military Occupation, 1945–1948, Journal of Cold War Studies Vol. 18, No. 2, Spring 2016, pp. 97–129.
25. Ángel Quintero-Rivera, C. Puerto Rico, c. 1870—1940. The Cambridge History Of Latin America. Cambridge University Press, 2008.
26. Inhan Kim. Ibid.
27. Alan McPherson. Ibid. pp. 627.
28. Josep Fontana. Ibíd. Hace énfasis en los prejuicios raciales de Nixon.
29. Fontana. Ibid. pp. 183.
30. Joseph S. Tulchin . Los Estados Unidos Y América Latina En La Década Del 60. Estudios Internacionales, Año 21, No. 84 (Octubre-Diciembre 1988), pp. 472.
31. Ibid. pp. 471.
32. Ibid
33. Alan McPherson. Myths of Anti-Americanism The Case of Latin America. The Brown Journal of World Affairs , WINTER / SPRING 2004, Vol. 10, No. 2. pp. 148.
34. Tulchin. Ibid, pp. 474.
35. Ibid, pp. 478.
36. Ibid, pp. 482.
37. Ibid, pp. 489.

38. Michael Hardt , Antonio Negri. *Multitude : war and democracy in the Age of Empire*. The Penguin Press. New York pp.13
39. Charles H. Weston. *The Political Legacy of Lázaro Cárdenas Jr. The Americas*, Vol. 39, No. 3 (Jan., 1983), pp. 383-405
40. McKenzie Wark. *The Vectoralist Clas. Supercommunity*, 29-08-15.
41. Rostow, "Guerrilla Warfare in Underdeveloped Areas," citado en Tulchin *ibíd*, pp. 491.
42. Michael Hardt, Antonio Negri. *Ibid*, pp. 22.
43. Robert A. Pastor. *Ibid*.
44. Bruno Latour. *We Have Never Been Modern*. translated by Catherine Porter Harvard University Press Cambridge, Massachusetts 1993 pp.24.
45. Michael Hardt , Antonio Negri. *Imperio*. Traducción de Eduardo Sadier. Harvard University Press, Cambridge, Massachussets, 2000 pp.4-5. Versión online.
46. Alan McPherson. *The First World War and the Decline of US Empire in the Caribbean*. 2014, Bulletin de la Société d'Histoire de la Guadeloupe.
47. Robert A. Pastor. *Ibid*.
48. Alan McPherson. *Ibid*.
49. Daniel Yergin. *The prize : the epic quest for oil, money, and power* Simon & Schuster New York. 1991, pp. 433-437.
50. *Ibid*, pp. 436.
51. Alan McPherson. *The First World War and the Decline of US Empire in the Caribbean*. 2014, Bulletin de la Société d'Histoire de la Guadeloupe.
52. *Ibid*.
53. *Ibid*.
54. Fontana. *Ibid*. pp, 185.
55. Alan McPherson. *Misled by Himself: What the Johnson Tapes Reveal about the Dominican Intervention of 1965*. *Latin American Research Review*, Vol. 38, No. 2 (2003), pp. 142
56. "*Los asuntos latinoamericanos rara vez reciben atención de alto nivel*": Abraham Lowenthal, "The Making of us Policies Toward Latin America", *Latinamericanist*, Vol. 10, N° 1 November 18, 1974, pp. 4
57. National Security Council Meeting. 18 de Noviembre de 1986. Desclasificado por el National Security

- Archive. <https://ciperchile.cl/wp-content/uploads/reagan-library-3.pdf>
58. Michael Hardt Y Antonio Negri. “Imperio, Veinte Años Después”. *New Left Review* 120. Enero - Febrero 2020 Segunda Época, p.p. 81.
59. The Cambridge History Of Latin America. Latin America since 1930: Spanish South America. Cambridge University Press, 2008, pp. 167.
60. National Security Council Meeting. November 18, 1986. <https://ciperchile.cl/wp-content/uploads/reagan-library-4.pdf>
61. Ibid
62. Greg Grandin. “Guatemalan Slaughter Was Part of Reagan’s Hard Line”. *The New York Times*. May 21, 2013. <https://www.nytimes.com/roomfordebate/2013/05/19/what-guilt-does-the-us-bear-in-guatemala/guatemalan-slaughter-was-part-of-reagans-hard-line>
63. National Security Council Meeting. 14 de Noviembre de 1986. Desclasificado por el National Security Archive
64. Ver el excelente artículo: Peter Kornbluh y Marian Schlotterbeck . Reagan y Pinochet: El momento en que Estados Unidos rompió con la dictadura”. ciperchile.cl. 23.11.2010. https://www.ciperchile.cl/2010/11/23/reagan-y-pinochet-el-momento-en-que-estados-unidos-rompio-con-la-dictadura/?fbclid=IwAR11_7ZCsGHRG_x85lws6P6YL0Zr1hdA7atpKPsUl48z3ExC7dmBTnmDVhA
65. Patricio Quiroga Z. Las jornadas de protesta nacional Historia, Estrategias y Resultado (1983- 1986). Encuentro XXI , Otoño de 1998 año 4 N° 114, pp. 42.
66. National Security Council Meeting. 14 de Noviembre de 1986.
67. National Security Council Meeting. November 18, 1986.
68. Victor Bulmer-Thomas. “Nicaragua since 1930”. The Cambridge History Of Latin America Volume VII Latin America Since 1930: Mexico, Central America And The Caribbean Cambridge Histories Online © Cambridge University Press, 2008, pp. 351-353.
69. Nicholas John Spykman. *Americas Strategy In World Politics*. Harcourt, Brace and Company New York. 1942, pp. 46.
70. *Ibíd.*, pp.60.
71. Reymundo Gurdían Guerra. La Estrategia Negociadora De Los Tratados Torrijos-Carter. *Tareas*, núm. 146, enero-abril, 2014, pp. 31-51

72. Bruce Michael Bagley. Contadora: The Failure of Diplomacy. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, Vol. 28, No. 3 (Autumn, 1986), pp. 4
73. Ibid, pp. 3.
74. Jonathan D. Rosen and Roberto Zepeda. "Counternarcotic Policies and Cooperation in Colombia A Shift in Policy?". *Cooperation and Drug Policies in the Americas Trends in the Twenty-First Century* edición de Roberto Zepeda y Jonathan Rosen Lexington Books. New York . 2014, pp. 36.
75. Lara Jakes. New York Times. U.S. Imposes Sanctions on Russian Oil Company Supporting Venezuela's Leader. 21 02 2020
76. Worldoil. U.S. halts Chevron in Venezuela with end to sanctions waivers.worldoil.com. 4/22/2020
77. Michael R. Pompeo. Department of State Offers Rewards for Information To Bring Venezuelan Drug Traffickers to Justice. 03 06 2020
78. Ciara Nugent. Why a Venezuelan Oil Program Is Fueling Massive Street Protests in Haiti 2 Dead in Haiti as Protesters Demand the Removal of President Jovenel Moise. *Time.com*. 24 06 2019. <https://time.com/5609054/haiti-protests-petrocaribe/>
79. Niall Ferguson. Donald Trump won't take on Nicolas Maduro's muchachos in Venezuela. *Niallferguson.com*. <http://www.niallferguson.com/journalism/politics/donald-trump-wont-take-on-nicolas-maduros-muchachos-in-venezuela>
80. Ver: OPEC Anual Reports. https://www.opec.org/opec_web/en/publications/337.htm.
81. OPEC Monthly Oil Market Report – May 2020
82. Ibíd
83. Rafael Ramírez Carreño. Se profundiza la crisis: ¿Por qué no hay gasolina en Venezuela y por qué se retira Rosneft? *Aporrea.org*. 29 03 2020
84. Eugenio Martínez. PDVSA solo logra refinar 20% de la gasolina que se necesita en Venezuela 27 05 2019 .
85. News Editor. 2nd gasoline-laden Iranian ship arrives in Venezuela. 27 05 2020
86. Marianna Parraga, Jonathan Saul. Exclusive: Oil tankers turn away from Venezuela as more sanctions loom. *Reuters*. 9 06 2020
87. Insight Crime. Walid Makled.insightcrime.org. 13 05 2019

88. Anadolu Agency. Turkish president arrives in Venezuela for talks. aa.com.tr. 03.12.2018

89. Reuters. EEUU investiga informes sobre negocios petroleros de comandante rebelde libio con Venezuela. Ita.reuters.com. 11 06 2020.

90. Minerva Vitti. Ikabarú y las masacres del modelo extractivista-minero noviembre 25, 2019. Revista Sic

91. A mi profesor Edgardo Lander le corresponde el honor de ser prácticamente el único miembro del movimiento decolonial movilizado contra la depredación en el Sur del Orinoco: Edgardo Lander. The implosion of Venezuela's rentier state. New Politics Papers. 1 09 16.

Abstract

In this text I will study the mutations in power relations in the American continent without a particular sympathy for the United States, but beyond the national-popular or Marxist paradigms. As the reader will see, the United States will not appear in a more favorable light, simply different: Latin America during the 20th century was for the United States a source of risk rather than a source of wealth considered not within the sphere of economics but of the much broader sphere of security. It was the dynamics of popular, citizen and worker struggles, together with a growing autonomy of states and elites, which basically exhausted US imperialism, although, in a dramatic turn, they did so at the same time that the United States passed to be an essential component in a new geopolitical order that, following Antonio Negri and Michael Hardt, can be called Imperial rather than imperialist - and that in Wark's we would call vectorist.

Keywords:

Empire; Michael Hardt; Antonio Negri; United States; Imperialism

Resumen

En este texto estudiaré las mutaciones en las relaciones de poder en el continente americano sin una particular simpatía por los Estados Unidos, pero más allá de los paradigmas nacional-populares o marxistas. Como el lector verá EEUU no aparecerá en una luz más favorable, simplemente distinta: América Latina durante el siglo XX fue para EEUU una fuente de riesgos más que una fuente de riquezas considerada no dentro de la esfera de la economía sino de la mucho más amplia de la seguridad. Fue la dinámica de las luchas populares, ciudadanas y obreras, junto a una creciente autonomía de los Estados y las elites, los que básicamente agotaron el imperialismo norteamericano aunque, en un giro dramático, lo hicieron en el mismo momento en que los Estados Unidos pasaban a ser un componente esencial en nuevo orden geopolítico que, siguiendo a Antonio Negri y Michael Hardt puede ser llamado Imperial más que imperialista -y que en los de Wark llamaríamos vectorialista.

Palabras clave:

Imperio; Michael Hardt; Antonio Negri; Los Estados Unidos; Imperialismo

A pele do leviatã e a geopolítica do vírus: a noosfera como território político dos afetos

Marcelo M. Valença (1) e Bruno de Seixas Carvalho (2)

1- Professor adjunto do Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval (PPGEM/EGN)

2- Doutorando em Estudos Marítimos pelo Programa de Pós-Graduação de Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval (PPGEM/EGN) e em Ciência Política pela University of Birmingham, do Reino Unido

Introdução

Recentemente, uma pesquisa liderada por Thomas Lecocq, do Observatório Sismológico Real da Bélgica demonstrou que, durante a pandemia trazida pela Covid-19, foi registrada a maior redução de ruído antropogênico de que se tem notícia. A paralisação física do movimento global em virtude das quarentenas internacionais, literalmente, aquietou a terra, diminuindo os ruídos sísmicos do planeta [1].

Essa espécie de “silêncio geológico” funcionaria como uma eloquente metáfora que simbolizaria – em uma escala temporal também geológica – o justo instante que precederia o momento derradeiro de um duelo; como quando, nos filmes de velho oeste, os contendores se examinam mutuamente, até que um lapso temporal quase imperceptível é o clímax que vai separar o vencedor do perdedor. Assim, tal qual os segundos que definem a vida ou morte dos

duelistas, em um tempo geológico e um duelo *geopolítico*, podemos estar vivendo o momento que antecede o confronto entre duas grandes potências ou blocos estatais.

Na esteira de um suposto retorno da geopolítica, ao logo da pandemia da Covid-19 tem-se falado com frequência de uma nova “Guerra Fria” entre os EUA e a China. A expressão popularizou-se através do livro do jornalista Walter Lippmann em 1947 [2], aludindo justamente à dinâmica envolvida entre dois lutadores de boxe que se examinam e se encaram no ringue imediatamente antes da luta (duelo) propriamente dita iniciar [3].

Articulada a noção de poder, território e soberania, a geopolítica “é uma teoria das relações espaciais e causalidade histórica” [4] que ressalta “a importância de padrões geográficos na história política”; uma perspectiva que analisa “as relações de uma lado, geográficas e suas visões, e de outro os processos políticos” [5], uma palavra que

denota “todas as rivalidades de poder em um território” [6] ou mesmo um discurso centrado “no território como objeto e meio do poder de Estado” [7].

Essa chave de entendimento pareceria aplicável para entender a dinâmica política que, em verdade, antecede a crise da Covid-19, e toma lugar particularmente desde a crise de 2008. Os desdobramentos da Primavera Árabe de 2011, com a guerra civil que hoje acontece na Síria, na Líbia e no Iêmen; a anexação da Crimeia pela Rússia em 2014; a disputa corrente do Mar do Sul da China; a postura norte-americana com relação ao Oriente Médio, especialmente o Irã, e mesmo a guerra comercial sino-americana, são apenas alguns dos exemplos mais conspícuos de uma geopolítica que supostamente emularia as condições sob as quais o termo de fato surgiu já nos últimos anos do século XIX.

No entanto, compreender a pandemia como mais um desdobramento geopolítico nesses moldes seria desprezar os segundos imperceptíveis que definem o duelista vitorioso; seria tomar a causa pela consequência e projetar o fim do século XIX no século XX em um flagrante anacronismo. Em outras palavras, a dinâmica que constitui a competição entre os atores internacionais hoje já não mais é a mesma que a da virada para o século anterior: Há hoje todo um “espaço” afetivo construído pela ubiquidade dados e o fluxo de informações que traduzem o mundo em bits e o apresenta em diversas telas. Esse é o

terreno que hoje produz e atravessa o planeta, amalgamando a macropolítica estatal à micropolítica dos afetos [8].

Reconhecer a relevância dessa dinâmica afetiva é atentar para a produção de subjetividade [9] como elemento de peso na política internacional. Negri e Hardt foram talvez os pioneiros em alertar para essa questão, ao apresentarem o conceito de Império [10]. No entanto, se na obra há a hipótese de que seriam os EUA o ator que mobilizaria a lógica imperial, em uma era de soberania global pós-moderna, é justamente o trumpismo que busca retornar os EUA aos princípios geopolíticos clássicos. Durante a pandemia, essa postura destacou-se, especialmente, nas disputas contra a Rússia e a China em torno das vacinas e pelas redes sociais. Assim, vinte anos depois, o Império mostrou-se uma concepção ancorada aos eventos que tomavam lugar no imediato pós-Guerra Fria.

No entanto, se há um retorno da geopolítica, não se trata de um retorno da mesma geopolítica, pois o ato de voltar já é “a forma original do Mesmo”. Isto é, de fato existe um regime de repetição, mas é justamente a partir dele que se apresenta a diferença. Daí, portanto, a questão que nos propomos a tratar: qual *diferença* apresentada pela política internacional durante a pandemia da Covid-19?

Ao abordar esse problema, objetivamos indicar as tendências políticas que norteiam a dinâmica internacional, criando as condições para se construir o amanhã da crise. A hipótese central que atravessará

as páginas seguir situa-se na concepção de que, em uma geopolítica do vírus, a disputa de poder ocorre através de outro “território” denominado *noosfera*. A palavra vem do grego *noos* (mente) e, a partir da obra de Gilles Deleuze, argumentaremos que se trata de uma camada imanente que constitui e atravessa a política internacional, como desdobramento do desenvolvimento tecnológico e o denso fluxo de informações. Nesse ponto, compreendemos a tecnologia, sob a ótica de Bruno de Latour, enquanto um fenômeno sociotécnico, onde a camada social engloba um híbrido composto por humanos e não-humanos operando na natureza.

Assim, embora as fronteiras territoriais clássicas ainda se revelem importante para a crise atual, ela coexiste e é operada pela *noosfera*, tomando velocidade a partir da ubiquidade de dados envolvidos nas produções de subjetividade e modulação de afetos [11]. Desse modo, a partir de uma breve revisão bibliográfica, empreendermos uma análise qualitativa sobre a dinâmica da noosfera buscando apontar exemplos práticos, em pequenos estudos de casos envolvendo a postura dos EUA durante a Covid -19. Analisar os EUA nos parece relevante, posto que sua política externa, desde a Segunda Guerra Mundial, induz fenômenos correlatos no sistema internacional. A ascensão de Trump e sua gestão na iminência de uma reeleição parecem não fugir a essa tendência, não sem apresentar uma divergência histórica à trajetória norte-americana no

ambiente internacional ao longo do século XX.

Desse modo, este artigo divide-se em quatro partes. Na primeira parte, esboçaremos o surgimento do discurso geopolítico indicando a conjuntura política e epistêmica que o atravessa. A seguir, analisaremos o conceito de Império, propugnado por Negri e Hardt, apontando seus usos e sua contemporaneidade, vinte anos após a publicação da obra. Na terceira parte, apresentaremos o conceito de noosfera, após o que, na quarta parte, buscaremos verificá-la em breves análises de a partir da postura dos EUA durante a pandemia.

Uma breve arqueologia do discurso Geopolítico

O surgimento da geopolítica enquanto saber específico pode ser considerado um dos desdobramentos da geografia política de fins do século XIX – embora Yves Lacoste perceba já em Heródoto sua gênese, em virtude de sua análise histórica das guerras médicas (499-449 ac) [12]. Tratando as relações internacionais à luz das máximas Spencerianas de seu tempo, sob as bases epistemológicas de um positivismo científico que mira a civilização e o progresso, a geopolítica aparece como uma chave de entendimento para dar lastro político à atuação do Estado no espaço.

Estado e território articulam-se a partir do movimento do primeiro sobre o segundo, dirigido por relações poder macroscópicas e racionais, introjetadas

na cabeça do Leviatã. Duas grandes vertentes forjaram as bases desse tipo de saber, uma de origem germânica, mais desconectada do jogo de forças materiais entre os Estados e dirigida por um forte viés ideológico; a outra de inclinação anglo saxã, mais pragmática e cientificista.

A vertente germânica tem em Rudolf Kjellén o próprio inventor do neologismo *Geopolitik*. Embora sueco, Kjellén nutria forte admiração pelo Império Alemão e via sua ascensão inevitável como a peça chave para ascensão de um bloco que se estenderia da Escandinávia e o Báltico até os Balcãs incorporando a Europa oriental [13]. Kjellen enxergava os Estados enquanto um verdadeiros organismos que “vigorosos e cheios de vida possuem um espaço limitado e obedecem ao categórico imperativo de expandir seu espaço, seja por colonização, amalgamação ou conquista”. [14] A geopolítica, pois, surge como um dos 5 saberes [15] essenciais para se compreender a figura do Estado mas que, dada sua importância, a eles sobrepunha-se.

Kjellen incorpora em grande medida as ideias esboçadas pelo então professor da Universidade de Leipzig, Friederich Ratzel em seu livro *Politische Geographie* (Geografia Política) de 1897. Nessa obra, Ratzel propõe-se a desvendar as leis naturais que governam a expansão territorial e as relações entre os humanos e o Estado. Sem negar suas origens como zoológico, tributário, portanto, da “sobrevivência do mais forte” spenceriana, Ratzel acreditava que as fronteiras entre os

estados eram a expressão concreta de seu poder. Para consolidá-las, a guerra seria inexorável, pois funcionaria como “a grande escola para conceituar a dominação espacial”. [16] Tal seria a maneira legítima de assegurar o *Lebensraum*, ou espaço vital, termo cunhado primeiramente por Ratzel.

As ressonâncias com o nazismo não são mera coincidência. Karl Haushofer não somente foi discípulo de Ratzel, como leitor voraz de Kjellen, introduzindo a *Geopolitik* a Hitler e Rudolf Hess em 1924, quando de sua prisão em Landsberg um ano antes, fruto do malogro do “Putsch da cervejaria”. [17] Com isso, os princípios geopolíticos foram encaixados e apropriados pelas pretensões ideológicas alemãs, e ao longo dos anos de 1930, compuseram o racismo de estado nazista que levaria o mundo à Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

A vertente anglo-saxã, embora ancorada numa perspectiva civilizatória inerente ao período final do século XIX, teorizam sobre a geopolítica de maneira mais cientificista, mais ancorada no espaço e nos cálculos racionais do espaço. Ainda sem utilizar o termo “geopolítica”, mas uma “geografia política aplicada às ideias globais”, o britânico H. Mackinder em sua seminal palestra “O eixo geográfico da história”, em 1904, esboça as principais visões de uma suposta vertente anglo-saxã. Na ocasião, Mackinder argumenta que o início do século XX tratava-se de uma “era pós-colombiana”, pois o ambiente marítimo já haveria cumprido seu

papel enquanto elemento chave para história, uma vez que o globo terrestre já havia sido por ele descoberto e cartografado. Desse modo, a política internacional era, na verdade, sistema fechado, donde seria possível “tentar, em alguma medida de completude, uma correlação entre largas generalizações geográficas e históricas”. [18]

Daí a sua ideia central de um *Heartland*, isto é, um território historicamente tão estratégico por suas características naturais que, se conquistado, inexoravelmente resultaria na conquista do mundo por quem o fizesse. Mackinder demonstra que o *Heartland* constitui-se pelos territórios da antiga URSS e a Europa Ocidental, de modo que um dos silogismos estratégicos consagrados de seu pensamento é a máxima “Quem domina a Europa Oriental, controla o Heartland, quem domina o Heartland, controla a Ilha Global, e quem domina a Ilha Global, conquista o Mundo” [19]. Por isso, o britânico é conhecido por muitos como o pai da teoria do poder terrestre.

Não mais tratando do espaço terrestre, mas do espaço marítimo, em 1890, destaca-se a publicação do livro *The Influence of Sea Power Upon History (1660-1783)* do oficial de Marinha norte-americano Alfred T. Mahan. A obra em questão tornou-se um verdadeiro *best-seller* para sua época, sendo traduzida em diversos idiomas e servindo de paradigma estratégico das Marinhas na Primeira e Segunda Guerra Mundial. Mahan não utilizou o termo geopolítica, mas é

considerado um dos pais de uma suposta geopolítica do mar [20].

Mahan acreditava que a estratégia marítima obedecia a princípios universais atemporais e imutáveis, de modo que seis elementos traduziriam a grandeza dos oceanos para o *Sea Power* impulsionador da prosperidade das nações: posição geográfica, extensão territorial, configuração da costa, tamanho da população, caráter do governo e caráter nacional. Dominar esses elementos seria o primeiro passo o controle do mar, este alcançado na prática, por uma batalha decisiva capaz de aniquilar a esquadra adversária. A perspectiva mahaniana vulgariza o mar como o espaço para a afirmação dos interesses estatais, sendo encetando-o como um instrumento de domínio. [21] Não à toa, já em 1898, os EUA entram em guerra contra a Espanha tomando Cuba e as Filipinas, sendo Cuba, consoante ao que Mahan ilha de imensa importância estratégia para seu país no Golfo do México [22].

Após a Segunda Guerra, a associação com o nazismo enfraqueceu a geopolítica enquanto campo distinto do saber, embora muito de seus princípios basilares estivessem de certa forma presentes sob o escopo dos estudos estratégicos e a geografia política [23]. Nos EUA, uma série de pensadores refugiados no país, por conta da Segunda Guerra, começam a introduzir o conceito. Já na década de 1940 Robert Strausz-Hupé, busca desconectar a geopolítica dos alemães, descreditando Haushoffer [24]. O holandês Nicholas Spykman, da mesma

forma, percebe a relevância do assunto, alertando que uma abordagem geopolítica-*realpolitik* poderia beneficiar os Estados Unidos. Afeto às ideias de Mackinder, Spykman acreditava que a história se dava nas latitudes temperadas e que a busca pelo equilíbrio de poder correspondia à lei da natureza e à ética cristã [25].

No Brasil, já pelas décadas de 1940, Mário Travassos publica o clássico *Projeção Continental do Brasil*. Se Mackinder apresenta as nuances históricas condicionadas pela geografia do *Heartland*, analisando os antagonismos regionais brasileiros, Travassos insere o Brasil como resultado dialético entre duas condicionantes geográficas: bacia do rio da prata e bacia do rio Amazonas; e os oceanos Atlântico e Pacífico. Sobre a última, diz o autor:

No primeiro desses antagonismos, as cumeadas dos Andes dividem águas para dois oceanos especificamente diferentes. Para oeste, o Pacífico, “o mar solitário”, o oceano de feixes de circulação regionais, das extensões sem fim, das grandes profundidades polinésias. Para leste, o Atlântico, cujas águas são as mais frequentes do globo, em cujas costas a ecúmeno marítima se encontra magnificamente definida e onde o planalto continental é dos mais piscosos. [26]

Além de Travassos, Everardo Backheuser, sistematiza e supervisiona o ensino da disciplina que começa a surgir nos cursos superiores do país.

da Geopolítica, tratando do Estado enquanto um “organismo geográfico” Backheuser é peremptório em admitir que tal definição “é de meridiana translucidez e a nosso ver se mantém como a melhor a mais precisa e a mais enxuta entre quantas outras se lhe sigam”[27]

A geopolítica ressurgirá a partir da década de 1970, como desdobramento das mudanças na política internacional, como o arrefecimento das relações EUAxURSS, a crescente onda de descolonização e a maior consistência do então “Terceiro Mundo”. [28] O termo ganhará novamente evidência quando da publicação das memórias de Henri Kissinger, durante seu período na Casa Branca, na obra *The White House Years* em 1979. Kissinger refere-se à geopolítica como sinônimo de suposto equilíbrio global motivado pela busca dos interesses nacionais dos Estados. [29]

Desse modo, nos termos que propugnava já ao final do século XIX, a geopolítica atravessa o século XX levando em consideração a política internacional como um sistema fechado, onde território e soberania explicam e mesmo preveem o movimento dos Estados, estes movidos por um cálculo racional de interesses. O armamento nuclear e a “racionalidade da irracionalidade de um conflito”, acabam incorporando a onda behaviorista que havia iniciado na década de 1950 e teorias cada vez mais sofisticadas de expectativas racionais de interesse passam a tomar conta do debate sobre a política

internacional.[30] Bastante coerente às teorias de realistas e neorrealistas das relações internacionais [31] a geopolítica passa a se difundir como moldura de análise para se orientar a atuação dos Estados.

Império e Geopolítica

Se a visão geopolítica clássica incorpora valores transcendentais e o Estado-nação como elemento político e epistêmico, Negri e Hardt buscam trazer uma abordagem com a imanência necessária ao século XXI. Escrevendo após a Primeira Guerra do Golfo (1991) e a guerra na Bósnia (1992-1995), introduzem um novo elemento para se compreender e experimentar a dinâmica internacional em si mesma: a construção de subjetividade como novo terreno de disputa política. Como Barkawi e Laffey ressaltam, o pioneirismo dos autores está justamente em transladar as relações internacionais para as relações mesmas, no lugar de ancorar-se nos Estados ou normas internacionais, como propugnam as escolas clássicas do realismo/neorrealismo e liberal/institucionalismo. [32] Império é o elemento político que incorpora tal dinâmica, este que, marcando a passagem para uma soberania dita pós-moderna, imiscui sujeito, Estado e os novos atores internacionais em uma gramática global onde a clivagem espacial dentro/fora não mais faria sentido.

Diferentemente da geopolítica clássica atravessada pela ideologia

social-darwinista e pelo cientificismo progressista do fim século XIX, o Império atua em um plano de imanência constituído pelos fluxos de capital globalizados. A tecnologia da informação diagrama símbolos e códigos em uma *axiomática* que atua diretamente no mundo real e marca a passagem qualitativa para uma economia informacional ou pós-industrial, onde o trabalho imaterial produz o valor afetivo que constitui a própria vida. O espaço liso “definido por fluxos não codificados, flexibilidade, modulação contínua e equalização tendencial”, não conhece fronteiras e escapa à cabeça do Leviatã. Em suma: não existe um fora do Império, da mesma forma que tudo é público. Desse modo Império e imperialismo não se confundem, pois o segundo precisa do esquema molar territorial que qualifica a dinâmica geopolítica da soberania moderna.

Se território e Estado são elementos discretos para os geopolíticos clássicos; o território onde opera o Império é contínuo, constitui e é constituído pelo espaço global de modulação afetiva das subjetividades, misturando-as em “um jogo de graus de intensidade, hibridismo e artificialidade”. Daí o bipoder foucaultiano: “uma forma de poder que regula a vida social do seu interior [...], o Biopoder refere-se a uma situação que o que está em jogo é a produção e reprodução da vida em si”. Não é por outro motivo que Negri e Hardt escolhem como alternativa ao Império a afirmação da multidão, uma multiplicidade de singularidades que

ultrapassaria a concepção Imperial. Vinte anos depois da obra Negri e Hardt, perguntar se os autores estavam certos ou errados é um problema inexistente. No lugar de se aferir a confirmação das previsões teóricas apresentadas em *Império*, importa analisar o conceito, seus usos e acoplamentos. Duas críticas podem ser endereçadas à obra das outras, uma de ordem política e outra de caráter filosófico.

Como Barkawi e Laffey assinalam, do ponto de vista político é questionável se há de fato uma passagem descontínua entre o *Império* em contraposição ao imperialismo; como se o segundo pertencesse inteiramente ao passado e, no lugar, o primeiro vigorasse peremptória e definitivamente. Para Negri e Hardt, isso ocorreria por intermédio dos EUA, que seriam o exemplo de uma hegemonia Imperial, pois “a ideia contemporânea do *Império* nasce através da expansão global do projeto interno constitucional dos EUA”. Com isso agindo como a polícia da paz e conformando as instituições multilaterais, os EUA dirigem “a primeira fase da transformação da fronteira global em um espaço aberto de soberania imperial”.

Entretanto, não somente o marco temporal que insere a soberania imperial norte-americana pós-moderna – em 1968 a partir da guerra do Vietnã – como a própria consistência desse modelo são questionáveis e desconectam-se da realidade política contemporânea. Se Negri e Hardt jamais poderiam prever a crise de 2008

e a saturação do modelo imperial que sugerem, de dentro do próprio sistema – em vez de impulsionados pela multidão – menos ainda vislumbrariam a eleição de Trump em 2016. E é o trumpismo que, por sua vez, advoga justamente os cânones da soberania moderna, sendo eleito a partir da promessa de demarcação abrupta de seu território na fronteira com o México por meio de um muro.

Mais ainda, Negri e Hardt argumentam que o controle imperial se dá a partir mecanismos globais e absolutos, dentre os quais destacam-se as armas nucleares. Sobre elas, alegam que “a ameaça da bomba imperial reduziu toda guerra a um conflito limitado; uma guerra civil; uma guerra suja e por aí vai” sugerindo que o conflito interestatal estaria com os dias contados, especialmente entre potências nucleares. Novamente, não é isso que se verificou na prática, desde a guerra das Malvinas – embora uma guerra limitada, inteiramente motivada por pretensões soberanas em termos modernos e envolvendo uma potência nuclear, o Reino Unido – até a retomada da Crimeia em 2014. Ademais, as armas nucleares ainda figuram no centro do jogo de interesses políticos, aos moldes de uma dinâmica moderna de soberania, como se viu com a Coreia do Norte e com o Irã.

A outra crítica é de caráter filosófico, mas que também poderia explicar a desconexão apresentada pela obra de Negri e Hardt com o presente. Com efeito, como Nichola Tampio argumenta, resquícius leninistas

atravessam o conceito de Império, como a preponderância do proletariado (multidões) como vetor de mudança política; um *telos* político apriorístico que visa acabar com a soberania estatal e a revolução como instrumento para tal. Primeiramente, a ideia de multidões não exatamente apresenta a expressão de um devir-minoritário que, para Deleuze, seria justamente uma das condições para se construir linhas de fuga e criar novo. Em uma das entrevistas concedidas a Negri, perguntado por este se existiria um “modo para que a resistência dos oprimidos possa tornar-se eficaz e para que o intolerável seja efetivamente banido” ou se existira modelo para que “a massa de singularidade e de átomos” se apresente, Deleuze responde que:

“Todo mundo, sob um ou outro aspecto, está tomado por um devir minoritário que o arrastaria para caminhos desconhecidos caso consentisse em segui-lo. Quando uma minoria cria para si modelos, é porque quer tornar-se majoritária, e sem dúvida isso é inevitável para sua sobrevivência ou salvação [...] mas sua potência provém do que ela soube criar, e que passará mais ou menos para o modelo, sem dele depender”

Talvez por isso, Negri e Hardt argumentam que em Mil Platôs, embora Deleuze e Guatarri consigam captar a dinâmica de forças que constituem a “substância ontológica da produção social”, articulam-na “superficialmente e de maneira

superficial e efêmera, enquanto um horizonte caótico marcado por um evento a que se alcança”. Mas o fato é que, ao atualizar o proletariado para as multidões, como solução para o *telos* político, o conceito de Império perde sua plasticidade, já que, ao problema que suscita, uma saída já pronta estaria construída.

A emergência da noosfera

Assim, o conceito de Império, tal qual formulado nos anos 2000 ainda não encontra a funcionalidade que requer para se compreender a dinâmica política contemporânea intensificada pela pandemia. Se o modelo geopolítico clássico é anacrônico, o Imperial incorre na mesma tendência, pois articula-se a um retrato específico do período político do pós-Guerra Fria.

No entanto, o trabalho imaterial e sua dinâmica afetiva, tal qual Negri e Hardt explicam, sem dúvida encontram expressão nos dias de hoje. Porém, as condições que permitem sua proliferação estão, não em um ente soberano pós-moderno; mas em uma tessitura ontológica que toma espessura na imanência de dados que constroem e cercam o mundo atual: a *noosfera*.

A palavra vem do grego *Noos*, que significa “mente” e tem suas origens no início do século XX, particularmente pelos trabalhos do padre francês jesuíta, Pierre Teilhard de Chardin e do geólogo russo Wladimir Vernadsky. Para o primeiro, por intermédio do desenvolvimento

tecnológico à época, uma espécie de “planetização” da humanidade estaria em curso, de modo que “materialmente e de maneira tangível, o envelope pensante da terra - a noosfera - esta[ria] incrementando suas fibras e adensando sua rede” . Chardin incorporava os ideais civilizatórios da época, em uma visão de que “forças benevolentes” estariam atuando, e o processo evolutivo histórico sinalizava que “sociedade e organismo social não mais tratam-se de um mero simbolismo, mas devem ser enxergados de maneira realistas”.

Vernadsky compartilhava da mesma perspectiva histórica, considerando, ademais, que os fenômenos que ocorriam no planeta, faziam parte de um longo mecanismo de evolução da crosta terrestre: um amplo processo geológico sujeito às leis empíricas da natureza, e, portanto, à generalização. O segundo passo desse processo evolutivo, após a constituição da geosfera, seria a consolidação da biosfera, camada de matéria viva que habita o planeta e o separa do meio cósmico, contendo, pois, a humanidade. A biosfera, encaixada no *telos* das leis naturais estaria passando também por uma modificação, pois:

“A humanidade, tomada com um todo, está se tornando uma força geológica poderosa. Surge o problema, portanto da reconstrução da biosfera aos interesses do livre pensamento humano com uma totalidade única. Esse novo estado da biosfera, ao qual estamos nos aproximando sem

percebermos, é a noosfera [...]. A noosfera é o novo fenômeno geológico do nosso planeta. E nele, pela primeira vez o homem se torna uma força geológica em larga escala”

Assim, Vernadsky e Chardin acreditavam que a noosfera seria a camada do pensamento que transformaria o mundo em uma nova era em que a humanidade estaria em um novo patamar moral.

Na virada para o século XXI, a ideia de uma noosfera foi resgatada por dois analistas das RAND, objetivando orientar a grande estratégia norte americana. John Arquilla e David Ronfelt em uma obra de 1999, inserem a noosfera na conjuntura sociotécnica e política de sua época, marcada por um intenso desenvolvimento tecnológico e familiar otimismo científico, devido ao fim da Guerra Fria e o desenvolvimento da internet.

A noosfera seria, pois, um grau mais abstrato das dimensões informacionais, englobando e confundindo-se com o ciberespaço e a infosfera. Se o ciberespaço relaciona-se ao tratamento técnico da informação e a infosfera, a seu caráter organizacional, em um nível mais elevado de abstração, a noosfera diz respeito ao efetivo compartilhamento de ideias e associa-se aos atores internacionais como as ONGs, Universidades e a ONU.

Tabela 1 (consultar)

A proposta dos autores era justamente adotar a noosfera enquanto conceito

para orientar os tomadores de decisão norte-americanos a enfatizar a dinâmica estrutural e processual da informação, na medida em que:

“ A noosfera, como a mente, é um sistema de processamento e estruturação de informação - e essa distinção é importante. O processamento de informação foca na transmissão das informações como *inputs* e *outputs* de um sistema. Em contraste, a perspectiva estrutural visa a iluminar os objetivos, valores e práticas que uma organização ou sistema incorporam[...]. Enquanto o processamento de informações tende a iluminar a tecnologia como um fator crítico, a estruturação de informações é o que orienta o capital humano ideacional”

Desde a publicação do livro, Arquilla e Ronfelt tem buscado atualizar as ideias esposadas, em uma espécie de balanço crítico da postura norte-americana dentro da perspectiva da noosfera e a tendência política que a engendraria, a *noopolitik*. Em uma primeira revisão em 2007, reconheceram que “a *noopolitik* era ainda uma ideia do futuro” pois os desdobramentos do 11 de Setembro, com “as invasões militares e a diplomacia coercitiva dos últimos anos implicaram em uma persistência das antigas formas de estadismo”.

Em 2018, em novo artigo, ainda reconhecendo a projeção tímida do conceito e a necessidade de complementar *realpolitik* e *noopolitik* em uma *Grand Strategy* coerente, os

autores criticam severamente a política externa norte americana propugnada por Donald Trump. Para Arquilla e Ronfelt, a negação de pautas globais, o atrofiamento do *soft power* norte-americano e a falta de contato com a sociedade civil, tem condicionados os EUA a vulnerabilidades de caráter estatal (Russa e China) e não-estatal (Wikileaks): é como se a ameaça primordial aos EUA estivesse antes em seu próprio presidente.

A saída que os autores enxergam é encarar a noosfera tal qual um *global common*, isto é, um “domínio tão interconectado e interdependente que, em termos operacionais, funcionam como uma totalidade em vez de somente como a soma das partes que o compõe”. Desse modo, como uma espécie de “infraestrutura global”, o acesso aos *global commons* é a espinha dorsal da ordem política e econômica contemporânea e por isso, para os autores, a postura política dos EUA, em sua histórica contribuição moral para humanidade, deveria incorporar a noosfera enquanto tal.

Em suma, Arquilla e Ronfelt acabam por endereçar à noosfera a relevância da informação para a política internacional, ressaltando a emergência de uma totalidade em construção a ser levada a sério. Nesse sentido, os interesses nacionais “ainda exercerão seu papel, mas eles devem ser definidos mais em um escopo social amplo do que em termos estado-cêntricos e devem se fundir a interesses mais amplos, mesmo globais em incrementar a transnacionalidade

da fábrica em rede em que os atores [internacionais] encontram-se inseridos”.

A pele do leviatã e a política internacional dos afetos

Até aqui, portanto, podemos perceber que o conceito de noosfera acaba atravessando as perspectivas geopolítica e Imperial. Tal qual os geopolíticos clássicos, Vernadsky e Chardin compartilham a visão de uma espécie de fundamento ontológico na terra – *geos* enquanto força histórica e política e *geos* enquanto força motriz da história da humanidade. Atualizando o conceito, Arquilla e Ronfelt entram em ressonância com a ideia do Império, como Hardt e Negri propugnam – embora por abordagem totalmente distintas – ao empregar a noosfera como uma espécie de totalidade em construção, conformando a política internacional, fruto da tecnologia das informações e tendo nos EUA o ator principal nesse processo.

Entretanto, os norte-americanos ainda compartilham da perspectiva transcendental e progressista encetada por Chardin e Vernadsky, alegando que “o mundo ainda não está na era da noosfera, mas no lugar, em uma era de transição, longe de ser pacífica”. Como se existisse um lugar pré-concebido e moralmente correto num tempo futuro que se desdobra naturalmente. Ademais, ao considerarem a noosfera um global common, a *noopolitik* aparece quase que como um

Marcelo M. Valença e Bruno de Seixas Carvalho
imperativo moral dos EUA, ressoando o viés excepcionalista wilsonianos traçado desde o fim da Primeira Guerra Mundial.

Seria preciso, pois, dar um passo adiante e reconhecer a materialidade imanente da noosfera, não enquanto *locus* de um mundo idealizado por uma concepção de liberdade e democracia aprioristicamente encaixados na realidade norte-americana, mas como tecido de construção e disputa política. A ubiquidade de dados produzidos e processados com a internet das coisas; as redes sociais; as técnicas de *machine learning* e a autonomia algorítmica que vivencia-se hoje, indica que a noosfera não está para além do mundo concreto; mas ela o atravessa e o constitui.

Se há uma dinâmica afetiva nesse processo, ela não ocorre por obra do mercado global, mas pelas próprias máquinas desejanças mobilizadas pelas bombas semióticas que atravessam as telas onde o mundo acontece nos smartphones, computadores, relógios e televisões; isto é, um “mundo tela, um mundo exclusivamente povoado de imagens que desfilam sem parar e comunicam diretamente sua informação a um cérebro saturado”. O olho simplesmente perde sua função de visão – imagens para ler, e em vez imagens para ver – e é, como que abreviado pelo conjunto cérebro-tela. Em um fenômeno que ainda não atinge um nível de consciência, ou, seja, antes do *self* aparecer na mente, essa dinâmica afetiva ganha velocidade e

circulação ao ser traduzida em dados: desde a tonalidade de azul da timeline do Facebook mais aprazível, passando pelo lugar para onde se mira o olhar na tela do celular até os likes e compartilhamentos no Twitter. Tudo isso é transportado em bits e tratados por algoritmos e retornam, posteriormente, à mesma tela, agora atualizados em de anúncios, fotos, e produtos, construindo e reconstruindo uma mente global – pois passa-se a igualar os desiguais a nível planetário em infinitas iterações – a partir da produção do sujeito.

Daí o rigor da palavra *noos*, com todo seu viés inconsciente, isto é: um *noos* que não se forma a partir da consciência, mas a despeito dela. Ademais, espinosa já nos mostrava que a dualidade entre corpo e mente não é excludente, o que se verifica nos dias de hoje. Portanto, a noosfera toma espessura partir dos dados transacionados na micropolítica cotidiana, em um processo semiótico e afetivo, desprovido de qualquer tipo de *telos* racional. Conectando as práticas mais mundanas do dia a dia à grande estratégia dos Estados em um regime de visibilidade e invisibilidade, a noosfera nos ajuda a compreender o caráter contingente e imprevisível da política internacional atual.

Desse modo, em vez de se associar à mente racional acoplada à cabeça do Leviatã; a noosfera funciona como a pele, como Michel Serres nos apresenta:

“A pele é uma variedade de contingências: é nela, por ela e com ela

que o mundo inteiro se toca com meu corpo, o sente, e por ele é sentido, ela define as fronteiras comuns. Contingência quer dizer um tangenciamento comum: mundo e corpo se acoplam e se acariciam. [...] A pele intervém entre diversas coisas do mundo e as misturam. [...] A pele, uma topologia mais do que uma geometria, acontece sem qualquer medida. A topologia é táctil. A pele, multissenorial pode passar por nosso senso comum.” É evidente que não se trata aqui de negar a relevância do espaço territorial e das práticas geopolíticas clássicas. Ao contrário: o que se tem acompanhado é a mobilização da noosfera por intermédio da lógica competitiva inerente à *realpolitik*. Estados e demais atores internacionais travam batalhas cada vez mais intensas para capturar afetos e convergi-los para seus interesses próprios. O terreno a partir do qual a geopolítica atua é a noosfera. Vejamos como isso se aplica à pandemia trazida pela Covid-19.

A geopolítica do vírus em uma dimensão noosférica

Tratamos de uma “geopolítica do vírus” quando compreendemos a Covid-19 como engendrada pelos interesses materiais dos Estados, dirigindo o cálculo político que lhes interessa. Uma geopolítica do vírus, é, pois, uma inserção da covid-19 na *realpolitik* e seu emprego na estratégia dos atores no plano internacional. Como dissemos, essa característica não exclui a noosfera enquanto dimensão política, mas, de outro modo,

reforça-a, pois é por meio dela que a geopolítica ocorre.

A pandemia, portanto, apresentou duas dinâmicas antitéticas, mas complementares: por um lado trata-se de uma questão, por definição, global, mas cuja solução depende da atuação dos Estados e seu isolamento em si mesmos. Por outro é justamente esse isolamento que requer a circulação da informação e contribui ainda mais para a constituição da noosfera e da interconexão global. Aplicativos como Teams, Webex, Zoom; links de *lives* em vídeos do Youtube ou no Instagram; compras online em aplicativos diversos, atravessam a rotina global diária do planeta. Ao famoso acrônimo G.A.F.A (Google, Apple, Facebook e Amazon) atribui-se um vigoroso crescimento econômico fruto do aumento pela demanda de seus serviços.

Se o Estado retoma sua importância como principal ator capaz de gerir a saúde e a segurança de sua população, é na ubiquidade escancarada de dados compondo um intenso fluxo de informações, que veiculará seus interesses e articulará e sua estratégia a partir do vírus. Assim, a circulação da Covid se dá tão rapidamente quanto as notícias a seu respeito. Penetrando nas relações diplomáticas, saturando a opinião pública e proliferando em um cenário marcado por batalhas de narrativas cada vez mais sofisticadas, uma espécie de “teatro de operações afetivo” é o que condicionará a vitória sobre corações e mentes.

Tal qual o vírus em si, é preciso

uma estratégia também viral para fazer proliferar narrativas a seu respeito e mobilizar a noosfera. Ainda no começo da pandemia, quando Itália e Espanha, no ápice de sua crise, precisaram contar com o suporte da União Europeia, França e Alemanha bloquearam as exportações de máscaras e equipamentos médicos. Essa fragilidade no esquema multilateral europeu foi explorada pelo apoio da Rússia, enviando suporte 24 horas depois; e pela China, que mobilizou luvas, respiradores e máscaras para auxílio. A publicidade dessas manobras, a despeito da qualidade e mesmo funcionamento dos equipamentos enviados, foi diluída na teia de algoritmos das redes sociais, visando espalhar a capacidade de moldar a política de saúde global para conter a pandemia.

É ainda nessa perspectiva que controvérsias acerca dos tratamentos para o vírus transformam-se também em elementos de disputa, por meio de uma intensa batalha afetiva. Uma série de medicamentos com eficácia duvidosa não mais são avaliados pelo rigor dos critérios científicos, mas pela legitimidade de seu portador que os insere em suas estratégias políticas. Nesse sentido, emblemática foi a intensidade que ganhou a cloroquina/hidroxicloroquina. De acordo com o levantamento do jornal *The Washington Post*, tudo haveria começado com um simples tweet de Elon Musk sugerindo que “talvez seja importante considerar cloroquina para C19”. Após críticas severas ao médico francês Didier Raoult, que haveria

sugerido seu tratamento em um *journal* que posteriormente o criticou, uma série de tweets e retweets de Trump buscavam emplacar uma narrativa vitoriosa para o remédio que rapidamente ganhou aderência entre seus apoiadores.

Dentre esses apoiadores, destaca-se o presidente brasileiro, que mesmo desaconselhado pelo seu então ministro da saúde, resolveu comprar insumos da Índia para incrementar a produção nacional do remédio, mesmo sem qualquer tipo de comprovação médica de sua eficácia. Após diversos testes realizados com o medicamento, chegou-se a relativo consenso de sua ineficácia, quando em junho a OMS desautorizou a continuidade de seus testes. Contudo, isso não impediu de, após ter contraído a doença, Bolsonaro insistir na medicação, postando fotos em suas redes sociais com ela nas mãos como um totem. De maneira semelhante, após Trump ter contraído a doença, já no início de outubro, hashtags como #hydroxychloroquine e #HCQWORKS proliferaram no twitter trazendo de volta o debate.

Essa dinâmica durante a pandemia, ressalta um viés que se arrasta desde 2016: a postura geopolítica dos EUA reflete e confunde-se com os interesses pessoais da conta de seu presidente no Twitter. Embora seja aparentemente uma questão de *politics* e não de *policy* é preciso lembrar da amplitude global da noosfera, onde um mero tweet poderá desencadear efeitos políticos globais e peremptórios. Desse modo, o *Great Power Competition* invocado na

National Defense Strategy de 2018 textualmente elege a China e Rússia como inimigos nacionais. A guerra comercial contra a China trasladou-se para a guerra contra o “vírus chinês”, sob fortes alegações de seu maniqueísmo com relação à OMS. Trump critica a falta de comprometimento dos chineses em conter a Covid, embora ainda em janeiro tenha considerado que a China estava “trabalhando duro para conter o Coronavírus” e que os EUA “apreciam enormemente seus esforços e transparência”.

Essas contradições pouco contribuem para afetar a base de seguidores de Trump, pois, em uma dinâmica que se repete em outros Estados, acabam incrementando o campo de ressentimentos que a constitui, fomentando cada vez mais a disseminação de teorias conspiratórias. Nesse aspecto, talvez o mais impactante desses movimentos seja o grupo pró-Trump Qanon, que se ganhou consistência após alegar possuir informações secretas sobre uma batalha secreta entre Trump e um grupo global de pedófilos, dentre os quais, estariam incluídos George Soros, Hillary Clinton, Barack Obama e até o Papa Francisco. O grupo acredita que Trump tenha sido recrutado por generais para ser presidente em 2016 para acabar com essa conspiração satânica e, a partir do Youtube, passou a disseminar suas teorias, (em geral anti-semitas, racistas e de cunho nazi-fascista) e também de desinformação sobre a Covid-19.

A intensidade e circulação desse tipo

de movimento somente é possível por intermédio da noosfera e é a partir de sua modulação afetiva que os interesses dos atores internacionais são dirigidos. Contudo, essa espécie de vulnerabilidade no território da noosfera, dá ensejo aos inimigos norte americanos a também ganharem vantagem. Há fortes indícios de influências Russas, por exemplo, mimetizando sites de instituições renomadas com supostos artigos científicos, bem como milhares de *bots* multiplicando fatos que correspondem somente aos interesses políticos de Putin, que envolvem enfraquecer os EUA.

Nesse sentido, a geopolítica Russa durante a pandemia é um caso particular em virtude da produção de vacinas e a promessa de cura que elas vêm representando. Com mais de centenas de companhias incrementando as expectativas e a esperança para conter a Covid-19, ainda esse ano, uma espécie de “corrida espacial” da vacina estaria em curso, de modo que se poderia emular o silogismo de Mackinder: “quem domina a vacina, controla o Covid-19, quem domina o Covid-19 controla o mundo”.

Sob essa lógica, mesmo com a Rússia acusada de realizar ataques cibernéticos contra empresas e universidades britânicas, canadenses e americanas e ao arripio da própria OMS a Sputnik V foi a primeira vacina a ser lançada no mundo. Embora ainda sob forte escrutínio científico da comunidade internacional, a eficácia da vacina foi asseverada pelo próprio

Putin em uma reunião do governo disponibilizada no YouTube. O nome escolhido pela vacina revela sua importância enquanto vetor geopolítico que precisa ganhar território na noosfera, buscando a confiança necessária emplacá-la.

O caso da China passa pela mesma dinâmica, não apenas envolvendo acusações de ataques cibernéticos, mas também a partir do emprego da vacina para demonstrar superioridade, ante à disputa geopolítica com os EUA. A produção vem ocorrendo a partir da articulação entre setores privados e a unidade de pesquisa médica do PLA. Entre as vacinas em fase de testes clínicos, quatro são chinesas e uma delas, a Sinovac, em fase final de testes no Brasil. Engolfada pela disputa com os EUA, a Sinovac, embora recebendo o aval científico do renomado instituto Butantã, foi desautorizada pelo presidente brasileiro alegando que “o povo brasileiro não será cobaia de Ninguém” - a despeito de milhares de brasileiros já serem efetiva e voluntariamente cobaias para a vacina, pois tal é o processo científico.

Uma vez mais, a atuação na noosfera não se trata de uma operação ideológica, pois não há qualquer tipo de mascaramento das intenções: Bolsonaro chegou mesmo a admitir que o problema da vacina seria efetivamente sua origem chinesa. Pouco importou, nesse caso, o viés científico com que a vacina é testada, pois trata-se de modular os afetos e ressentimentos e encaixá-los em um trumpismo distorcido. Visão idêntica é

amplamente ecoada pelo chanceler brasileiro, que mistura Deus com política externa incrementando as teorias conspiratórias. Em uma formatura dos diplomatas no Instituto Rio Branco utilizou o termo covidismo alegando que “Tomam uma doença causada por um vírus, a Covid, e tentam transformá-la num gigantesco aparato prescritivo, destinado a reformatar e a controlar todas as relações sociais e econômicas do planeta, o covidismo”.

Portanto vemos que a atuação geopolítica dos EUA na noosfera encontra aliados como o presidente brasileiro, negando a globalização, mas dela se beneficiando para operar na noosfera. Nesse sentido, enquanto a China negocia o fornecimento de sua vacina para países em desenvolvimento – maquiando seus inúmeros problemas internos em um flagrante cinismo - nas palavras de Trump, as vacinas seriam como máscaras de oxigênio caindo do teto de um avião despressurizado, de modo que “você coloca a sua primeiro e depois procura ajudar os outros o mais rápido possível”. Em contraste à atuação norte-americana a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, esse tipo de postura acentua a concorrência para a capacidade de produção em massa da vacina, o que poderá restringir a aquisição de seus insumos e tornar seu preço inacessível a países mais pobres - o que não atingiria a dimensão global que caracteriza a pandemia. Levando em consideração que, de uma maneira geral, somente Reino Unido, EUA e União Europeia

conseguem produzir essas vacinas em larga escala, a dimensão global que qualifica a existência de uma pandemia não seria problematizada.

Desse modo, em maio desse ano, a Casa Branca anunciou a *Operation Warp Speed (OWS)*, uma iniciativa entre o Departamento de Defesa, o *Center for Disease Control and Prevention (CDC)*, outros departamentos do governo federal e os setores farmacêuticos privados para que, em janeiro de 2021, cerca de 300 milhões de vacinas sejam entregues. Não se trata aqui de questionar o mérito de priorizar Estado ou o sistema internacional no que diz respeito à vacina; mas sim, compreender a dinâmica envolvida quando a vacina é colocada em questão. Parece evidente que os movimentos de China e Rússia não ocorrem em nome de valores morais elevados, como o bem da saúde global, mas há um enquadramento de suas narrativas coerente ao que Arquilla e Ronfelt poderiam chamar de uma *noopolitik*. Embora sua adesão aos órgãos multilaterais seja inexpressiva, a *realpolitik* desses atores é operacionalizada a partir da noosfera, seja por ações de guerra cibernética, seja pela manipulação afetiva nas redes sociais.

Nesse escopo, atores não estatais como as companhias por trás das redes sociais também apresentam papel cada vez mais preponderante na geopolítica do vírus. Facebook e Twitter vem proibindo postagens que possam indicar práticas contrárias ao combate da Covid-19. Enquanto o Facebook banuiu um vídeo de Trump

alegando que crianças seriam imunes ao vírus; o Twitter acabou bloqueando cerca de 23.750 contas veiculando, dentre outras, narrativas falsas sobre as ações chinesas empreendidas para conter a Covid-19. Nesse escopo, também é de se destacar a recente parceria entre Wikipedia e a OMS, onde a agência da ONU irá licenciar boa parte de seu material para a Wikimedia *commons*, permitindo que sejam reproduzidos e traduzidos para 200 idiomas.

A atuação cada vez mais frequente desses atores não estatais ocorre em uma disputa geopolítica pela e a partir da noosfera. Além da guerra de tweets de Trump criticando o próprio Twitter, o presidente vem buscando anular a *Section 230*, instrumento jurídico que garante a legalidade do Facebook em bloquear conteúdos ofensivos. Mais ainda, há o potencial de Trump retirar-se da OMS, não sem antes ter drenado os recursos de saúde norte americanos em sua gestão. A China é ainda mais radical e simplesmente não permite a atuação dessas empresas a nível doméstico, tentando contorcer a noosfera dentro de seu território físico. Falar da eventual saída do US da OMS.

Desse modo, o que se pode verificar não é a novidade da emergência de atores não estatais e tampouco o emprego de “ações psicológicas” ao nível da política internacional. De outro modo, o que se diferencia com a pandemia é o regime por meio do qual a geopolíticas opera: o que define os atores de uma relação é a própria relação e é antes esta que tem se

diferenciado - porque se repete. Na geopolítica do vírus, repete-se dinâmica semelhante ao do dilema da segurança com as vacinas, na medida em que a competição por quem a produz primeiro é parte dos jogos de *hard power*. Entretanto, a legitimidade de uma suposta vitória, isto é, a comprovação científica de que a vacina funciona de fato – e o que mobilizaria a população a utilizarem-na – repousa na produção afetiva modulada pelo intenso fluxo de informações e não na cientificidade do tema. Daí a noosfera como terreno de disputa da geopolítica do vírus e como o diferente que aparece tendo em vista sua repetição.

É interessante notar que, diferentemente do determinismo histórico e científico de Mackinder e Mahan, por exemplo, em uma geopolítica do vírus, as “verdades científicas” são pulverizadas e espalhadas na caótica disponibilidade de informações da rede, veiculando não mais conhecimento, mas meros argumentos a figurarem como posts, prestes a serem julgados nas as *timelines* do Facebook ou do Twitter. Com isso, cada indivíduo que se imiscui no amálgama de dados processados pelos algoritmos de seu smartphone faz parte da totalidade aberta que é a noosfera. Com isso, a fronteira entre a produção de subjetividades e os interesses estatais é uma zona cinzenta que ganha positividade e transforma-se em instrumento estratégico.

Os Estados ainda são extremamente relevantes na política internacional, mas as linhas que os separam do sistema internacional são

antes os vínculos que os conectam por inteiro. Não seria um exagero inferir que a cabeça do leviatã, isto é, os cálculos políticos racionais, se encontram hoje pulverizados antes nos afetos que envolvem o corpo político como um todo, quer dizer, na pele do leviatã. Assim, tal qual os inúmeros conflitos que vinham se desdobrando na política internacional, a geopolítica do vírus vem ressaltando que os vetores de poder contemporâneos são linhas tortuosas, conectando dimensões díspares de uma estrutura internacional em movimento.

Considerações finais

Desse modo, podemos notar a importância em conferir os direitos às nuances trazidas pela geopolítica do vírus. Há que se reconhecer que os Estados existem em um ambiente internacional complexo e a tecnologia não é mais um mero instrumento adjacente a esse processo. Se há um movimento de afirmação da *realpolitik* desde 2008, ela ocorre em decorrência desse ambiente e a pandemia acaba por intensificá-la. Nesse sentido, o conceito de Império ainda se ancora a situação norte-americana nos pós Guerra Fria, inserindo um telos na política internacional que não se verificou.

Desse modo, a noosfera aparece, não para substituir os princípios geopolíticos esboçados desde o século XIX, mas fazê-los operar sob uma nova dinâmica. Assim, respondendo à pergunta com a qual iniciamos este trabalho, é a noosfera

que se afirma como a diferença em um regime de repetição geopolítico durante a pandemia. E nesse sentido, os EUA são exemplos eloquentes de como mobilizá-la, sem, no entanto empreender uma *noopolitik*, mas impulsionando aliados como o próprio Brasil.

Com isso, percebemos que a racionalidade que marca a passagem do século XIX para o XX hoje é embrulhada numa economia de afetos que mobilizam práticas por vezes perigosas. A pele do Leviatã é o que faz a política contemporânea acontecer.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. *Os Gigantes da Estratégia Naval: Alfred Thayer Mahan e Herbert William Richmond*. Curitiba: Editora Prismas, 2015.
- ARQUILLA, John; RONFELT, David. *The Emergence of Noopolitik: Toward an American Information Strategy*. Santa Mônica: RAND corporations, 2001.
- ARQUILLA, John; RONFELT, David. *The continuing promising of noopolitik: Twenty Years After*, 2018. Disponível em https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3259425
- AXELROD, Robert. Conflict of Interest: an axiomatic approach. *The Journal of Conflict Resolution*, Vol 11, No. 1, 1967, p. 87-99.
- BARKAWI, Tarak; LAFFEY, Mark. Retrieving the Imperial: Empire and International Relations. *Millennium: journal of International Studies*. Vol 31, No. 1, pp. 109-127, 2002.
- CHARDIN, Pierre Teilhard. *The future of Man*. Londres:Image Books, 1945.
- COHEN, Saul B. *The Geography of International Relations*. Nova Iorque: Roman&Littlefield, 2015.
- COSTA, Wanderley M. *Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre território e poder*. São Paulo: HUCITE, 1992.
- DAMÁSIO, Antonio. *Self comes to Mind: Constructing the Conscious Brain*. Londres: Vintage, 2012.
- DELEUZE, Gilles. *Diferença e Repetição*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.
- DELEUZE, Gilles. Nietzsche. Lisboa: Edições 70, 2016.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 2012.
- DELEUZE, Gilles. *Cinéma 2: L' Image-Temps*. Paris: Les éditions de minuit, 2012.
- DONNELLY, Jack: *Realism and International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000,
- FREEDMAN, Lawrence. *Strategy: a History*. Londres: Oxford University Press, 2013.
- GUATARRI, Felix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: editora 34, 2012.
- HERWIG, Holger H. *The Demon of Geopolitics: How Karl Haushofer "Educated" Hitler and Hess*. Londres: Rowmann&Litteflied, 2016.
- KAPLAN, Robert. A vingança da geografia. A construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

- LACOSTE, Yves. La Géographie, la géopolitique et le raisonnement géographique. *Herodote*, no. 146-147, 2012, p. 14-44.
- LAPOUJADE, David. *Deleuze, os movimentos aberrantes*. São Paulo: n-1 edições, 2015.
- LATOUR, Bruno. *Jamais Fomos Modernos: Ensaios de Antropologia Simétrica*. São Paulo: Editora 34, 2013.
- MACKINDER, H.J. The Geographical Pivot of History. *The Geographical Journal*. No. 04, vol. XXIII, abril, 1904.
- MAHAN, Alfred Thayer. *The Influence of Sea Power Upon History (1660 to 1783)* Nova Iorque: Dover, 1987 [1890].
- MORGENTHAU, Hans J. *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*, Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 1948.
- NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Empire*. Cambridge: Harvard University press, 2000.
- SERRES, Michel. *Le Cinq Senses: philosophie des corps mêlés -1*. Paris: Grasset, 1985
- SLOAN, Geoffrey; GRAY, Colin. *Geopolitics, Geography and Strategy*. Londres: Routledge, 2005.
- TAMPIO, Nicholas. Assemblages and the Multitude: Deleuze, Hardt, Negri and the Postmodern Left. *European Journal of Political Theory*. Vol 8 (3), 2009, p. 383- 400.
- POSEN, Barry. The Security Dilemma and ethnic conflict. *Survival: Global Politics and Strategy*. Londres.No.35, volume 1, p. 27-47, 1993.
- TILL, Geoffrey. *Sea Power: A guide for the Twenty-First Century*. Londres: Routledge, 2018.
- TRAVASSOS, Mário. *Projeção Continental do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947
- VERNADSKY, Wladimir. The Biosphere and the Noosphere. *American Scientist*. Vol. 33 no. 1. 1945, p. 1-14.
- VERNADSKY, Wladimir. *The Biosphere*. Nova Iorque: Springer Science+Business Media, 1998.
- WALTZ, Kenneth N. *Theory of International Politics*. Illinois: Waveland Press, 2010.
- WRIGHT, Ben c. Mrs. X and Containment. *Slavic Review*. Vol 35, No.1, março, Cambridge 1976.

Tabela 1

	CIBERESPAÇO	INFOSFERA	NOOSFERA
Princípio ideacional	Interconectividade e democracia	Prosperidade e interdependência	Compartilhamento de ideias
Exemplos Organizacionais	Órgãos técnicos de tratamento da informação como a <i>Computer Professionals for Social Responsibility</i>	CNN, Disney, Time Warner	ONG promotoras de paz, universidades, ONU
Condutores Tecnológicos	Internet e a rede global de computadores	Rádio, TV e os cabos	Sistemas de treinamento educacionais

Fonte: ARQUILLA, John; RONFELT, David. *Noopolitik: Toward an American Information Strategy*. Santa Mônica: RAND, 1999. p. 17. Trad. nossa.

Notas

1. LECOQC, Thomas et. al. Global quieting of high-frequency seismic noise due to COVID-19 pandemic lockdown measures. *Revista Science*, Jul 2020. Disponível em <https://bit.ly/37BnB4o>.
2. Lippmann reagira à visão esboçada por George Kennan em um telegrama, posteriormente publicado na *Revista Foreign Affairs*, em 1947 onde Kennan utilizara o pseudônimo Mr X. Kennan foi um dos responsáveis por legitimar a doutrina norte americana da contenção em resposta à expansão da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e seu telegrama-artigo foi, em grandes linhas, uma análise política da União Soviética nos pós-Segunda Guerra Mundial durante o período em que o diplomata esteve em Moscou. A visão de Kennan sobre a URSS calcavam-se em estudos prévios realizados pelo norte-americano e enxergavam-na como uma potência militar em inexorável ascensão até tornar-se a maior do mundo, de modo a abalar os valores da civilização ocidental. O artigo de Kennan despertou críticas aguçadas de Lippman no *The New York Herald*, posteriormente transformadas em livro. Cf. WRIGHT, Ben c. Mrs. X and Containment. *Slavic Review*. Vol 35, No.1, março, Cambridge 1976.
3. FREEDMAN, Lawrence. *Strategy: a History*. Londres: Oxford University Press, 2013, p. 145.
4. SLOAN, Geoffrey; GRAY, Colin. *Geopolitics, Geography and Strategy*. Londres: Routledge, 2005. p. 02
5. COHEN, Saul B. *The Geography of International Relations*. Nova Iorque: Roman&Littlefield, 2015. p. 16
6. LACOSTE, Yves. La Géographie, la geopolitique et le raisonnement géographique. *Herodote*, no. 146-147, 2012, p. 14-44.
7. COSTA, Wanderley M. *Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre território e poder*. São Paulo: HUCITE, 1992.
8. A concepção de afeto (*affectus*) aqui esposada é rente ao que Deleuze conceitua segundo a obra de Espinosa como “a variação contínua da força de existir de qualquer um, de maneira que tal variação é determinada pelas ideias que se tem”. Embora existam a partir das ideias, os afetos com elas não se confundem, na medida em que são um modo de pensar não representativo. Disponível em webdeleuze.com acesso em 22/10/2020 às 14:30.
9. Consideraremos por produção de subjetividade, a visão empregada por Félix Guatarri, buscando tratar, grosso modo do processo constante de produção do sujeito, na ideia de ultrapassar a oposição clássica entre sujeito individual e sociedade. Cumpre destacar, desse modo, a definição provisória esposada por Guatarri subjetividade é: “o conjunto das

- condições que torna possível que instâncias individuais e/ou coletivas estejam em posição de emergir como território existencial autorreferencial, em adjacência ou em relação de delimitação com uma alteridade a ela mesma.” Cf. GUATARRI, Felix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: editora 34, 2012. p. 19.
12. LACOSTE, Op cit.
13. COHEN, 2015.Op cit.
14. BACKHEUSER, Everardo. *Curso de Geopolítica Geral e do Brasil*. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1954,p. 31.
15. Além da geopolítica, os cinco saberes propugnados por Kjellén são a *Economopolítica, Demopolítica, Sociopolítica e Cratopolítica*. Cf. BACKHEUSER, Op cit. Backheuser foi o responsável por introduzir a geopolítica nos cursos universitários brasileiros, sendo a obra em questão constituída pelos cursos que ministrou na PUC RJ no departamento de direito.
16. HERWIG, Holger H. *The Demon of Geopolitics: How Karl Haushofer “Educated” Hitler and Hess*. Londres: Rowmann&Litteflied, 2016.
17. bid.
18. MACKINDER, H.J. The Geographical Pivot of History. *The Geographical Journal*. No. 04, vol. XXIII, abril, 1904.
19. MACKINDER, Halford. *Democratic Ideals and Reality: Study in the Politics of Reconstruction*. Londres: Stable and Company, 1919. p. 194.
20. Ver. ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. *Os Gigantes da Estratégia Naval: Alfred Thayer Mahan e Herbert William Richmond*. Curitiba: Editora Prismas, 2015. p. e SUMIDA, Jon. Alfred Thayer Mahan Geopolitician In. GRAY, Colin; SLOAN, Geoffrey. Ed. *Geopolitics, Geography and Strategy*. Londres: Routledge, 2005. p 39-62.
21. Cf. TILL, Geoffrey. *Sea Power: A guide for the Twenty-First Century*. Londres: Routledge, 2018.
22. Ver HATTENDORF, John. *Mahan on Naval Strategy: selections from the writings of Rear Admiral Alfred Thayer Mahan*. Annapolis: Naval Institute Press, 2015.
23. HEPPLÉ, Leslie. The Revival of Geopolitics. *Political Geography Quarterly*. Sup. Vol 5, No. 04, 1986. p. S21-S36.
24. KAPLAN, Robert. A vingança da geografia. A construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 81-91.
25. Ibid.
26. TRAVASSOS, Mário. *Projeção Continental do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947.
27. BACKHEUSER, Op cit. p - 56.

28. HEPPLÉ, op cit.
29. GRAY, SLOAN, Op cit. p. 01.
30. Ver, AXELROD, Robert. Conflict of Interest: an axiomatic approach. *The Journal of Conflict Resolution*, Vol 11, No. 1, 1967, p. 87-99.
31. Ver DONNELLY, Jack: *Realism and International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, MORGENTHAU, Hans J. *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*, Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 1948, WALTZ, Kenneth N. *Theory of International Politics*. Illinois: Waveland Press, 2010,
32. BARKAWI, Tarak; LAFFEY, Mark. Retrieving the Imperial: Empire and International Relations. *Millennium: Journal of International Studies*. Vol 31, No. 1, pp. 109-127, 2002.
33. NEGRI e HARDT. p. 327.
34. Ibid. p. 188.
35. Ibid. p. 24.
36. Ibid. 182.
37. Ibid.
38. Ibid. p. 346.
39. TAMPIO, Nicholas. Assemblages and the Multitude: Deleuze, Hardt, Negri and the Postmodern Left. *European Journal of Political Theory*. Vol 8 (3), 2009, p. 383- 400.
40. DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 2012. p. 218.
41. NEGRI e HARDT, Op cit. p. 28.
42. CHARDIN, Pierre Teilhard. *The future of Man*. Londres:Image Books, 1945. p. 125.
43. Ibid. p. 150.
44. VERNADSKY, Wladimir. *The Biosphere*. Nova Iorque: Springer Science+Business Media, 1998.
45. VERNADSKY, Wladimir. The Biosphere and the Noosphere. *American Scientist*. Vol. 33 no. 1. 1945, p. 1-14.
46. ARQUILLA, RONFELT. Op cit. p. 18.
47. ARQUILLA, John, RONFELT David. The promise of noopolitik. Disponível em <https://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/view/1971/1846> acesso em 20/10/2020 às 10:00.
48. ARQUILLA, John; RONFELT, David. *The continuing promising of noopolitik: Twenty Years After*, 2018. Disponível em https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3259425 acesso em 20/10/2020 às 11:00.
49. ARQUILLA, RONFELT, 1999. p. 46.
50. ARQUILLA, RONFELT, 2018, p. 05.

51. LAPOUJADE, David. *Deleuze, os movimentos aberrantes*. São Paulo: n-1 edições, 2015.
52. DELEUZE, Gilles. *Cinéma 2: L'Image-Temps*. Paris: Les éditions de minuit, 2012. p. 349
53. Ver DAMÁSIO, Antonio. *Self comes to Mind: Constructing the Conscious Brain*. Londres: Vintage, 2012.
54. SERRES, Michel. *Le Cinq Sense: philosophie des corps mêlés -1*. Paris: Grasset, 1985. p. 82-83.
55. Se no início da pandemia, a Amazon ficara sobrecarregada com a demanda intensa de novos produtos, meses depois, a empresa criou 175 000 novos empregos, além de adicionar 12 Boeings 767 a sua estrutura logística, além de discutir a aquisição de uma Start up de veículos autônomos avaliada em 2.7 bilhões de dólares. The Economy is Reeling. The Tech Giants Opportunity. *New York Times*, 13 de junho 2020. Disponível em <https://nyti.ms/2Hwkznm>, acesso em 22/10/2020 às 16:13.
56. Esse cenário ocorreu no início na crise e foi revertido a partir da intermediação do governo suíço. Coronavirus: European solidarity sidelined as French interests take priority, *Irish Times*, 30 de Março, 2020. Disponível em <https://bit.ly/3ksFDty> acesso em 22/10/2020 às 16:17.
57. Não somente para a Itália, mas para uma gama de países que vão das Filipinas ao Peru, e, mais recentemente, para o Brasil.
58. The rise and fall of Trump's obsession with hydroxychloroquine *The Washington Post*, 24 de abril de 2020. Disponível em <https://wapo.st/31xtj3A> acesso em 22/10/2020 às 16:17.
59. "O principal desafio para a prosperidade e segurança dos Estados Unidos é a emergência de uma competição estratégica de longo prazo por [...] potências revisionistas. É evidentemente claro que China e Rússia querem moldar um mundo continente a seu modelo autoritário" ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. *National Defense Strategy*, 2018, p. 02. Disponível em <https://bit.ly/2HwdTWz>.
60. Conta do Twitter de Donald J. Trump. Disponível em <https://bit.ly/31tB5eT> acesso em 22/10/2020 às 18:50.
61. *New York Times* 28 de julho 2020 <<https://nyti.ms/3okFPNN>> acesso em 03/08/2020 às 12:00.
62. *New York Times*, 20 de julho 2020 <<https://nyti.ms/2IPY8Kg>> acesso em 02/08/2020 às 17:00.
63. Disponível em <<https://bit.ly/3kIDfVm>> acesso em 02/08/2020 às 17:00.

64. Disponível em <https://bit.ly/2ThJ8H7> acesso em 02/08/2020 às 17:00. necessários para fabrica-la.
65. New York Times, 10 de maio 2020 <<https://nyti.ms/2Htdx2N> > acesso em 02/08/2020 às 17:00.
66. Disponível em <https://www.reuters.com/article/us-health-coronavirus-china-vaccine-anal/at-war-time-speed-china-leads-covid-19-vaccine-race-idUSKBN2481NO>
67. Folha de São Paulo, 22 de outubro de 2020. Disponível em <https://bit.ly/31yHvtk> acesso em 22/10/2020 às 22:00.
68. In BOLLYKY, Thomas; BOWN, Chad. The Tragedy of Vaccine Nationalism: Only Cooperation can End the Pandemic. *Foreign Affairs*, julho 2020. Disponível em <<https://fam.ag/3juBGmQ> > acesso em 02/08/2020 às 17:00.
69. Nesse sentido, o instituto Serum na Índia e, possivelmente, a Fiocruz no Brasil por exemplo, são exceções ao clube dos “países ricos” e que, podem, portanto, produzir vacinas em larga escala.
70. Não custa destacar que isso já aconteceu durante epidemia de Influenza A H1N1 ou “gripe suína”. Após o desenvolvimento de uma vacina, sete meses depois do início da crise, esses mesmos atores compraram virtualmente todos os suprimentos
71. Disponível em <https://bit.ly/2HtD5fU> acesso em 22/10/2020 às 22:00. Ver também <https://www.defense.gov/Explore/Spo-tlight/Coronavirus/Operation-Warp-Speed/> .
72. Facebook removes Trump post over false Covid-19 claim for first time, *The Guardian* 6 de agosto de 2020. Disponível em <https://bit.ly/3dS5o3K> acesso em 22/10/2020 às 22:00.
73. Analysis of June 2020 Twitter takedowns linked to China, Russia and Turkey, *Stanford Internet Observatory*. Disponível em <https://stanford.io/2TwPWAZ> acesso em 22/10/2020 às 22:00.
74. Wikipedia and W.H.O. Join to Combat Covid Misinformation. The New York Times. 22 de outubro de 2020. Disponível em <https://nyti.ms/3meFNVF> 23/10/2020 às 09:44.
75. É a chamada proteção para “bons samaritanos” como consta na lei. Disponível em <https://www.law.cornell.edu/uscode/t-ext/47/230>
76. O dilema da segurança é a dinâmica paradoxal envolvida na decisão de armar-se para defender-se contra outro Estado potencialmente agressor instigando este último a fazer o mesmo e tornando a segurança

pretendida cada menos factível, se não a partir de um maior armamento, o que eventualmente levará a uma corrida armamentista. Essa visão clássica é ancorada em um entendimento das relações internacionais como um jogo completamente racional e previsível de movimentos, o que, embora tenha elevada relevância nos dias de hoje, não mais dão conta das imprevisibilidades como a trazida pela própria covid.

Resumo

A pandemia trazida pela Covid-19 afetou as relações internacionais e intensificou dinâmicas que já estavam em curso, no mínimo, desde a crise global de 2008. Diz-se que a geopolítica, incorporando as noções entre poder e território, marca o período atual, sob a pecha de uma nova Guerra Fria entre EUA e China. Porém, empregar a geopolítica ainda sob a perspectiva através da qual emerge, ao fim do século XIX, revela-se um flagrante anacronismo incapaz de dar conta das complexidades que se apresentam. Sendo assim, este artigo aborda o problema de perscrutar a diferença apresentada pela política internacional durante a crise da Covid-19. Objetiva-se indicar políticas que norteiam a dinâmica internacional, criando as condições para se construir o amanhã da pandemia. A hipótese central que atravessará as páginas segue situa-se na concepção de que, em uma geopolítica do vírus, embora a Covid-19 seja engendrada pelos interesses dos atores internacionais, a disputa de poder ocorre através de outro "território" denominado *noosfera*. Em uma análise qualitativa, por meio de revisão bibliográfica, situa-se o surgimento da geopolítica e como ela se insere na dinâmica política global; explica-se o conceito de Império, como esboçado por Negri e Hardt e, ante às limitações dessa abordagem, apresenta-se o conceito de noosfera e seus desdobramentos políticos, a partir das obras de Deleuze.

Palavras chave: Noosfera; Leviatã; Covid-19; Geopolítica.

Abstract

The pandemic brought about by Covid-19 affected international relations and intensified dynamics that had been ongoing, at least, since the global crisis of 2008. It is said that geopolitics, incorporating the notions between power and territory, marks the current period, under the banner of a new Cold War between the USA and China. However, employing geopolitics still from the perspective through which it emerges, at the end of the 19th century, reveals itself to be a flagrant anachronism unable to cope with the complexities that are presented. Thus, this article addresses the problem of looking at the difference presented by international politics during the Covid-19 crisis. The objective is to indicate policies that guide the international dynamic, creating the conditions to build the tomorrow of the pandemic. The central hypothesis that will cross the following pages is the conception that, in a geopolitics of the virus, although Covid-19 is engendered by the interests of international actors, the power struggle occurs through another "territory" called the noosphere. In a qualitative analysis, through bibliographic review, the emergence of geopolitics and how it is inserted in the global political dynamics is located; the concept of Empire is explained, as outlined by Negri and Hardt and, given the limitations of this approach, the concept of noosphere and its political developments is presented, based on the works of Deleuze. **Keywords:** Noosphere; Leviathan; Covid-19; Geopolitics.

A ontologia da Multidão e a ‘anomalia selvagem’ dos sujeitos migrantes

Flavia Guerra Cavalcanti

Professora do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IRID/UFRJ), coordenadora do Grupo de Trabalho sobre Migrações do IRID/UFRJ.

1- Introdução

Na nova ordem global do Império, os migrantes são parte da potência da Multidão, ou seja, afirmam-se como protagonistas e não vítimas dos processos históricos. As obras *Império (2000)* e *Multidão (2005)*, de Michael Hardt e Antonio Negri, têm gerado, desde seu lançamento no início do século, pesquisas que recuperam a agência do migrante e o veem como um sujeito histórico relevante na nova ordem global do Império. Os trabalhos de Sandro Mezzadra e Brett Neilson (2013), Martina Tazzioli (2019) e Yann Moulier Boutang (2004), entre outros, são exemplos desta influência da teoria hardto-negrina na reflexão sobre as migrações.

A partir de uma reflexão sobre a ontologia do conceito de Multidão na obra de Negri e Hardt, este artigo visa a discutir as possibilidades e desafios que este termo coloca para os estudos migratórios na contemporaneidade. A investigação ontológica nos permite

compreender os pressupostos da teoria do Império e da Multidão, pois seu modo de funcionamento depende de como eles “se põem” no mundo, do seu “ser” no mundo. Este trabalho propõe-se a pensar a migração como potência e o migrante como um sujeito constituinte/corpo singular que se conecta a outros sujeitos constituintes/corpos singulares para realizar a produção biopolítica da Multidão. A pergunta que Negri e Hardt ainda não conseguiram responder é: como pode vir a acontecer a associação entre sujeitos marginalizados na Multidão? Nossa hipótese é a de que a ontologia materialista imanente, explorada pelos próprios autores, já contém em si as diretrizes para tal tarefa.

Para expor este argumento, concentrar-se-á, primeiramente, em destrinchar a ontologia da Multidão, para, num momento posterior, analisar se – e em que medida – esta mesma ontologia ainda é capaz de fornecer as estratégias de articulação política necessárias para a conexão entre os corpos singulares da Multidão.

Na primeira seção deste artigo, procura-se mostrar que as características do conceito de Multidão já estavam em gestação na pesquisa teórica de Negri antes de *Império* vir a lume. A tese negriana sobre a “anomalia selvagem” de Espinosa estabelece o percurso para a elaboração ontológica da Multidão. Sem este desenvolvimento primeiro, a teoria do *Império* não teria sido possível, uma vez que a Multidão tem precedência ontológica em relação ao poder imperial. (2.1 e 2.2)

Contudo, como discutiremos na seção seguinte (3.1 e 3.2), o conceito de Multidão que aparece ao final de *Império* não incorpora a densidade teórica do estudo anterior sobre Espinosa. O comedimento na utilização do conceito de Multidão pode ser explicado pela adoção do método da (*Darstellung*), segundo o qual a ordem de exposição da argumentação não é a mesma da investigação. Destarte, o conceito de Multidão somente recuperará sua sofisticação teórica em obras posteriores a *Império: Por uma definição ontológica de Multidão* (2002), *Multidão* (2005) e *Bem Comum* (2016). Em termos de desenvolvimento conceitual, pode-se dizer, portanto, que o conceito de Multidão precede e, ao mesmo tempo, se segue ao de *Império* porque sua elaboração teórica se dá continuamente, como veremos na seção seguinte.

Realizada a exposição da genealogia da Multidão, empreenderemos na quarta e última seção uma análise sobre como a

ontologia espinosana da Multidão nos ajuda a compreender os movimentos migratórios sob uma perspectiva não estatista. Os movimentos migratórios estão para a potência da Multidão assim como a potência humana está para a potência infinita em Espinosa. Mais do isso: o que chamamos de “anomalia migrante” é a parte da potência da Multidão que contesta de forma mais contundente o “contrato migrante” estabelecido pela ordem estatal e internacional.

A seção também discute como a investigação filosófica de Negri sobre Espinosa pode ser recuperada para responder às questões políticas colocadas pelos críticos e pelos próprios autores sobre a possibilidade de formação de um sujeito coletivo nas condições ontológicas da Multidão. Trata-se aqui de interpelar de que forma as singularidades migrantes se conectam entre si para formar um sujeito coletivo sem que as singularidades sejam subsumidas em uma totalidade Migrante. O mesmo desafio se coloca para a relação entre a singularidade migrante, composta por vários corpos, e outras singularidades cujas demandas não são exatamente aquelas dos migrantes.

2- Multidão e poder constituinte

2.1 Uma bifurcação teórica para além do operaiismo

O conceito de Multidão, assim como o de *Império*, tem suas raízes em pesquisas e experiências anteriores de Negri, como aquelas relacionadas ao movimento e à tradição neomarxista do operaiismo italiano dos anos 70.

“Por um lado, Negri reivindica e atualiza o método do operaísmo italiano” (Cocco, 2015, p.XIX). O operaísmo defendia que a pesquisa teórica deveria ocorrer no interior das lutas pois o desenvolvimento histórico se dava pela primazia da luta de classe.

No entanto, havia um problema na argumentação operaísta. Ao afirmar que o keynesianismo e o fordismo do pós-guerra eram produtos da revolução, o operaísmo reproduzia uma dialética que instituía o capital como a síntese do desenvolvimento histórico, relegando a política a uma posição irrelevante. Contra esta proposição teórica, Mario Tronti (1976) defendeu a autonomia da política, que seria alcançada por meio do reforço do operariado em detrimento do capital.

Negri concordava com a posição de Tronti sobre o papel da política no desenvolvimento histórico, mas fazia uma ressalva em relação ao operariado como sujeito histórico. Após a derrota da esquerda italiana em 1979, tornava-se claro para Negri que a solução não poderia ser, como queria Tronti, o reforço do operariado tal como se conhecia até então, simplesmente porque este não mais existia nestes termos. Não era mais possível reduzir o trabalhador ao operário, dado que novos sujeitos estavam emergindo e realizando um trabalho imaterial, intelectual e social.

Ao atualizar o método operaísta, Negri manteve a primazia da luta e da política, porém acrescentou um novo sujeito histórico. Em vez da dialética entre capital e trabalho (que levaria a uma síntese e a um fechamento), a disputa entre, de um lado, luta/resistência/poder constituinte e, de outro, *poder* constituído permanece no campo do indecível. Este movimento teórico-metodológico de Negri será importante para o desenvolvimento da reflexão sobre a luta da Multidão não como um polo oposto ao do Império, como suporia a dialética, mas como imanente, atuando dentro e contra o Império.

2.2 O poder constituinte e a *potentia* como a base teórica da Multidão

Antes de nos debruçarmos sobre os conceitos de Império e Multidão e sua relação não-dialética, faz-se necessário retomar a discussão ontológica de Negri sobre o poder constituinte e o poder constituído, que será trabalhada no livro *O poder constituinte* (1992). Distanciando-se de uma longa tradição jurídica sobre a natureza do poder constituinte como finito e limitado pelo poder constituído ou, em outras palavras, como o poder constituinte acaba por ser, necessariamente, absorvido pela Constituição, Negri propõe uma outra formulação ontológica para o conceito de poder constituinte.

Antes de nos debruçarmos sobre os conceitos de Império e Multidão e sua relação não-dialética, faz-se necessário retomar a discussão ontológica de Negri sobre o poder constituinte e o poder constituído, que será trabalhada no livro *O poder constituinte* (1992). Distanciando-se de uma longa tradição jurídica sobre a natureza do poder constituinte como finito e limitado pelo poder constituído ou, em outras palavras, como o poder constituinte acaba por ser, necessariamente, absorvido pela Constituição, Negri propõe uma outra formulação ontológica para o conceito de poder constituinte.

A posição tradicional estabelece que o poder constituinte precede e funda a ordem constitucional (o ordenamento jurídico), mas, uma vez que esta esteja estabelecida, o poder constituinte se esvai e arrefece, rompe com a ordem instituída e se desloca para um plano exterior de onde exercerá, a partir deste momento, já enfraquecido, uma oposição à ordem constitucional, supostamente localizada em um espaço interior (Negri, 1992). Note-se que, aqui, poder constituinte e poder constituído estão numa relação de exterioridade mútua e não se entrelaçam. A separação entre eles ocorre após a diluição da potência constituinte que se dá no momento da formação do poder constituído.

O que Negri se propõe a pensar aqui – e que depois será recuperado na formulação do conceito de Multidão – é justamente o oposto de um poder constituinte que se dissipa à medida que se institucionaliza. O poder constituinte:

“é aquele de uma força que irrompe, quebra, interrompe, desfaz todo equilíbrio preexistente e toda continuidade possível. O poder constituinte está ligado à ideia de democracia, concebida como poder absoluto. Portanto, o conceito de poder constituinte, compreendido como força que irrompe e se faz expansiva, é um conceito ligado à pré-constituição da totalidade democrática” (Negri, 1992, p.11)

Ao tratar de poder absoluto, Negri está se referindo a um procedimento absoluto, com as seguintes características: onipotente, expansivo, ilimitados e inconclusos. Nesta nova ontologia do conceito de poder constituinte, sua atuação não está restrita a um espaço e um tempo demarcados. Ao contrário, o trabalho do poder constituinte é contínuo, inconcluso e não se exaure com o estabelecimento de um poder constituído do qual ele se separa após tê-lo fundado. Não há ruptura do poder constituinte com o poder constituído porque isto significaria a criação de um dentro e um fora da ordem, tal como aparece na formulação jurídica tradicional.

No pensamento negriano, a afirmação do caráter absoluto do conceito de poder constituinte (onipotente, expansivo, ilimitado e inconcluso) guarda relação com o debate metafísico sobre a potência. A tradição política e filosófica ocidental trata as possibilidades da potência como fechadas ou abertas. A potência constitui-se como fechada quando “o poder é assumido como fundamento, como fato físico preexistente, como ordem finalizada ou como resultado dialético” (Negri, 1992, p.15). Esta concepção fechada não é a que interessa a Negri, o qual irá definir potência como uma abertura de possibilidades que se assenta na “ausência de determinações, como uma necessidade totalmente aberta” (Negri, 1992, p.15). O caráter absoluto do poder constituinte e da democracia depende desta segunda concepção de potência, que não se cristaliza em uma totalidade, mas apresenta-se como multiplicidade aberta e indefinida. Neste segundo sentido, a potência se assemelha a um poder constituinte que “é um processo histórico contínuo, que não é limitado pelas suas determinações imediatas, mas temporalmente aberto à interpretação e à reforma” (Negri, 1992, p.19). Ele é ainda “ato de escolha (...) cujas condições de existência pressupõem que o ato criador não perca suas características na criação” (Negri, 1992, p.23).

Em *O Poder constituinte* (1992), Negri já se refere à multidão, associando-a ao poder constituinte e à potência, mostrando sua multiplicidade e abertura de possibilidades, apontando as singularidades como sua característica primordial. “... a potência constitutiva não se esgota nunca no poder, nem a multidão tende a se tornar totalidade, mas conjunto de singularidades, multiplicidade aberta”. (Negri, 1992, p.15). Eis porque Negri rejeitará as ideias de Nação e Povo como sujeitos da história. Longe de representarem exemplos de poder constituinte, esses termos nada mais fazem que reduzir a multiplicidade ao unitário (“a” nação ou “o” povo). Uma Nação ou um Povo representam as partes sobrepondo-se a elas, criando um imaginário transcendental e totalizante que nega as singularidades. A partir deste ponto, Negri se coloca diante do problema que já havia sido posto por Marx: pensar o “sujeito adequado à estrutura”. Se Nação e Povo levam a um fechamento, não se qualificam como sujeitos adequados a uma estrutura aberta como a do procedimento absoluto. Para lidar com este problema, o autor recorrerá à relação entre poder e sujeito teorizada pelo “segundo Foucault” [1]. O conceito de poder foucaultiano apresenta uma abertura absoluta. Isto significa dizer que, embora o poder sujeite o homem, o “processo constitutivo que atravessa a vida – a biopolítica, o biopoder [2] -

conhece um movimento absoluto (e não totalitário). Absoluto porque livre absolutamente livre das determinações exteriores à ação de liberação” (Negri, 1992, p.30).

A preocupação de Negri com a ontologia do poder constituinte e sua relação com a constituição já haviam estado presentes em sua leitura sobre poder e potência em Espinosa, que resultara no livro *A anomalia selvagem*, de 1982. Neste estudo, Negri realocaliza Espinosa na tradição filosófica, retirando-o de uma linhagem moderna racionalista (Hobbes, Rousseau, Hegel) na qual ele havia sido compreendido e situando-o no que seria uma outra racionalidade ou “anomalia selvagem” (Negri, 1982) holandesa que se desenvolve dentro e contra uma narrativa da modernidade dominada, sobretudo, pela versão francesa.

Na teoria política dos séculos XVII e XVIII, pressupunha-se que a potência (*potentia*) da multidão tivesse de ser mediada por um Poder (*potestas*). A potência se originaria no privado e no individual (a metodologia individualista da teoria do contrato) e teria de ser socializada pela mediação de um Poder, responsável por, em um movimento dialético, estabelecer a ordem após uma crise ou guerra. É o que vemos, por exemplo, no constructo do contrato. A ontologia individualista é primeira, porém o medo da crise ou da guerra no estado

de natureza levaria o indivíduo a uma sociabilidade mediada pelo poder do Estado, que, num movimento dialético, se constituiria como a “solução antagonista” [3] (Deleuze, 1982, p.9).

Ao contrário, Espinosa concebe as forças (potência) como espontâneas e capazes de produzir seu próprio desenvolvimento sem qualquer tipo de mediação, ou seja, elas seriam autopoieticas, imanentes e “em si mesmas elementos de socialização” (Negri, 1982, p.9). Ao apontar para uma socialização que prescinde de mediação do poder, entendido como o fato físico preexistente, Espinosa se afasta da concepção individualista e afirma um sujeito coletivo que se constitui espontaneamente. O poder constituinte ou *potentia* não têm aqui uma causa transcendente, mas estão fincados na materialidade imanente de sua própria constituição endógena. Em Espinosa, assim como em Negri, não haverá dialética entre *potentia* e *potestas*, cuja síntese seria a “solução antagonista” (Deleuze, 1982, p.9) de um Estado (*potestas*) que visa a controlar a crise ou a guerra e, conseqüentemente, a Multidão.

Em Negri, a potência da Multidão é constituída por e nas singularidades, que não são subsumidas numa totalidade, mas mantidas enquanto tais. Todavia, por mais que pensemos a

presença da singularidade na constituição do sujeito coletivo, da potência e da Multidão, a pergunta sobre a ação coletiva sem mediação permanece. No estudo sobre Espinosa, Negri já se coloca esta questão que o acompanhará até os textos mais recentes, como veremos na quarta seção deste artigo: “o mundo da singularidade não exige mediação?” (Negri, 1982, p.131). Na realidade, não, se nos ativermos à filosofia de Espinosa sobre a constituição ontológica do real, como se segue:

“uma física da sociedade, isto é, uma mecânica das pulsões individuais, e uma dinâmica das relações de associação, cuja característica é nunca se fechar sobre um absoluto, mas proceder, ao contrário, por deslocamentos ontológicos” (Negri, 1982, p.203).

Este deslocamento ontológico em nada se assemelha à dialética presente no contrato, que funciona com base em uma transferência ou delegação do direito natural do indivíduo (individual) para o Estado (universal). No contrato, a potência do direito natural individual é trasladada para a potência do Estado e, neste movimento, ela passa de um a outro definitivamente. Já o deslocamento ontológico (o método do indecível) ao qual se refere Negri no

parágrafo acima significa um constante deslocamento de potências entre o singular e o coletivo, o múltiplo e o uno, entre o individual e o universal, a potência e o poder, sem fechamento decisivo. Essa relação é perpétua, do nível individual para o social e deste de volta para aquele. Não há, portanto, síntese ou fechamento dialético.

Além disso, os movimentos constantes entre o singular e o coletivo, ou entre poder constituinte e poder constituído, devem ser compreendidos a partir da física e da potência dos corpos em Espinosa. A “unidade da substância absolutamente infinita” (totalidade) expressa-se em uma infinidade de atributos (modos infinitos e essências singulares ou modos finitos) que têm a mesma qualidade da substância (modo de substância). Embora as essências singulares não existam “separadas umas das outras” (Aurélio, 2003, p.LIII), por fazerem parte da mesma substância, é preciso “haver entre elas uma distinção, sob pena de não poderem ser individualmente pensadas” (Aurélio, 2003, p.LIII). O que irá distingui-las será não a qualidade, que compartilham, mas a “quantidade modal-intensiva” (Deleuze apud Aurélio, 2003, p. LIII-LIV) ou “essência de modo” (Deleuze, 1968, p.81). A essência de modo se refere aos graus da potência da substância, ou seja, com

qual intensidade a substância se apresenta no atributo. A substância infinita é causa de si mesma, que o mesmo é dizer, a causa é imanente ao efeito. Sua atividade não cessa ou se autolimita. É onipotente, expansiva e ilimitada como um procedimento absoluto.

Em contraste, a coisa singular, que tem um modo finito, é causada pela substância infinita [5] de forma imanente. Neste sentido, a coisa singular (modo finito) é parte da substância infinita. Isto é o “modo de substância” ou como a substância infinita se expressa em seres finitos que compartilham de sua substância. Embora a coisa singular seja parte da substância infinita /potência divina, ela tem uma potência própria. “(...) a parte se revela irreduzível, um grau da potência original e distinta de todas as outras” (Espinosa *apud* Deleuze, 1968, p. 80). A parte/modo finito/potência persevera no seu ser, ainda que não seja infinita como a substância original.

Na parte III da *Ética*, a atividade permanente da potência (tanto a da substância infinita quanto a das coisas) é explicada pelo *conatus* (esforço) que atua em uma ontologia imanente de causa e efeito. Se, em Aristóteles e Descartes, o *conatus* é o que leva à transição da potência para o ato, pensados como diferentes, em Espinosa, o *conatus* é o princípio

universal tal como estabelecido na proposição seis da *Ética*: “cada coisa esforça-se, tanto quanto está em si, por perseverar em seu ser” (Espinosa, 2009, p.53), ou seja, potência e ato são pensados como iguais. Isto fica mais explícito na proposição seguinte, a sétima: “o esforço pelo qual cada coisa procura perseverar no seu ser não é senão a essência atual dessa mesma coisa” (Espinosa, 2009, p.53). Dito de outro modo: o *conatus* de Espinosa não é um esforço para se tornar algo diferente do que se é. A coisa se esforça para perseverar naquilo que ela já é. O *conatus* é o princípio universal de cada coisa singular, porém, como as coisas e os corpos são divisíveis e compostos por outros corpos, temos que o *conatus* nunca se dá num corpo isolado, mas em um corpo em contexto.

Da mesma forma, podemos dizer que as singularidades da Multidão não são distintas em suas qualidades, mas apenas na quantidade modal-intensiva, participando, portanto, de uma mesma substância infinita imanente. Este ponto da teorização será fundamental, como veremos à frente, para Negri afirmar a relação entre os vários movimentos constitutivos da Multidão não como singularidades estanques e totalmente separadas umas das outras, com identidades fixas e definitivamente delimitadas. Isto implicaria em uma ontologia na qual os corpos estariam separados, o que não ocorre realmente

(na essência de substância), mas apenas abstratamente (na essência de modo ou grau de potência). O esforço (*conatus*) por “perseverar na existência” não é um processo isolacionista ou solitário porque o perseverar de um corpo depende dos modos finitos de outros corpos que também realizam o *conatus*.

Disso decorre que as relações de associação entre as diversas singularidades da Multidão serão pensadas por Negri em uma chave muito distinta daquela do contrato. A realidade social não é “resolvida” no contrato, mas permanece aberta, contingente e fundada sobre o antagonismo. Na leitura negriana de Espinosa, mais que o medo da solidão (individual), é o desejo da Multidão (coletivo) que leva à sociedade (coletivo). Em outras palavras, o desejo coletivo (Multidão) precede o coletivo (sociedade).

Portanto, a ontologia social e política da Multidão já é, desde o início, coletiva e é deste coletivo que se chega à sociedade. A ontologia e metodologia individualista do contrato desaparecem aqui para dar lugar a uma ontologia política coletiva. A discussão sobre a ontologia da potência em *A Anomalia Selvagem* permite a Negri, primeiro no *O Poder Constituinte* e, posteriormente, em *Império e Multidão*, apresentar o

que seria uma nova ontologia da política e do sujeito coletivo. Este é um ponto importante para nossa argumentação, que desenvolveremos mais adiante, sobre como as contingentes relações de associação na contemporaneidade podem ser entendidas a partir dos deslocamentos ontológicos da potência e da Multidão. Tais relações contingentes de associação constituem a base de uma política democrática em que diferentes grupos (coisas singulares formadas por corpos também eles divisíveis) podem, ainda que provisoriamente, atuar como um sujeito coletivo que não representa uma totalidade fechada destinada a absorver as singularidades.

3- O projeto ontológico de Multidão e Império

3.1 Império sem transcendência e dialética

A seção anterior procurou expor o debate filosófico em torno dos conceitos de poder constituinte/poder constituído e potência/poder na obra de Negri, mostrando que a ontologia relacional entre esses termos está para além da operação dialética do contrato social. Consideramos este ponto essencial para nossa análise na medida em que a ontologia da Multidão e do Império é tributária destas

investigações filosóficas anteriores e, por isso, não pode ser entendida dentro de um movimento dialético.

Dizer que a luta e a resistência da Multidão precedem o Império não é apontar para uma possível síntese realizada por este último. Isto pressuporia um enfraquecimento da potência multitudinária após a constituição do poder, o que não ocorre, pois, a potência é teorizada como uma força produtiva autopoiética e imanente, sem outro móvel que não ela mesma. O poder constituinte da Multidão não se esvai após a constituição do Império, mas continua a atuar dentro e contra ele.

A concepção espacial do Império e da Multidão reproduz aquela, vista na primeira seção, entre poder constituinte e poder constituído. Retomemos este ponto. Na doutrina jurídica tradicional, o poder constituinte separa-se e posiciona-se fora do poder constituído após havê-lo fundado. A separação cria uma delimitação entre dentro e fora. Já a concepção negriana do poder constituinte nega tal divisão, que nos levaria à contraposição de dois polos. Não há um fora do poder constituído do Império porque este é onipresente, assim como não há um lugar externo ocupado por um poder constituinte, dado que este atua ininterruptamente dentro e contra o Império. “O conceito

de Império postula um regime que efetivamente abrange a totalidade do espaço, ou que de fato governa todo o mundo ‘civilizado’. Nenhuma fronteira territorial confina o seu reinado”. (Negri e Hardt, 2000, p.14).

Assim como o Império, a Multidão não conhece fora e, portanto, seu movimento autônomo é exercido dentro e nas condições do Império, o que não significa que ela não possa enfraquecer e destruir o Império. É justamente por atuar dentro do Império e não fora que este novo sujeito multitudinário teria hoje uma capacidade de mobilização e contestação maior do que a dos movimentos do século XX. No encerramento de *Império*, os autores desenvolvem o que entendem por Multidão como uma potência contra o Império:

“Quando a Multidão trabalha, ela produz autonomamente e reproduz todo o mundo da vida. Produzir e reproduzir autonomamente significa construir uma nova realidade ontológica. Com efeito, ao trabalhar, a multidão se produz a si mesma como singularidade” (Negri, Hardt, 2000, p.419).

Isto posto, podemos perguntar como a ontologia da Multidão surge em *Império*, ainda que ela não seja o foco do livro de 2000. Se a Multidão constrói uma “nova realidade

ontológica” (Hardt, Negri, 2000, p.419) e se ela só pode fazê-lo dentro do Império, então essa nova ontologia só pode ser pensada em relação com a do Império. Negri e Hardt afirmam que a Multidão precisa viver dentro “das condições ontológicas que o Império apresenta” (Negri, Hardt, 2000, p.431). Dentro das condições não é o mesmo que sob, o que configuraria uma “solução antagonista” (Deleuze, 1982, p.9) e transcendental. Ao contrário, Multidão e Império compartilham um mesmo terreno ontológico (uma mesma substância), qual seja, o de uma ontologia materialista e imanente espinosana na qual os antagonismos não se resolvem em uma solução transcendental e dialética, mas se configuram como singularidades (modos da substância e essências de modo, para usar os termos de Espinosa) que estabelecem ou não relações de associação contingentes. A ontologia imanente perpassa a biopolítica da Multidão que produz e reproduz a vida nas disputas que se dão no mesmo espaço do biopoder do Império. A visão sistêmica que vimos em Espinosa, sem lugar para o vácuo, um fora da substância, está subjacente à teorização negriana tanto sobre Império quanto sobre Multidão.

3.2 Por uma definição mais encarnada de Multidão –corpo, carne e monstro

Em 2002, no artigo *Pour une définition ontologique de la multitude*,

Negri repete a formulação presente em *O poder constituinte*: “A multidão é um conjunto de singularidades” (2002, p. 1) e “o nome de uma imanência” (2002, p.1). Porém, ela também se apresenta aqui como uma multidão de corpos. É preciso “renomear a multidão na perspectiva do corpo, ou seja, clarificar o dispositivo de uma multidão de corpos” (Negri, 2002, p.1). Se as definições de povo e massa são tradicionalmente associadas a uma “força social irracional e passiva” (Negri, 2002, p.4) e, por isso, “facilmente manipulável” (Negri, 2002, p.4), o conceito de Multidão refere-se a “algo organizado” (Negri, 2002, p.4). Outra vantagem da Multidão sobre os demais termos diz respeito à mediação. O povo, por exemplo, depende da mediação transcendente do soberano, que unifica as singularidades em um corpo social único, enquanto a Multidão não realiza nenhum movimento em direção à transcendência, permanecendo no campo da imanência de um conjunto de singularidades, de uma multidão de corpos. A Multidão também não é uma massa de indivíduos isolados e fragmentados e, portanto, não pode ser associada ao individualismo liberal. Ao contrário, a multidão é formada por um conjunto de “singularidades não-representáveis” (Negri, 2002, p.1) e, neste sentido, é uma multiplicidade de corpos que se mesclam em um hibridismo constante. Por isso, Negri dirá, inspirado pela teoria dos corpos de

Espinosa, que não há qualquer “possibilidade de um corpo estar só” (Negri, 2002, p.7) ou “Não sabeis o quanto pode um corpo” (Negri, 2002, p.6).

No texto *Pour une definición ontologique de la multitude* (2002), Negri realizará uma nova inflexão teórica para pensar o corpo. Além da concepção espinosana, o autor recorrerá a Merleau-Ponty para esclarecer o que seria a primeira matéria constitutiva da Multidão: a carne.

“A carne não é matéria, não é espírito, não é substância. Seria preciso, para designá-la, o velho termo ‘elemento’, no sentido em que era empregado para falar-se de água, do ar, da terra e do fogo, isto é, no sentido de uma coisa geral” (Merleau-Ponty *apud* Negri, 2002, p.5).

No entanto, Negri não se debruça sobre as diferenças ou semelhanças entre Espinosa e Merleau-Ponty, o que teria consequências para sua teorização sobre a Multidão. Ainda que seja possível inferir por que Negri considera as duas noções de corpo, a espinosana e a merleau-pontyana, compatíveis, isto não está dito explicitamente no texto de 2002, pois, o que emerge é uma

coexistência dos dois filósofos no texto, sem qualquer aprofundamento sobre as possíveis relações entre eles. Conforme aponta Santiago, apesar de Merleau-Ponty fazer uma alusão crítica a Espinosa, é possível invocar “uma certa atmosfera comum às pretensões espinosanas e merleau-pontyanas” (2004, p.1), como, por exemplo, “a superação do dualismo cartesiano e a reabilitação do corpo” (2004, p.1). É inegável que essa “atmosfera comum” está presente no texto de Negri, mas a mera co-existência não é suficiente para justificar sua utilização na construção da arquitetura ontológica da Multidão.

Santiago defende uma “inteligibilidade do ser” (2004, p.2) que seria comum a Espinosa e Merleau-Ponty. A substância infinita em Espinosa, que causa a si mesma (*causa sui*) e aos outros seres, guarda semelhança com a noção de estrutura ontológica da carne em Merleau-Ponty, que é “uma espécie de princípio que constitui as coisas e o mundo” (Dos Santos, 2017, p.9). Tanto em Espinosa quanto em Merleau-Ponty, vemos que os corpos se entrelaçam porque feitos da mesma substância (Espinosa) ou carne (Merleau-Ponty). A indivisibilidade do Ser está presente em ambos os autores e obstrui

qualquer movimento dialético. Sendo assim, a potência espinosana não se resolve dialeticamente no poder, da mesma forma que a noção merleau-pontyana de carne não se refere a polos que possam ser pensados “em termos de contradição, como excludentes um ao outro, mas através da cumplicidade que os entrelaça por meio de uma estrutura ontológica” (Dos Santos, 2017, p.14). A ontologia da substância espinosana espria-se pelos atributos e modos e a ontologia da carne é um “tecido que entrelaça as coisas” (Dos Santos, 2017, p.14).

Ademais da definição estritamente ontológica, a Multidão também será pensada como um conceito de classe, embora não a classe no sentido tradicional de classe trabalhadora em relação dialética com o capital. A Multidão pensada por Negri é uma classe amplificada, inclusiva, que abarca a dimensão corporal e biopolítica dos trabalhadores, tanto os da produção material quanto os da imaterial. No novo conceito de classe/Multidão como multidão de corpos e carne, a própria exploração terá de ser repensada, assim como a concepção de corpo. A exploração não se limita ao trabalho material extraído do corpo físico do operário situado dentro da fábrica, como no modelo fordista de produção. Agora, ela é realizada sobre o trabalho material e imaterial de um conjunto de corpos que cooperam

para a produção da subjetividade biopolítica em um espaço muito mais amplo do que o da fábrica. A própria divisão entre trabalho material e cognitivo, que depende da separação entre corpo e mente, não condiz mais com a nova ontologia do Império e da Multidão. Aqui também subjaz a influência espinosana, na medida em que, para Espinosa, corpo e mente são mutuamente dependentes, como aparece na Proposição 21 da V Parte da *Ética*. “A mente não pode imaginar nada, nem se recordar das coisas passadas, senão enquanto dura o corpo” (Espinosa, 2009, p.32). Ainda que Espinosa desdobre esta proposição para afirmar que algo da mente eterna de Deus e de sua potência infinita está presente na mente humana e que esse algo é eterno - “dela permanece algo, que é eterno” (Espinosa, 2009, p.32) - ele o faz calcado num materialismo imanente em que a mente humana recorda apenas o que viveu enquanto dura o corpo. No Império, a exploração do trabalho da Multidão, simultaneamente material e cognitiva, só pode ser pensada a partir da indistinção materialista entre corpo e mente aventada por Espinosa. Em *Multidão*, Hardt e Negri afirmarão que “... o trabalho envolvido em toda produção imaterial continua sendo material – mobiliza nossos corpos e nossos cérebros, como qualquer trabalho” (Hardt, Negri, 2005, p.150). A exploração de um trabalho material

/cognitivo e ilimitado no tempo (não mais as oito horas diárias, mas o quanto for necessário) ou “trabalho biopolítico” (Hardt, Negri, 2005, p.150) é incomensurável. Produz-se um excesso que dificulta a teorização sobre a exploração do trabalho no Império, mas, ao mesmo tempo, é este excesso que abre a possibilidade da resistência biopolítica da Multidão ao Império.

A definição de uma ontologia da Multidão que inclui a dimensão corporal será fundamental para Negri e Hardt pensarem a possibilidade de resistência da Multidão contra o Império em *Multidão* (2005). Entretanto, nesta obra, eles fazem uma afirmação sobre o fim da Multidão que em nada condiz com a teorização sobre a ontologia que vimos até agora. “Os rastros da Multidão haverão sempre de apresentar a mesma disposição e a mesma faculdade para o bem identificadas por Kant no acontecimento revolucionário” (Hardt, Negri, 2005, p.248). Ora, esta postulação é em tudo contrária à formulação de Potência e Poder constituinte inspirados em Espinosa, para quem a Substância infinita e, conseqüentemente, a potência não tem finalidade. A própria ideia de imanência como modo constitutivo do funcionamento da Multidão é oposta à possibilidade de uma teleologia transcendental do bem, a

qual significaria um retorno ao esquema idealista de desenvolvimento histórico. No entanto, os próprios autores recusam expressamente a teleologia algumas páginas à frente: “tampouco existem objetivos finais ou metas teleológicas impressas na história”. (Hardt, Negri, 2005, p.285)

À parte estas inconsistências, os autores avançam na definição do que entendem por Multidão ao explorarem as possibilidades e a monstruosidade da carne. Se o corpo social unitário da teoria política moderna hobbesiana pressupõe uma transcendência para garantir coerência, ordem e hierarquia entre os órgãos, o corpo da Multidão é formado por uma multiplicidade singular de corpos, cada um deles, por sua vez, formado por vários outros corpos que permanecem no plano da imanência e produzem excesso, proliferação, monstruosidade. O monstro é aquilo que contradiz a anatomia do corpo humano/social/político. Aqui, mais uma vez, Hardt e Negri lembram a anomalia que Espinosa representa no século XVII:

“é Espinosa quem mais claramente prevê essa natureza monstruosa da multidão, concebendo a vida como uma tapeçaria na qual as paixões singulares tecem uma capacidade incomum de transformação. (...)

Espinosa mostra-nos como podemos hoje, na pós-modernidade, reconhecer essas metamorfoses monstruosas da carne não só como um perigo, mas também como uma possibilidade, a possibilidade de criar uma sociedade alternativa” (Hardt, Negri, 2005, p.253).

Esta dimensão ontológica da multidão, como carne monstruosa e multiplicidade de corpos, terá também um desenvolvimento e um projeto políticos. Ao associar a multiplicidade de corpos da Multidão a um conceito de uma “classe estendida”, os autores apontam para os sujeitos capazes de realizar a produção biopolítica da carne monstruosa. A opção por tratar a Multidão como conceito de classe é justificada pela ausência da classe nos últimos anos, mas reconhecem que a multidão “também é um conceito de raça, gênero e diferenças de sexualidade” (Negri e Hardt, 2005, p.141). Esta inclusão de questões ditas culturais ainda não estava presente no texto de 2002, *Pour une définition ontologique de la Multitude*, o que mostra uma reelaboração do conceito de Multidão no segundo volume da trilogia.

Entretanto, esta afirmação não deve ser tomada como um indicativo de que os autores defendam uma política baseada em identidades fixas. É o oposto que ocorre. O conjunto de singularidades

da Multidão é composto por “inúmeras diferenças internas que nunca poderão ser reduzidas a uma unidade ou identidade única” (Negri, Hardt, 2005, p.12). Poder-se-ia recolocar aqui a questão da possibilidade de um sujeito político coletivo. Como se pode agir coletiva e organizadamente como Multidão sem recair na necessidade de mediação e totalização metafísica? Ou, ao contrário, como as singularidades mantêm-se como tais sem soçobrem na fragmentação?

A resposta a estas perguntas já havia sido elaborada por Negri na investigação do poder constituinte e da potência (seção 2.2). O uno e o múltiplo, o poder constituído e o poder constituinte, o poder e a potência não se resolvem em uma síntese dialética que levaria a uma totalidade. Tampouco a multiplicidade significa uma massa de indivíduos. O que temos é uma permanência dos antagonismos e um deslocamento de potências contínuo entre o singular e o coletivo. O corpo da Multidão não é transcendente, mas imanente e, como tal, divisível em singularidades que são, por sua vez, também compostas por outros corpos.

Esta explicação, contudo, ainda necessita de complementação. As singularidades e os corpos nunca estão isolados dentro da Multidão (o *conatus* de Espinosa nunca é de um corpo isolado), pois já compartilham

desde sempre, a mesma substância ou, nos termos de Merleau-Ponty, a mesma carne. As distinções existentes entre as partes são apenas aquelas de grau de potência (essência de modo), o que nos permitem pensar na correlação entre as partes, que, de outro modo, não poderiam ser analisadas. Todo este processo ocorre sem a constituição de uma identidade fixa da Multidão, com um corpo único, uma vez que as relações associativas entre as partes não se estabelecem de uma vez por todas, mas são contingentes e abertas.

Disto decorre que o corpo da Multidão é continuamente produzido na luta e na resistência das relações associativas contingentes. Pensar uma ontologia espinosana da Multidão como conceito de classe, mas também de raça, gênero e diferenças de sexualidade, significa pensar estas distinções entre suas partes apenas como graus de potência. A substância (ou a carne) que compartilham é a mesma: a da produtividade biopolítica.

Hardt e Negri consideram que as teorias contemporâneas sobre o corpo e a performatividade realizam o movimento contrário ao fechamento da identidade e, ao mesmo tempo, permitem conectar as partes “apenas analiticamente distintas” da carne da Multidão. As novas teorias do corpo são “*contra* o corpo e *a favor* da

performatividade comum da carne social *queer*” (Hardt, Negri, 2005, p.260). Para os autores, Judith Butler “articula a teoria mais rica e sofisticada contra o corpo, e também desenvolve claramente os processos performativos de constituição”. (2005, p.260) A política *queer* não trata de “uma afirmação de identidades homossexuais, mas de uma subversão da lógica da identidade em geral” (Hardt, Negri, 2005, p.261). É esta mesma lógica performativa que faz com que as singularidades permaneçam como singulares no corpo da Multidão, sem se cristalizarem em identidades fixas.

4- A ontologia da migração e sua relação com os movimentos sociais

O estudo sobre a ontologia da Multidão - como potência, poder constituinte, carne, imanência e conjunto de singularidades - representa um arcabouço teórico fecundo para tratar da agência dos fluxos migratórios, muitas vezes vistos pela teoria tradicional como meras consequências de políticas econômicas malsucedidas, guerras e conflitos. Outra questão que nos interessa aqui é a possível articulação entre a multiplicidade de corpos migrantes, assim como as relações contingentes que podem vir a ser estabelecidas entre estes e outros corpos igualmente marginalizados na carne monstruosa da Multidão.

4.1. A anomalia selvagem migrante

A proposição contraintuitiva de Hardt e Negri sobre a precedência da luta em relação à opressão pode ser percebida com mais clareza quando consideramos o fenômeno migratório. Este é anterior à ordem internacional moderna constituída com base na soberania estatal ou na “ordem nacional das coisas” (Malkki, 1995). A mobilidade humana é uma força motriz na história e desenvolvimento humanos e, nos termos da ontologia espinosana, pode-se dizer que ela é um dos “atributos da substância” (Espinosa, 2009): o movimento. Portanto, o atributo movimento vem antes do atributo repouso, representado aqui pelas políticas migratórias do Estado.

O movimento de pessoas não era alvo de políticas restritivas no Estado feudal/pré-moderno europeu, mas passa a ser controlado pelos Estados absolutistas e burocratizados [6] a partir do século XVII. John Torpey mostra como a regulação do fluxo migratório está “intrinsecamente ligada à própria construção do Estado desde a ascensão do absolutismo no início da modernidade Europeia” (Torpey *apud* Geiger, 2013, p.16), quando os entes estatais adquirem “o monopólio dos meios legítimos de movimentos” (Torpey *apud* Geiger, 2013, p.16). O aumento do controle estatal sobre os fluxos teve como consequência a fixação de indivíduos em territórios

delimitados, contribuindo para criar distintas identidades nacionais, cada uma delas étnica e culturalmente homogênea. Posteriormente, no século XIX, os documentos de identidade e passaportes tornar-se-ão os produtos de um controle biopolítico exercido pelo Estado como forma de constituir a própria “estatalidade” (Torpey *apud* Geiger, 2013, p. 19).

Do ponto de vista do Império e do biopoder, o movimento migratório não pode ser totalmente contido, mas deve ser administrado e monitorado. Na ordem global imperial, que já não é mais a “ordem nacional das coisas”, os Estados dividem seu monopólio do controle da mobilidade com instituições internacionais que promovem a administração dos fluxos (Geiger, 2013), numa tentativa de “medir” qual é a migração adequada e necessária para a manutenção da ordem. A potência biopolítica da Migração, entretanto, não se subordina à medição. A carne monstruosa continua a movimentar-se com sua multiplicidade de corpos singulares, apesar das tentativas de imobilizá-la em um corpo social organizado como o do Estado-nação ou em uma identidade nacional. O corpo monstruoso da Migração é inapreensível e, ao mesmo tempo em que se diferencia do modelo de corpo humano/social/político, também o contesta. A simples presença do estrangeiro na fronteira (Derrida, 2003) já configura um questionamento da ordem da comunidade receptora.

É, portanto, a partir das políticas estatais de controle sobre a mobilidade e criação do “repouso” da identidade nacional que a migração passará a ser problematizada como um risco, um desvio, uma ruptura da ordem estabelecida e uma anomalia no sistema. É mister salientar que a emergência da migração como problema ocorre no mesmo século em que, segundo a interpretação de Negri, a filosofia de Espinosa aparece como uma anomalia no contexto das teorias do Estado dominantes.

A migração só pode ser vista como problema e anomalia depois do estabelecimento do que podemos chamar de Contrato Migrante [7]: um contrato social que se define não por associar indivíduos, mas por delimitar linhas de inclusão e exclusão. As teorias contratualistas que dominam a narrativa da modernidade europeia sobre a construção do Estado se baseiam na delimitação entre um espaço interno e externo, o qual produzirá a distinção entre migrante legal e ilegal, cidadãos e não-cidadãos, entre civilizados e bárbaros, humanos e monstros. O corpo social único do Estado deve ser preservado contra aqueles que, considerados corpos estranhos (de outra natureza) se localizam fora e representam uma ameaça à homogeneidade étnica e cultural.

Outras linhas divisórias decorrentes do Contrato Migrante seriam aquelas entre nacionais e apátridas ou nacionais e refugiados. Emma Haddad (2008) nos lembra que o refugiado só pode ser pensado enquanto tal após a constituição do sistema internacional e a criação de fronteiras nacionais. Se o migrante e a migração são ontologicamente anteriores ao Estado e ao sistema, o mesmo não se verifica com o refugiado, que, por ser uma figura jurídica, já é produto de um esforço do biopoder para controlar a potência biopolítica da Migração.

Em contraste, a anomalia selvagem de Espinosa no “século do contrato social” rompe com esta arquitetura da mediação transcendental, afirmando uma ontologia imanente materialista na qual a separação entre os corpos só ocorre no plano analítico, na medida em que todos os corpos são modos finitos dos atributos da substância/potência. Neste sentido, não é possível distinguir entre o corpo migrante legal e o corpo migrante ilegal ou entre o cidadão e o não-cidadão em termos de substância. As diferenças entre os corpos singulares finitos são apenas de essência de modo, quantidade modal-intensivas ou grau de potência.

Feita esta exposição das ontologias da Multidão e da Migração no século XVII, argumentamos que a anomalia selvagem de Espinosa e sua influência sobre a ontologia da Multidão, demonstradas neste artigo, são instrumentos valiosos para pensar a ontologia da Migração e do migrante na contemporaneidade. Da perspectiva do Império, o migrante, como parte da Multidão, é uma anomalia - excesso de carne monstruosa e incomensurável – que deve ser contida justamente porque coloca um questionamento à ordem imperial das coisas.

No entanto, o “repouso” ou a fixação dos corpos em territórios, ou até mesmo a administração do fluxo (Geiger), são apenas alguns dos modos de controle do que chamamos de anomalia selvagem migrante. No Império, o biopoder não atua apenas para tentar manter o Contrato Migrante com sua divisão entre dentro e fora, mas se torna mais sutil e sofisticado, inclusive contrariando a lógica da contenção do movimento migratório. Ao lado de estratégias da imobilização, Martina Tazzioli (2019) identifica tecnologias de controle que promovem o deslocamento constante dos migrantes de um ponto a outro, configurando uma “política da exaustão” (Tazzioli, 2019) por excesso de movimento. Nesse sentido, as novas tecnologias de controle nada mais fazem do que reproduzir a imagem historicamente construída do nômade

selvagem em constante movimento e incapaz de estabelecer laços com uma comunidade. O oxímoro “mobilidade imóvel” configura-se, assim, como o recurso por excelência de controle migratório no Império na medida em que a exclusão se dá por inclusão na burocracia do biopoder (verificando documentos, fornecendo autorizações de trabalho temporárias ou incentivando o retorno “voluntário”).

Por outro lado, a resistência da Multidão não esmorece diante da sofisticação dos métodos das novas tecnologias de controle e, mais uma vez, nos deparamos com a questão do sujeito coletivo migrante, que, nos termos que vimos trabalhando até aqui, é composto por um conjunto de singularidades que perseveram na existência como singulares (Espinosa, 2005), sem que isto resulte em fragmentação.

A questão colocada por Negri sobre o sujeito coletivo na Multidão é a mesma que aparece na reflexão de Tazzioli ao tratar da migração. Dado que a composição migrante é “muito heterogênea e que é frequentemente o resultado de alianças temporárias” (Tazzioli, 2019) de pessoas em trânsito, como se torna possível a ação política? Mais uma vez, argumentamos que, pelo menos para um esboço de resposta, teremos de retomar a análise da ontologia espinosana dos corpos singulares da Multidão e suas relações de associação contingentes.

De fato, como salienta Tazzioli, pensar em fluxo migratório ou Migrações pode nos levar a concepção da totalidade que subsume as singularidades migrantes. E é neste ponto que a teoria dos corpos de Espinosa e sua associação contingente nos auxiliam a encontrar alternativas para a totalidade fechada. A heterogeneidade e multiplicidade dos corpos migrantes devem ser compreendidas como essências de modo da mesma substância (carne da Multidão) e é a partir desta ontologia imanente, horizontalmente compartilhada pelos corpos, que as relações contingentes entre corpos singulares finitos são possíveis. As associações permanecem como contingentes e temporárias porque esta é a condição para a preservação da singularidade.

Em *Anomalia Selvagem* (1982), Negri já havia indicado este caminho ao afirmar a necessidade de apreender a relação entre o múltiplo e o uno recorrendo a Espinosa:

“Também estou convencido de que a filosofia de Espinosa permite-nos fixar um primeiro esquema do conceito de poder constituinte e preservá-lo de incompreensões e mistificações. Porque o esforço de pensar “uma causalidade que dê conta da eficácia do Todo sobre suas partes e da ação das partes no Todo”, faz de Espinosa a ‘a única, ou quase a única testemunha’ do pensamento ‘de um Todo sem

encerramento’ (Althusser, 1974, p.81), de um poder constituinte sem limitações.

As relações contingentes entre as singularidades migrantes também se estabelecem entre estas e as de outros grupos marginalizados no corpo da Multidão. O que há em comum é a vulnerabilidade e a precariedade. A aproximação entre o migrante e o pobre já aparece em *Multidão* (2005). O migrante, assim como o pobre, dirão Hardt e Negri (2005, p. 175), não estão excluídos da Multidão e do Império porque já não existe um lugar fora. O segundo ponto é que “(...) os pobres não são apenas vítimas, mas também agentes poderosos”. (Hardt, Negri, 2005, p.175) Os migrantes “constituem uma categoria especial dos pobres que demonstra essa riqueza e produtividade” (Hardt, Negri, 2005, p.180). Para os autores, além da necessidade de escapar de condições adversas, os migrantes também têm o desejo de obter algo mais e, por isso, “a experiência da fuga é como um treinamento para o desejo de liberdade” (Hardt, Negri, 2005, p.181). Convém lembrar que, em Espinosa, a fuga não é treinamento, mas a própria afirmação da liberdade [8]. Na linha hardto-negriana, o trabalho de Sandro Mezzadra, *O Direito de Fuga* (2012), valoriza a fuga do migrante *per se*, constituindo-se como um marco do pensamento da migração como potência e agente ativo da Multidão.

A semelhança entre as demandas do pobre e do migrante é um exemplo da possível articulação entre os corpos singulares na Multidão. A convergência das pautas dos diversos movimentos sociais é possível desde que o comum possa emergir sem subsumir as singularidades. Em *Empire, 20 years later* (2019), Hardt e Negri recolocam a questão da mediação da ação política, já posta em *Anomalia Selvagem*: “como a multiplicidade pode agir politicamente?” (Hardt, Negri, 2019, p.84) Nesse artigo, os autores vão reelaborar o conceito de Multidão, tentando conferir-lhe um potencial político renovado a partir da adoção do conceito de interseccionalidade, cunhado pelo movimento feminista negro americano. A Multidão se define pela seguinte fórmula: classe-Multidão-classe prime. Os autores declaram o que vem a ser esta Multidão reelaborada: “O conceito de Multidão está intrinsecamente aliado com – e tem, de fato, uma profunda dívida – com a análise e prática interseccional” (Hardt, Negri, 2019, p.85). Nesse sentido, acrescentam, a classe *prime* “deve ser pensada como uma classe multitudinosa, uma classe interseccional”. (Hardt, Negri, 2019) A proposta é conectar, em termos igualitários, as lutas feministas, antirracistas, decoloniais, *queer*, migrantes e outras. Uma definição da Multidão enquanto classe *prime* diz

respeito à forma de articulação interna das diferentes subjetividades. Embora reconheçam sua dívida com a interseccionalidade, os autores apontam a falha desta teoria em evitar que a articulação seja uma mera adição de demandas, unidas por uma solidariedade externa. A relação de solidariedade, dirão Hardt e Negri, precisa se dar internamente no corpo da Multidão.

O caráter político do conceito de classe *prime* e seu potencial para a ação política não deixa de ser tributário da ontologia da Multidão. Aliás, ele só poderá ter sentido se considerarmos a potência de agir em comum dos corpos singulares que compartilham uma mesma substância – a da precariedade e da vulnerabilidade – expressa por essências de modos e graus de potência diferentes. Como nos lembra Espinosa, “nossa potência de agir, que qualquer maneira que seja concebida, pode ser determinada e, conseqüentemente, estimulada ou refreada pela potência de outra coisa que tem algo em comum conosco”. (2005, p.88)

5- Conclusão

Como salientado na exposição, a luta e a resistência da Multidão precedem ontologicamente o Império e foi esta a razão que fez Negri começar sua investigação por aí. Apenas seguimos a proposta

negriana neste aspecto, começando pela Multidão para, depois, pensarmos o Império. As tentativas de interpretar *Império* e *Multidão* na chave de uma dialética materialista e transcendental desconsideram o papel central, que procuramos ressaltar neste artigo, da ontologia espinosana na obra de Negri e na construção dos conceitos de Multidão e Império, mesmo quando isto não está explícito. O próprio conceito de classe *prime*, recentemente apresentado pelos autores, não se sustenta sem um retorno à ontologia imanente do poder constituinte e da potência, mas, sobretudo, à teoria dos corpos em Espinosa.

Uma obra que parta da ontologia imanente de Espinosa, que a tudo engloba sem subsumir (o Todo sem fora), não poderá desembocar em uma dialética materialista. O procedimento absoluto do poder constituinte e a potência infinita são processos que não se esgotam nem perdem sua força quando confrontados com obstáculos interpostos pelo Império. Assim como a substância infinita espinosana ou a estrutura ontológica da carne merleau-pontyana, o poder constituinte e a potência são expansivos e ilimitados e nem sequer podem ser apreendidos ou medidos pelo poder constituído. Não há nada mais, aqui, que possa lembrar o método dialético.

O aprofundamento na ontologia espinosana também permite refutar a crítica de que, ao diferenciarem entre biopolítica (Multidão) e biopoder (Império), Hardt e Negri estariam abandonando a imanência após tê-la erigido como fundamental para sua obra. Mais uma vez, é preciso assinalar que a diferença entre biopolítica e biopoder não é de substância visto que Império e Multidão compartilham uma mesma ontologia, mas apenas de grau de potência. Consequentemente, ambos, biopolítica e biopoder, estão mergulhados no plano da imanência.

É a partir dessas considerações que pensamos o migrante e sua produção de subjetividade como um exemplo contemporâneo da anomalia selvagem espinosana que tensiona as fronteiras de um mundo ainda dominado pela teoria dialética e transcendental do contrato. Contra o corpo político único do Contrato Social, opõe-se o corpo monstruoso do conjunto de singularidades e heterogeneidades migrantes. Constatase que as tecnologias do Império para conter a Multidão migrante não se restringem a políticas da imobilidade, que eram o modo de controle do movimento utilizado pelo Estado na ordem moderna. As novas tecnologias de gestão da migração assumem uma natureza híbrida na ordem imperial,

adaptando-se ao que era até então uma reivindicação migrante: a mobilidade. Ao obrigar o sujeito migrante a um movimento perpétuo em decorrência da negação de vistos e documentos, o biopoder atua no mesmo campo da produção biopolítica da Multidão, tentando moldá-la por dentro da mobilidade e não contra. Tal dinâmica confirma a tese hardto-negrina, tributária do operásmo, de que a luta e a resistência são primeiras.

Por fim, a potência da “anomalia selvagem” do sujeito migrante tem a possibilidade de juntar-se às potências de outros corpos singulares que com ela compartilham a precariedade. A redefinição do conceito de Multidão como classe *prime*, que se diferencia internamente e funciona na interseccionalidade, não é tão diferente do apresentado em *Multidão*, pois ali, como vimos, Hardt e Negri já teorizam a Multidão com um conceito de classe, de raça e de gênero. De todo modo, seja na versão de 2005 seja no artigo de 2019, as associações contingentes entre os diferentes sujeitos marginalizados, todos de alguma forma “anomalias selvagens” numa ordem imperial das coisas, só podem se dar em condições de igualdade, para que cada singularidade possa perseverar no seu ser.

Referências bibliográficas

- AURÉLIO, D.P. 2003. "Introdução". In: ESPINOSA, B. *Tratado Teológico-Político*. São Paulo: Martins Fontes.
- BIGO, D, TSOUKALA, A. (eds). 2006. *Illiberal Practices of Liberal Regimes: The (In)security Games*. A multilingual series. Paris: L'Harmattan.
- BONILLA, A. 2012. Migraciones: el fenómeno biopolítico de nuestro tiempo. Reflexiones desde el Derecho Humano a migrar. In: ASSALONE, Eduardo, BEDIN, Paula (orgs.). *Bios y Sociedad I*. Actas de las I Jornadas Interdisciplinarias de Ética y Biopolítica, Universidad Nacional del Mar del Plata, pp. 113-122.
- BOUTANG, Y. Riqueza, propiedad, libertad y renta em el capitalismo cognitivo. In: Blondeau, Olivier et al. *Capitalismo cognitivo, propiedad intelectual y creación colectiva*. Madrid: Traficantes de Sueños, p.107-128.
- COCCO, G; PILLATI, A. 2015. "Desejo e Liberação: a potência constituinte da multidão". In: NEGRI, A. *O poder constituinte: Ensaio sobre as alternativas da modernidade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina.
- DELEUZE, G. 1968. *Spinoza et le Problème de l'Expression*. Paris: Les Éditions du Minuit.
- GEIGER, M. 2013. The transformation of Migration Politics. In: GEIGER, Martin,
- PÉCOUD, A. *Disciplining the Transnational Mobility of People*. New York: Palgrave.
- DERRIDA, J. 2003. *Da Hospitalidade*. São Paulo: Escuta.
- DOS SANTOS, R. 2017. A carne como estrutura ontológica em Merleau-Ponty. *Intuitio*, vol. 10, nº2. pp.116-129.
- ESPINOSA, B. *Ética*. 2009. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- HADDAD, E. 2008. *The refuge in International Society*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HARDT, M.; NEGRI, A. 2019. "Empire twenty years later". *New Left Review*, vol. 120, nov/dez 2019.
- HARDT, M.; NEGRI, A. 2001. *Império*. 3ª ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record.
- _____. 2005. *Multidão: Guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record.
- LEMKE, T. 2017. Michael Hardt and Antonio Negri on 'postmodern biopolitics'. In: Prozorov, Sergei; Rentea, Simona (ed.). *New York: The Routledge Handbook of Biopolitics*.

MALKKI, L. 1995. Refugees and Exile: From "Refugee Studies" to the National Order of Things". Annual Review of Anthropology, p. 495-523.

MERLEAU-PONTY, Maurice. 2014. *O visível e o invisível*. São Paulo: Perspectiva.

MEZZADRA, S. 2012. *Direito de Fuga*. Lisboa: Edições Unipop.

MILLS, C. W. 1997. *The racial contract*. Ithaca and London: Cornell University Press.

NEGRI, A. 2015. *O poder constituinte: Ensaio sobre as alternativas da modernidade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina.

NEGRI, A. 2018. *A anomalia selvagem: Poder e potência em Espinosa*. 2ª ed. São Paulo: Editora 34.

NEGRI, A. 2002. Pour une définition ontologique de la Multitude. Revista Multitudes.

PATEMAN, Carole. 1988. *The Sexual Contract*. Cambridge: Polity Press.

SANTIAGO, Homero. 2004. Espinosa e Merleau-Ponty: convergências? Vol. 27, nº1.

TAZZIOLI, Martina. *The making of Migration: The Biopolitics of Mobility at Europe's Borders*. UK: Sage, 2019.

TRONTI, M. 1976. *Operários e capital*. Porto: Afrontamento.

Notas

1- Deve-se ter em mente que a tentativa de marcar uma ruptura na obra de Foucault entre primeira e segunda fase tem apenas um fim analítico e não significa que a teorização da biopolítica renegue ou seja incompatível com a arqueologia do poder.

2- Ao contrário de Foucault, Negri fará uma distinção entre Biopoder e Biopolítica, o que suscitou críticas como a de Thomas Lemke. Ver Lemke. 2017. *Michael Hardt and Antonio Negri on 'postmodern biopolitics'*. In: Prozorov, Sergei; Rentea, Simona (ed.). New York: The Routledge Handbook of Biopolitics. Lemke afirma que, ao diferenciar entre Biopoder e Biopolítica, Negri abandona a imanência e passa a considerar o biopoder como o poder do Estado, portanto, ainda dentro de uma ontologia transcendental.

3- Deleuze considera o antagonismo como relação contingente de forças sociais imanentes. Por isso, a utilização do termo solução antagonista por Deleuze para se referir ao Estado aparece aqui entre aspas. Para Deleuze, o Estado não pode ser solução de nada e tampouco ser provedor do antagonismo. Este ocorre na imanência do social e não na transcendência do Estado.

4- Neste trecho, absoluto refere-se a uma concepção absoluta da sociedade como algo que se institui de uma vez por todas e apresenta, desde então,

características imutáveis, resultando em um fechamento. Isto é completamente diferente do que Negri chama de caráter absoluto e procedimento absoluto do poder constituinte, que mantém uma abertura ontológica absoluta.

5- A passagem do infinito para o finito não foi suficientemente desenvolvida por Spinoza, como o mesmo aponta em uma carta na qual diz que não desenvolveu a contento uma teoria dos modos.

6- Os estudos de Didier Bigo mostram que as políticas migratórias restritivas não são exclusivas de Estados autoritários, mas também constituem “práticas iliberais de regimes liberais”.

7- O termo aqui utilizado é uma referência ao Contrato Sexual, de Carole Pateman (1988), e ao Contrato Racial, de Charles Mills (1988), por sua vez inspirado no primeiro.

8- Poder-se-ia aqui lembrar o corolário em que Espinosa afirma que, no homem livre, “a firmeza em fugir a tempo é tão grande quanto a que o leva à luta; ou seja, o homem livre escolhe a fuga com a mesma coragem com que escolhe o combate” (Espinosa, 2009, p.101). Não é possível saber ao certo se Hardt e Negri, neste trecho, se inspiraram em Espinosa, pois, não há qualquer referência à este trecho da *Ética*. De qualquer forma, parece-nos que Espinosa coloca a fuga no mesmo patamar de liberdade que o combate e não como um treinamento para o desejo de liberdade.

Resumo

Este artigo tem por objetivo investigar de que forma a ontologia da Multidão na teoria de Michael Hardt e Antonio Negri nos permite pensar os movimentos migratórios como um conjunto de sujeitos migrantes que mantêm suas multiplicidades e heterogeneidades no processo de se constituírem como sujeitos coletivos. Argumenta-se que o lugar central ocupado pela ontologia espinosana no pensamento hardto-negrino é fundamental para refletir sobre a condição migrante como uma “anomalia selvagem” capaz de tensionar a ordem do Império.

Palavras-chave

Império; Michael Hardt; Antonio Negri; ontologia da multidão; movimentos migratórios

Abstract

This paper aims to investigate how the ontology of the Multitude in Michael Hardt and Antonio Negri’s theory can help us think about migration movements as a group of migrant subjects who preserve their multiplicities and heterogeneities in the process of becoming a collective subject. It is argued that the central position of spinozian ontology in the authors’ thought is crucial to reflect about the migrant condition as a “savage anomaly” capable of disrupting the order of the Empire.

Keywords

Empire; Michael Hardt; Antonio Negri; crowd ontology; migratory movements